UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

RAFAEL CHEQUER BAUER

Movimento *Slow Travel* no contexto cultural
do turismo no Brasil: desafios e perspectivas

São Paulo

2015

RAFAEL CHEQUER BAUER

Movimento *Slow Travel* no contexto cultural
do turismo no Brasil: desafios e perspectivas

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo (EACH-USP), para a obtenção
do título de Mestre em Filosofia
do Programa de Pós-graduação
em Estudos Culturais

Área de Concentração: Crítica da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

São Paulo, 2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Bauer, Rafael Chequer

Movimento *Slow Travel* no contexto cultural do turismo no Brasil : desafios e perspectivas / Rafael Chequer Bauer ; orientador, Alexandre Panosso Netto. – São Paulo, 2015
159 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Turismo - Brasil. 2. Sociologia do turismo - Brasil. 3. Tempo. 4. Sociedade pós-industrial. I. Panosso Netto, Alexandre, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 910.981

BAUER, Rafael Chequer

**Movimento *Slow Travel* no Contexto Cultural do Turismo no Brasil:
desafios e perspectivas**

Dissertação apresentada à
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Filosofia
do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a minha mãe, Mirian Aparecida Archilla Chequer,
que sempre me mostrou a importância de desacelerar e quebrar a rotina,
além de me ensinar todos os valores que possuo
e me passar toda a confiança que preciso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, aos seres de luz e queridos antepassados que me abençoam e protegem. Aos meus familiares: irmã, primos, tios e, em especial, à minha amada Patrícia Alexandre Evangelista, por me incentivar a crescer e nunca desistir; ao Anakin Lugano Bauer, meu querido *Golden Retriever*, pelo companheirismo e carinho permanentes durante a execução desta obra.

Ao meu admirável orientador e bom amigo, Prof. Alexandre Panosso Netto, sempre cordial, solícito, amável e correto nas orientações acadêmicas e conselhos pessoais. Aos membros da Banca Examinadora, Profa. Dra. Ana Paula Garcia Spolon, Prof. Dr. Thiago Allis e Prof. Dr. Mário Pedrazolli Filho, pelas excelentes considerações feitas durante a apresentação final da Dissertação.

Aos meus demais Mestres e companheiros de docência, especialmente da ECA-USP (graduação), EACH-USP (Mestrado) e IFSP (trabalho). Aos meus alunos, que propiciam a troca diária de conhecimentos e experiências de vida e me estimulam a buscar mais e melhor sobre mim e sobre o mundo.

Aos representantes entrevistados dos municípios brasileiros candidatos à chancela do Movimento *Cittàslow* Internacional: Sra. Maria Claudete Rodrigues Graziotin - Antônio Prado (RS), Sr. Ralph Justino - Tiradentes (MG) e Sr. Murilo Bosa Vago - Santa Teresa (ES). Ao próprio Movimento *Cittàslow* Internacional, pelo interesse e cordialidade de seus interlocutores, bem como por ser uma fonte de inspiração para um mundo ritmicamente e ideologicamente menos descompensado.

À EACH-USP e, em especial, aos membros mantenedores do Programa de Estudos Culturais, que me proporcionaram retomar o prazer de estudar e me permitiram regressar à minha eterna casa acadêmica.

*“Os dias talvez sejam iguais para um relógio,
mas não para um homem.”*

(Marcel Proust)

*“A má notícia é que o tempo voa. A boa notícia é
que você é o piloto”.*

(Michael Altshuler)

RESUMO

BAUER, Rafael Chequer. **Movimento *Slow Travel* no contexto cultural do turismo no Brasil – desafios e perspectivas**. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente trabalho discute a transformação rítmica e ideológica pela qual a sociedade vem passando, especialmente a partir da consolidação de valores ligados à industrialização. Entre esses, destacam-se: mercantilização, mecanização, urbanização, massificação e, em especial, o culto à velocidade. Além disso, discorre sobre a ascensão e consolidação do setor de Turismo e sua relação com tais valores. Analisa ainda a emergência de movimentos socioculturais contestatórios à lógica industrial, especialmente no contexto da globalização socioeconômica contemporânea, com destaque ao chamado *Slow Movement* e sua influência à cultura de viagens. Por fim, aponta os principais desafios e perspectivas de aproveitamento urbano e turístico do citado movimento no Brasil, a partir da análise de estudos de caso realizados em três municípios brasileiros que se candidataram – sem sucesso – à obtenção da chancela do Movimento *Cittàslow*: Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG). O diagnóstico apresentado se baseia em entrevistas semiestruturadas realizadas *in loco* com representantes públicos turísticos dos citados municípios. Entre os principais resultados destaca-se a desarticulação conceitual e prática dos atores envolvidos nas respectivas candidaturas e o atual interesse das lideranças governamentais locais e do citado Movimento em retomar tal discussão.

Palavras-chave: *Slow Travel*; Valores Industriais; Movimentos Contestatórios; Turismo; Brasil.

ABSTRACT

BAUER, Rafael Chequer. *Slow Travel Movement in a cultural context of tourism in Brazil – challenges and perspectives*. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This thesis discusses the rhythmic and ideological transformation in modern and contemporary society, especially from the consolidation of industrial values: merchantilization, mechanization, urbanization, massification and, specially, speed's reverence. In addition, it deals with the rise and consolidation about the industrial way of massive *tourism*. It also analyzes the emergence of socio-cultural contestatory *movements* against industrial logic, especially in the context of contemporary social and economic globalization, focusing *Slow Movement* and its influence about the culture of *travel*. Finally, it thesis tries to identify the challenges and perspectives about urban and tourist exploitation prospects involved that *movement* in Brazil, based on the analysis of case studies in three brazilian municipalities who applied - unsuccessfully - to obtain the seal of the *Cittaslow movement*: Santa Teresa (ES), Antonio Prado (RS) and Tiradentes (MG). The analyses are based on semi-structured interviews with on-site tour public representatives of the mentioned municipalities. Among the main results, stands out the theoretical and pratical dislocation considering all involved in their applications, besides the current interest of local government leaders and the aforementioned *Movement* to reestablish that discussion.

Keywords: *Slow Travel*, Industrial Values, Contestatory *Movements*, *Tourism*, Brazil.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Categorias/Segmentos de Turismo e sua relação com a Oferta Turística e Valores Sustentáveis.....	69
TABELA 2 - Categorias/Segmentos de Turismo e sua relação com a Experiência e a Criatividade.....	70
TABELA 3 – Estilos de Vida (Industrialização X <i>Slow Movement</i>).....	92
TABELA 4 – Modelos Culturais (Industrialização X <i>Slow Movement</i>).....	93
TABELA 5 – Estruturas de Consumo (Industrialização X <i>Slow Movement</i>).....	93
TABELA 6 – Evolução de Países e Municípios chancelados pelo Movimento <i>Cittàslow</i> (2013- 2015).....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. Ritmos Sociais e Valores Industriais – uma relação de forças.....	14
1.1 A Importância do Ritmo para a vida – ritmos biológicos e ritmos sociais.....	14
1.2 Revolução Industrial: valores e transformações culturais e temporais	26
1.3 A Era da Globalização e os conflitos ideológicos, de poder e de identidade contemporâneos.....	36
2. A Cultura do Turismo na Era Industrial e suas Perspectivas Pós-Industriais	50
2.1 Ascensão e Consolidação do Turismo Moderno a partir da Revolução Industrial	51
2.2 Turismo de Massa e suas consequências.....	61
2.3 Novos olhares sobre o Turismo na contemporaneidade.....	65
3. <i>Slow Movement</i> – conceito, desenvolvimento e desdobramentos no âmbito do turismo.....	88
3.1 Surgimento e abrangência do <i>Slow Movement</i>	90
3.2 <i>Slow Food</i>	95
3.3 <i>Slow Travel</i>	99
3.4 <i>Cittàslow / Slow City</i>	104
4. <i>Slow Travel</i> no Brasil – contextualização, desafios e perspectivas.....	110
4.1 Cultura do Turismo no Brasil – disposições preliminares.....	110
4.2 Cenário atual e futuro de desenvolvimento turístico no país	115
4.3 O processo de candidaturas de municípios brasileiros à chancela do Movimento <i>Cittàslow</i> – os casos de Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG).....	120
4.4 Descrição das entrevistas feitas com os gestores públicos turísticos de Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG).....	125
4.5 Análise dos resultados das entrevistas.....	143
5. Considerações Finais.....	148
REFERÊNCIAS.....	153
Apêndice A – Roteiro de Perguntas com os representantes locais das candidaturas municipais brasileiras à chancela do Movimento <i>Cittàslow</i>	159

INTRODUÇÃO

O *Slow Travel* (traduzido em português como “Viagem Lenta” ou “Devagar”) é um relevante fenômeno de contestação e transformação sociocultural das últimas décadas, em consonância com o chamado *Slow Movement* (“Movimento Devagar”, em português). Este apresenta como preceito fundamental a contestação à aceleração desmedida da sociedade contemporânea, a partir da adoção de uma nova filosofia de vida individual e coletiva pautada na busca pelo equilíbrio entre os ritmos sociais e biológicos e na crítica aos valores capitalistas industriais, entre os quais se destaca o culto à velocidade.

Tal manifestação emergiu nos anos 1980 na Europa Mediterrânea e se espalhou por diversas regiões do planeta sob diferentes perspectivas, tanto em termos organizacionais como no sentido de sua abrangência, já que propõe uma nova visão de mundo em relação às questões urbanas, gastronômicas, educacionais, sexuais, entre outras.

Neste cenário, pouco antes do início do século XXI, surgiu o chamado *Slow Travel*. Trata-se de uma nova forma de fazer e pensar o turismo, com reflexos em seu desenvolvimento. A adoção de uma filosofia mais branda e responsável de se realizar viagens tem alcançado resultados importantes, tanto econômicos quanto socioculturais, bem como captado novos adeptos e entusiastas.

Contudo, o contexto cultural, político e mercadológico relacionado ao usufruto e à gestão do universo de viagens no Brasil parece indicar que esta nova visão mais sustentável da atividade turística encontra um cenário marcado por desafios e perspectivas bastante peculiares, especialmente na comparação com países mais desenvolvidos, que se relacionam com o próprio processo de desenvolvimento da cultura de viagens em nosso país.

A partir desta hipótese, a presente dissertação propõe como questão central: Os atores turísticos brasileiros, de modo geral, reúnem condições de assimilar e aproveitar de maneira estruturada os valores do *Slow Travel*, de forma a incentivar uma nova perspectiva cultural de viagens no país?

Justifica-se a realização deste estudo por abranger um assunto bastante relacionado aos chamados Estudos Culturais, especialmente por tratar de um fenômeno social que sofreu profundas transformações nas últimas décadas e que atinge um contingente populacional cada vez maior, chamado turismo. Além disso, apresenta uma contextualização crítica sobre os valores industriais, através da análise de movimentos contestatórios, entre quais estão o *Slow*

Movement e sua vertente turística, o *Slow Travel*. Neste sentido, o trabalho lida com questões relacionadas a conflitos ideológicos, relações de poder e identidades culturais, destacando as peculiaridades do Brasil no contexto de uma nova sociedade global. Tal perspectiva é inovadora no âmbito acadêmico do país, abrindo a possibilidade de mais estudos relativos às possibilidades de aproveitamento coletivo de filosofias culturalmente e ambientalmente mais sustentáveis.

Diante disso, foram definidos como objetivos deste trabalho os seguintes aspectos:

Objetivo Geral: Discutir os desafios e perspectivas de aproveitamento da filosofia *Slow* no turismo do Brasil, a partir de suas especificidades culturais relacionadas ao âmbito das viagens.

Objetivos Específicos:

- A) Contextualizar a mudança rítmica na sociedade ensejada pela consolidação de valores industriais e o crescente conflito entre temporalidades sociais e biológicas simbolizadas pela ascensão de movimentos contestatórios;
- B) Traçar paralelo entre a expansão do capitalismo industrial e a ascensão e consolidação do turismo enquanto fenômeno cultural de massa contemporâneo;
- C) Analisar novas perspectivas de olhares sobre o turismo, especialmente a partir da década de 1970, relacionando-os a movimentos contestatórios à lógica da industrialização;
- D) Caracterizar o *Slow Movement* enquanto movimento de contestação cultural pós-industrial, especialmente sob aspectos relacionados à esfera das viagens e do turismo;
- E) Apresentar e analisar os entraves culturais vinculados à formalização da filosofia *Slow Travel* nos destinos turísticos-culturais candidatos à sua chancela no Brasil.

Para o cumprimento de tais objetivos o presente estudo apresenta como referências metodológicas os seguintes elementos: 1) Pesquisa bibliográfica e documental sobre ritmos sociais e ritmos biológicos; valores industriais; cultura e ideologia; cultura e poder; movimentos sociais contestatórios (Objetivo Específico A), história do turismo, turismo enquanto fenômeno sociocultural, valores industriais no turismo, impactos do turismo, novos olhares e perspectivas de desenvolvimento do turismo (Objetivos Específicos B e C), *Slow Movement* – conceituação, caracterização, desdobramentos e perspectivas, *Slow Travel* – conceituação, caracterização, desdobramentos e perspectivas (Objetivo Específico D).

Já para o alcance do Objetivo Específico E utiliza-se como ferramenta principal a aplicação de um roteiro de perguntas junto a representantes governamentais dos três municípios brasileiros que já se candidataram a receber a chancela do Movimento *Slow* Internacional: Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS), Tiradentes (MG). Tal levantamento, de caráter qualitativo, foi referenciado pela descrição e análise das citadas candidaturas, obtidas através de depoimentos, documentos institucionais e publicações em jornais, revistas e websites oficiais. As questões, apresentadas em campo a partir de roteiro semiestruturado, abordam aspectos ligados à percepção, evolução, dimensão e dinâmica do citado movimento em âmbito local, urbano e turístico.

Ademais, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca das peculiaridades do desenvolvimento do turismo no Brasil; bem como documentos oficiais relacionados às políticas de desenvolvimento turístico no Brasil; neste sentido, considera-se especialmente a realidade cultural e organizacional brasileira e os conceitos vinculados aos modelos ditos sustentáveis de aproveitamento turístico, entre os quais se destacam o Turismo de Experiência, o Turismo Rural e o próprio *Slow Travel*.

Para a construção do arcabouço teórico desta dissertação propõe-se a utilização de referências oriundas principalmente dos seguintes autores: Luiz Menna-Barreto, Mário Pedrazolli Neto, Robert Levigne (Objetivo A), Raymond Williams, Edward Thompson, Stuart Hall, Edgar Morin, Manuel Castells, Vicente Romano Garcia, Vera Guimarães, Renato Ortiz (Objetivo B), Margarida Barretto, Alexandre Panosso Netto, Jost Krippendorf, Domenico de Masi, Joffre Dumazedier, Christiane Luce Gomes (Objetivo C), Henrique Budal Arins, Hans Michael Van Bellen, Marília Barrichello Naigeborin, Carl Honoré, Fernanda Michele Maciel Sarate (Objetivo D), Movimento Città *Slow*, Movimento *Slow Travel*, Ministério do Turismo do Brasil (Objetivo E).

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, sucedidos por considerações finais sobre seu tema – e objetivo – central. São eles: Capítulo 1 – Ritmos Sociais e Valores Industriais – uma relação de forças; Capítulo 2 – A Cultura do Turismo na Era Industrial e suas perspectivas Pós-industriais; Capítulo 3 – *Slow Movement* – conceito, desenvolvimento e desdobramentos no âmbito do turismo; 4 – *Slow Travel* no Brasil – contextualização, desafios e perspectivas.

1. Ritmos Sociais e Valores Industriais – uma relação de forças

A Revolução Industrial representa a transformação de uma série de aspectos econômicos, culturais e políticos fundamentais à compreensão da dimensão e da dinâmica da sociedade contemporânea. Trata-se de um período histórico em que boa parte das transformações ocorreu com uma profundidade e rapidez sem precedentes. Entre elas, destacam-se as alterações de valores do homem em relação ao espaço e ao tempo. Supõe-se que tais transformações, alinhadas à lógica do sistema capitalista predominante de modo cada vez mais intenso, especialmente no Ocidente, a partir do século XVIII, tenham trazido uma série de distorções e desafios à dinâmica civilizatória do início do século XXI, sendo os movimentos contestatórios das últimas décadas um indício de novas perspectivas de desenvolvimento sociocultural.

Para construir tal hipótese, o presente capítulo pretende discutir a relação de forças entre os ritmos sociais e os valores industriais. Para tal, o primeiro tópico abarca a discussão sobre a importância do ritmo e das temporalidades para o ser humano, a partir de conceitos vinculados à Cronobiologia, especialmente àqueles elementos que buscam relacionar e apontar eventuais conflitos entre os chamados ritmos biológicos e ritmos sociais.

Feita tal contextualização, parte-se para uma análise mais específica dos aspectos relacionados a mudanças de temporalidade vinculadas à Revolução Industrial, numa discussão que culmina na perspectiva espaço-temporal da chamada Globalização, a qual desponta como um cenário histórico-social de intensos conflitos ideológicos, disputas de poder e buscas de identidade, com relevantes reflexos políticos, econômicos e socioculturais.

Tudo isso faz com que o leitor compreenda em que cenário emergiram os chamados movimentos contestatórios das últimas décadas, os quais influenciaram e foram influenciados por dois importantes fenômenos culturais contemporâneos: a ascensão do turismo moderno e a criação de uma perspectiva pós-industrial de interação do homem com os ritmos e dinâmicas temporais que o cercam: o movimento *Slow* – temas dos capítulos seguintes.

1.1 A Importância do Ritmo para a vida – ritmos biológicos e ritmos sociais

O tempo é uma das variáveis socioculturais mais representativas da humanidade. Sua importância é discutida desde os primórdios à medida que o ser humano tomou consciência da existência de fatores sucessivos que resultam na sua transformação e em mudanças no

ambiente que o cerca. A mutação mais representativa é a própria evolução da vida, pautada em um processo contínuo e universal de nascimento, desenvolvimento e morte. A limitação física da vida, associada à condição racional/consciente e fisiologicamente frágil do homem, ensejou uma necessidade de compartilhamento do conhecimento acumulado através das gerações, dando origem a um dos elementos primordiais da cultura, ajudando a aprimorar o próprio processo civilizatório.

A vida em sociedade se pauta, de certo modo, no intercâmbio de conhecimento entre os povos e na mediação de conflitos existentes entre diferentes grupos sociais. Cada grupo, por sua vez, estabelece diferentes modelos e critérios evolutivos, com o desenvolvimento de uma relação específica referente a diversos aspectos, entre eles o espaço e o tempo.

Assim, a consciência de poder que se expressa a partir da regulação do tempo pode ser considerada premissa fundamental ao processo de adaptação ou extinção em relação ao meio, invariavelmente marcado por conflitos, inclusive de âmbitos ideológicos. Isto torna a discussão sobre temporalidades um tema de bastante relevância na esfera dos Estudos Culturais.

Com tudo isso, o ponto de partida do presente estudo é a discussão das diferenças entre as temporalidades biológicas e temporalidades sociais, especialmente a partir da ascensão de modo de vida hegemônico nos dias atuais: o capitalismo industrial.

Sabe-se que a Revolução Industrial apresentou uma nova relação do homem com sua condição espacial e temporal, trazendo reflexos às relações econômicas, políticas e socioculturais existentes. Neste processo, emergiram valores como a mercantilização, a mecanização/padronização, a urbanização, a massificação e a aceleração dos meios de produção e da própria maneira de se viver. Como consequência, observa-se uma série de distorções, sendo o parâmetro rítmico uma de suas mais fortes e relevantes evidências.

Para subsidiar tal reflexão, recorre-se à Cronobiologia, ramo das ciências biológicas que discute a relação da evolução das espécies e suas adaptações às pistas temporais.¹ Entre os principais conceitos discutidos, destaca-se aquele em que Foucault (1989, *apud* Viana, 2012), aponta que a biologia moderna teria nascido com Darwin, sendo que antes existia um

1 Neste sentido, também se torna importante destacar que a descrição e análise apresentadas a seguir são, em grande proporção, subsidiadas por discussões e apontamentos realizados em 2013 na disciplina do Programa de Mestrado em Estudos Culturais da EACH-USP intitulada “Tempos Sociais e Tempos Biológicos”, tendo como base as referências de leitura e reflexões propostas pelos docentes da disciplina, Mário Pedrazolli Neto e Luiz Menna-Barreto.

campo do conhecimento que pode ser denominado como História Natural. A discussão sobre a evolução das espécies esteve presente no eixo central dos trabalhos de Darwin, considerados até os dias atuais como paradigmas conceituais das ciências biológicas. Nesses, o autor concluiu que partes da população de qualquer espécie estão sempre mais adaptadas que outras. Esta premissa biológica incita uma relevante discussão sobre temas intimamente relacionados aos Estudos Culturais, uma vez que se relaciona com questões como igualdade de oportunidades, disputas de poder, estratégias e ações de dominação e hegemonia.

Uma das hipóteses mais aceitas por pesquisadores das ciências biológicas indica que as características alvo das forças de seleção natural estariam relacionadas à economia de energia e ao tamanho do cérebro. A economia de recursos significaria, portanto, um pressuposto de sobrevivência baseando-se no fato de que aquilo que é inerente à qualidade de vida (nutrientes, repouso, socialização, cooperação e competição - em certa medida -, têm como ponto de partida o respeito às temporalidades internas e externas).

Pedrazolli (2015) destaca a importância do processo de regulação temporal no contexto evolutivo:

O conhecimento em evolução biológica permite entender o tempo biológico ou a regulação temporal como processos susceptíveis a moldagem evolucionária. Permite interpretar a repetição e a alternância de eventos na natureza de forma temporal organizada e cíclica como fatores que contribuíram para que evoluíssem, nos seres vivos, formas de resposta eficiente e antecipatória às mudanças do clima, das horas do dia e das estações do ano. E por fim permite interpretar a expressão dos ritmos circadianos nas populações humanas modernas a partir do contexto histórico nos quais eles evoluíram

Contudo, historicamente o olhar humano em relação aos seres vivos tem sido mais atrelado ao espaço, à morfologia, deixando-se, em segundo plano, questões vinculadas aos ritmos e temporalidades. Tal perspectiva pode ser considerada equivocada, uma vez que as disputas entre grupos sociais, diretamente vinculadas aos processos de adaptação ao meio, têm sido cada vez mais relacionadas ao âmbito temporal. Como exemplos, pode-se pensar que a luta pelo poder tem levado em consideração, de forma crescente, aspectos como: quem ocupa antes ou desenvolve mais rapidamente algo relevante para sua “sobrevivência”. Isto, por si, aponta a necessidade de uma compreensão mais apurada acerca das temporalidades, incentivando o surgimento de novas áreas do conhecimento, como a Cronobiologia.

Do ponto de vista científico, trata-se de uma área relativamente nova, com sua produção acadêmica despontando nos anos 1960. Tal contribuição acadêmica vai se somar aos estudos sobre temporalidades desenvolvidos ao longo das últimas décadas por

pesquisadores científicos de outras áreas, tais como história, psicologia e ciências sociais e às reflexões de cunho filosófico oriundas de períodos históricos mais distantes.

A aproximação dos conhecimentos biológicos e socioculturais tem aberto novas perspectivas de análise da dimensão e dinâmica do desenvolvimento humano, sendo uma de suas questões mais elementares – a relação do homem com o tempo – utilizada como base conceitual do presente trabalho.

Ao considerar que os Estudos Culturais se posicionam como uma área de conhecimento pós-disciplinar, a qual se aproveita dos olhares multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares para desfazer e/ou reconstruir paradigmas, tal perspectiva biológica-cultural apresenta-se como algo pertinente e, ao mesmo tempo, vanguardista.

A cronobiologia busca em sua essência caracterizar a dimensão temporal dos indivíduos. Para tal, parte da premissa que a temporalidade social tem como base a temporalidade biológica. Nesta, o movimento deve ser considerado como a essência do tempo, levando em conta toda a complexidade conceitual que o tema incita.

Um dos aspectos mais relevantes que se pode discutir sobre o tema é a abrangência dos tempos sociais no contexto cultural contemporâneo à medida que a regulação do tempo ajuda a estabelecer, conforme dito, as relações de poder. Comportamentos estão relacionados, portanto, não somente ao espaço, mas também ao tempo, especialmente quando há variações de ambiente durante determinado período (algo inerente à atividade turística, um dos assuntos primordiais do presente estudo).

É preciso considerar ainda que a própria compartimentalização e sistematização do conhecimento são construções sociais. Achar que a natureza possui uma hierarquia, por exemplo, tem íntima relação com as normas sociais predominantes. Conforme De Masi (2000), a lógica industrial é baseada no paradigma da separação e segregação de ideias, pessoas e objetos.

Nesta linha de pensamento, pode-se dizer que as mesmas causas biológicas ou sociais não produzem sempre os mesmos efeitos biológicos ou sociais. Essa ideia tem relação com a chamada Teoria da Relatividade, desenvolvida por Albert Einstein no início do século XX e até com a Mecânica Quântica, no sentido da flexibilização e variabilidade dos fenômenos, o que parece em consonância com as teorias socioculturais de vanguarda.

De Masi (2000) destaca ainda o aumento da velocidade das transformações ambientais e sociais, gerando um acirramento da competição e, por conseguinte, das disputas pelo poder. Vive-se, neste sentido, em uma condição social pautada por uma avalanche de informações,

capaz de suplantar as barreiras espaciais e transformar os tempos individuais e sociais em experiências difusas, ou seja, em que cada vez se torna mais complexa a distinção das temporalidades, como àquelas associadas, por exemplo, ao trabalho, ao lazer e aos estudos. Este seria mais um sintoma de que os valores industriais estariam, em determinado contexto, em xeque.

Outro conceito importante esmiuçado pela cronobiologia é a questão da ciclicidade. A dinâmica universal, ou seja, suas transformações são baseadas em ciclos temporais. Muitos desses ciclos, inclusive, teriam uma relação entre si, ainda que não seja simples mensurá-las. A ocorrência ritmada de fenômenos da natureza, com claros reflexos e até representações sociais, é um tipo de percepção que contribui para a evolução das espécies, uma vez que permite a antecipação de estratégias e ações de sobrevivência. Esta condição se aplica novamente à dinâmica social e tudo que a permeia, como as disputas de poder e a construção de ritos e símbolos culturais. O próprio Turismo – fenômeno sociocultural relevante da sociedade contemporânea – tem uma relação íntima com a questão dos ciclos e ritmos, que vão desde a interposição entre obrigatoriedades e momentos liberados dessas e passam pelas discussões de mudanças periódicas de comportamento em situações sociais específicas ligadas à temporalidade, como o período de férias.

Outra constatação da cronobiologia é que há uma organização temporal singular em cada organismo, o que significa que o mesmo vai ocorrer em termos coletivos. Além disso, nenhum fenômeno biológico deixa de oscilar, o que significa que a ritmicidade, com todas as suas oscilações, é o elemento fundamental para o desenvolvimento das espécies.

Isto, de certa maneira, desconstrói um dos conceitos vinculados à lógica industrial disseminado nas últimas décadas: aquele que, de fato, comprova a inexistência de um relógio biológico, especialmente quando se associa a figura deste medidor temporal com um processo mecânico. Essa perspectiva obscurece a compreensão do real funcionamento dos ritmos biológicos individuais e, conseqüentemente, coletivos.

De acordo com os conceitos elementares ligados à Cronobiologia, a duração dos ciclos determina uma sequência que é codificada pelo organismo, gerando a otimização de seus recursos (Ex: economizar energia enquanto se dorme). Já a adaptação temporal estaria vinculada a harmonização temporal entre a ritmicidade biológica e os ciclos ambientais, lembrando que ritmo é aquilo que varia periodicamente no tempo e que período é o intervalo de tempo em que determinado ciclo se completa.

As chamadas fases biológicas, por sua vez, alteram-se entre repouso e atividade, algo que instantaneamente pode se associar ao fenômeno das viagens, tornando-o uma expressão cultural em sintonia com as questões orgânicas ligadas à temporalidade.

Outro conceito importante aponta que a sequência temporal vinculada aos ritmos biológicos é denominada como ordem temporal interna, sendo que durante as 24 horas diárias, manifestam-se, em uma organização temporal relativamente estável, diversos dos mesmos. Todavia, como poderia se supor, há cada vez mais constatações de que diversos fatores sociais são capazes de afetar os ritmos biológicos e vice-versa. Sua mensuração, entretanto, aparentemente é mais complexa em relação aos indicadores provenientes da geofísica.

Aschoff e Wever (1976 apud MENNA-BARRETO e DÍEZ, 2011) sugerem que a interação social tem importante papel na sincronização dos indivíduos humanos, ainda que tal conceito não tenha uma aceitação definitiva entre os estudiosos da área.

Uma das descobertas mais notáveis da Cronobiologia indica que os ritmos biológicos associados ao contraste diário Claro/Escuro (CE) – os quais são conhecidos como ritmos circadianos – são bastante variados, apresentando uma duração entre 20 horas e 28 horas de acordo com a espécie. Seres humanos têm um ciclo biológico interno de aproximadamente 25 horas de duração. Já as galinhas, 23 horas. Assim, a cronobiologia aponta que todos os seres vivos apresentam periodicidade próxima a 24 horas diárias, mas nunca idêntica (o que reforça a distorção conceitual que a lógica industrial do tempo mecânico traz).

Há, neste sentido, uma disputa constante e diária entre o ciclo circadiano humano e a imposição temporal mecânica do relógio. Para resolver tal questão, o corpo lança mão de alguns mecanismos de sincronização denominados arrastamento e mascaramento rítmicos.

No primeiro caso, o ser humano é impelido a uma aceleração diariamente constante, para estabelecer seu ciclo biológico de 25 horas em 24 horas, algo agravado pelo ciclo social intenso exigido em períodos cada vez mais curtos, tornando a dinâmica biológica e social frenética e clamorosamente desajustada.

Já o mascaramento muda o ritmo no momento e não em longo prazo (por exemplo: Telefone tocar durante o sono profundo no meio da madrugada), algo muito frequente no âmbito do turismo, especialmente quando o viajante, cercado de expectativas e investimentos em torno da viagem, procura otimizar o uso do tempo abrindo mão de ciclos cotidianos que o aproximam do estado de equilíbrio, como o período de repouso/sono diário.

Ao passar a noite em claro ou dormir menos horas para aproveitar experiências de viagem, o ser humano claramente abre mão de sua condição rítmica mais comum, o que gera mudança em sua dinâmica fisiológica temporal, algo que traz consequências distintas ao que

está acostumado, o que não necessariamente significa que seus resultados biológicos sejam ruins, especialmente quando vivenciados esporadicamente, isto é, sem romper drástica e continuamente com seus ritmos e ciclos biológicos.

Neste sentido, cumpre destacar que um posicionamento de confronto mais contínuo com os ciclos e ritmos biológicos do indivíduo invariavelmente trazem prejuízos ao seu bem-estar, algo que também pode ser experimentado no contexto turístico, e que será retomado em capítulo posterior, a partir da análise do chamado Ciclo de Reconstituição proposto por Krippendorf (2003).

Ainda sob esta égide conceitual nota-se que qualquer alteração química mais expressiva (como aquela proveniente de grandes variações emocionais e/ou da ingestão de alimentos/bebidas/drogas específicas) apresenta efeitos diferentes dependendo do horário em que são ingeridos. Em relação ao álcool, por exemplo, pode-se afirmar que pela manhã seu efeito é mais tóxico, enquanto no final da tarde é euforizante (o que justifica, de certo modo, eventos sociais como o *happy-hour*, e ajuda a compreender a dinâmica de certos tipos de lazeres, entre os quais o turismo).

Ainda sobre tal questão, vale lembrar que o fator cíclico ambiental que provoca o arrastamento do ritmo biológico chama-se *Zeitgeber*, que significa em alemão o elemento “doador de tempo”, ou simplesmente cronador. Nos dias atuais, acentua-se a competição entre os *zeitegebers*, a partir de constantes conflitos entre horários vinculados ao trabalho, estudo, lazer, necessidades fisiológicas e locomoção, entre outros.

Honoré (2006, p. 49) um dos principais disseminadores do *Slow Movement*, corrobora com tal constatação através da seguinte consideração: “Muitos recomendam que façamos menos coisas para fazê-las melhor, um dos princípios essenciais da filosofia Devagar. Mas a maioria não chega a atacar a causa primordial do nosso mal-estar: a obsessão de economizar tempo”.

Tal preocupação se aplica, inclusive, ao chamado tempo livre, do qual o Turismo, teoricamente, faz parte. Os *zeitegebers* do universo das viagens têm recebido uma atenção especial, inclusive por seu apelo simbólico (geralmente associado ao descanso e ao bem-estar) e não somente pelo aspecto fisiológico.

Com tudo isso, percebe-se que sua utilização desmedida, isto é, o aproveitamento excessivo ou nulo de experiências anti-cotidianas, entre as quais se destacam as viagens, traz consequências negativas à condição de vida humana, inclusive em termos fisiológicos, algo que está intimamente ligado à disseminação de tantas doenças contemporâneas.

Honoré (2006, p. 16) vai bem ao encontro a tal questão ao considerar:

A ética do trabalho, que em doses moderadas pode ser saudável, está saindo do controle. Basta considerarmos a disseminação da “síndrome de férias”, a aversão a um bom e merecido período de férias plenamente desfrutadas. Em pesquisa realizada pela empresa Reed com cinco mil trabalhadores britânicos, 60% disseram que não usariam integralmente as férias a que tinham direito em 2003. Em média, os americanos não chegam a usar um quinto de seus períodos de férias remuneradas. Nem mesmo a doença é capaz, já agora, de manter um empregado moderno longe do escritório: um de cada grupo de cinco americanos aparece no trabalho mesmo quando devia estar de cama ou num consultório médico.

Para se ter uma ideia desalentadora do tipo de situação a que podem levar tais comportamentos, basta considerar o caso do Japão onde existe uma palavra – *karoshi* – para designar “morte por excesso de trabalho”.

Em suma, a orquestração entre os doadores/sinalizadores de tempo (*zeitgebers*) implica sinais de saúde, ainda que algumas “desafinadas” sejam importantes para aumentar e “repertório musical” do corpo humano e consequentemente auxiliá-lo em sua sobrevivência e evolução rítmica. Elas representam estímulo à capacidade biológica de adaptabilidade. O padrão biológico, assim, é a oscilação, ao contrário do que o senso comum aponta (algo disseminado pelos valores-base da industrialização), o qual considera a estabilidade como referência biológica a ser seguida. Neste sentido, não querer sair da rotina, sendo a viagem um de seus exemplos mais explícitos e marcantes, pode ser considerado um sintoma de saúde desajustada. Por outro lado, não estabelecer uma dinâmica mínima cotidiana em longo prazo, vivendo sem uma ritmicidade sociocultural relativamente padronizada, também aponta maior propensão a desconfortos físicos e psicológicos.

Outra distorção rítmica bastante comum nos dias atuais e que também possui relação com o universo das viagens e com a dinâmica sociocultural contemporânea trata do chamado *Jet Lag Social*². Conceitualmente, trata-se da diferença entre horários impostos socialmente e ritmos pessoais. Apresenta-se, portanto, como um atrito temporal corriqueiro entre as ritmicidades biológicas e culturais que, conforme será visto adiante, colabora com a emersão de movimentos coletivos de contestação a padronização de horários e ritmos.

Assim, o corpo possui uma organização temporal e não uma ordem temporal. Exemplo: o corpo se prepara para acordar com vários sinais biológicos (aumento da temperatura do corpo, da sensibilidade auditiva e em relação à claridade, entre outros). O *Jet Lag* seria exatamente o oposto, ou seja, o fenômeno de desorganização temporal, em que o corpo tenta ajustar-se às novas referências temporais, algo que tende a causar em primeiro momento certo incômodo.

² Jet Lag Social: descompensação horária causada em um indivíduo quando em troca de um fuso horário.

Outra ideia discutida na cronobiologia e aplicável aos estudos culturais e ao turismo é que a capacidade de adaptação ao *Jet Lag* Social parece diminuir ao longo do tempo. Tal fato ajudaria a explicar a resistência de boa parte de turistas com idade mais avançada de realizarem viagens com grande diferença de fusos horários ou mudanças bruscas de ritmos.

É importante salientar ainda que, segundo estudiosos da área de cronobiologia, somos resultantes do processo de adaptação temporal. Herdamos, por exemplo, o hábito diurno dos primatas (característica filogenética). Já os chamados fatores ontogenéticos têm a ver com mudança de comportamento ao longo da história de vida do indivíduo e da própria sociedade. Nossa temporalidade, portanto, emerge a partir de ambos os fatores. A Revolução Industrial, contudo, acelerou de modo sem precedentes o impacto dos fatores ontogenéticos, como indica Pedrazolli (2015):

É premente enfatizar que filogeneticamente o homem tem uma longa história de milhões de anos de adaptação ao ciclo claro/escuro e a organização temporal na natureza associada a este ciclo. Vale ressaltar que, somente nos últimos dois séculos, principalmente a partir da transição para a sociedade industrial esta informação ambiental passa a ser transformada em grande escala pela ação social do homem, levando a emergência de um novo ambiente temporal.

O mesmo autor destaca, a partir de então, a necessidade de adaptação aos novos tempos, ainda que as pistas ambientais/biológicas pareçam estar em conflito com as referências temporais socioculturais, criticando, por fim, o processo de mecanização da vida:

É interessante pensar como este sistema de temporização circadiano filogeneticamente construído lida com as novas pistas ambientais de temporalidade surgidas após a revolução industrial como as horas marcadas nos relógios, a luz artificial, a organização temporal do trabalho e o modo de produção capitalista que impõe os horários sociais de trabalho. Do ponto de vista evolucionário o novo ambiente temporal circadiano associado primeiramente, a revolução industrial e tecnológica, ao surgimento do capitalismo e a cultura do relógio tornada massificada no capitalismo industrial, está presente em grande escala há aproximadamente três ou quatro gerações humanas, o que não é tempo suficiente para produzir mudança na constituição populacional que se constitua como evolução biológica. Assim o que vemos hoje é que esse comportamento adaptativo temporizado está sendo constantemente desafiado pela forma como se vive, principalmente, nas sociedades urbanas modernas. Os ambientes iluminados durante a noite e a necessidade de se cumprir compromissos sociais pela manhã são estímulos que tem como consequência dormir mais tarde e acordar mais cedo que o desejado e que, portanto, tem como consequência o encurtamento da fase de sono ou a sua privação. A privação de sono crônica a qual as populações das grandes cidades vêm sendo submetidas é um dos maiores desafios modernos na área de saúde pública e medicina preventiva. Como perdemos sono principalmente na fase final, nas últimas horas da noite ou primeiras horas da manhã, quando acontecem em grande parte os sonhos, podemos dizer que somos uma sociedade sem sonhos.

Outra constatação relevante discutida ainda na esfera da cronobiologia indica que a percepção seria o conjunto de sensações que forma a nossa consciência. Neste sentido, pode-

se concluir que nossa percepção acerca do tempo e dos assuntos a ele relacionados é limitada. Ademais, a percepção da realidade está sempre atrasada, pois nosso cérebro demora milésimos de segundo para assimilar o que está ao seu redor. Com tudo isso, para a neurociência, percepção é aquilo que está na consciência, sendo esta formada por estímulos sensoriais. Já a sensação, não.

A questão emocional modula, neste sentido, a percepção do tempo, o que certamente tem implicações no universo das viagens, inclusive para o chamado turismo de experiência – modalidade contemporânea de viagens em bastante evidência que se baseia na busca e oferecimento de experiências memoráveis, algo que está esmiuçado no decorrer deste trabalho.

Vale lembrar ainda que a realidade é a construção que o sistema nervoso realiza através de estímulos ambientais. Cada ser, em consequência, interpreta e codifica os fenômenos que o cercam a seu modo, ainda que balizados também por parâmetros coletivos. Neste contexto, é temeroso supor que as coisas existem em si.

O século XXI enseja uma nova percepção e informação de tempo e espaço, oferecendo um desafio sem precedentes para que nosso sistema nervoso tenha que se adaptar. É importante considerar, portanto, que possuímos uma capacidade limitada de percepção do tempo. Um exemplo é nossa incapacidade de mensurar milésimos ou milênios. Isso acaba sendo construído culturalmente. As construções humanas se dão, invariavelmente, em faixas (sons, tempos, espaços), sendo o turismo somente mais uma delas, partindo-se do pressuposto que representa um extrato temporal, espacial e comportamental da existência humana, com diversos padrões pré-estabelecidos.

A melhoria da percepção, através do aprimoramento de conhecimento acerca das oscilações e temporizações biológicas, e a compreensão acerca dos ajustes do tempo nos permite mais e melhores antecipações e codificações (Ex: linguagem), garante melhores condições à sobrevivência. Também pode contribuir à pressuposição do tempo através de códigos (Ex: Sequencial – Passado/Presente/Futuro ou Começo/Meio/Fim).

Já nos estudos sobre o sono pode-se fazer um paralelo com a necessidade de diminuição de ritmo propalado pelo Movimento *Slow*. Enquanto dormimos, saímos de condições fisiológicas superficiais para algo mais profundo, diminuindo o ritmo da atividade cerebral, que passa a se manifestar em ciclos mais lentos. Somente depois desta etapa é que conseguimos sonhar, algo notadamente relacionado a uma melhor condição de repouso e, conseqüentemente, maior qualidade de vida. De acordo com Ackermann e Rasch apud Pedrazolli (2015), “O sonhar está intimamente relacionado à consolidação da memória, a

capacidade cognitiva e a atenção”. Os ciclos do sono que envolvem os sonhos são inicialmente curtos, mas tornam-se cada vez mais longos ao longo do período de repouso.

Percebe-se que a crítica supracitada de Pedrazolli acerca das consequências insalubres ligadas à aceleração desmedida da sociedade contemporânea, utiliza o sonho como uma metáfora bastante pertinente à crise de identidade contemporânea e ao mal aproveitamento do tempo, sendo o turismo, de modo geral, uma de suas manifestações mais notórias. Pode-se afirmar que a viagem, é, em certo sentido, análoga ao sono, por possibilitar, entre outros fatores, descanso e prazer. Contudo, seu aproveitamento é muitas vezes apressado e superficial, algo comparável a um pequeno cochilo, o qual acarreta consequências insuficientes para o bem-estar.

Outra indicação conceitual que indica o rompimento de paradigmas e a necessidade de busca por equilíbrio é apresentada por Shaw (1989). Ele aponta, com um tom provocativo, que o mesmo medicamento pode curar ou matar, dependendo da dosagem. Sua argumentação refere-se ao papel da ciência e sua relação com a dinâmica sociocultural. Segundo o citado autor, a ciência é, por conseguinte, um produto histórico humano e inaugura os objetos, os quais não existem em si. O mesmo ocorre em relação ao turismo e todos os elementos simbólicos e concretos que o cercam. Pode-se, com isso, afirmar que quando há interação com determinado objeto ele deixa de ter um valor em si e passa a ter um valor subjetivo. Quando alguém se apropria do objeto, esta pessoa se foca e passa a estabelecer parâmetros, medidas de comparação.

Com isso, o que se entende como sono é apenas um recorte, uma interpretação possível. Afinal, faltam ferramentas para definir a perspectiva de repouso das plantas, por exemplo. O mesmo, inclusive, pode-se afirmar em relação ao tempo, que também pode ser considerado um tema consideravelmente complexo para ser discutido, que perpassa até a questão existencial, além de possuir uma conotação simbólica relevante e mutável ao longo da história humana.

A contextualização histórico-cultural é fundamental às interpretações acerca do aproveitamento e relevância dos fenômenos sociais, entre os quais o turismo. Um exemplo é o próprio conceito de homem-máquina, que emergiu no século XVIII na Inglaterra como algo de valor progressista, simbolizando a desvinculação aos dogmas religiosos, algo que obviamente não possui a mesma conotação nos dias atuais.

De qualquer maneira, qualquer fato relevante à dinâmica da vida merece investigação, especialmente quando destoa do padrão comum. Um exemplo peculiar é o da chamada

“Sociedade B³”, em que pessoas com ritmos biológicos fora dos padrões suscitam que a sociedade em geral deve se flexibilizar temporalmente, no sentido de criar condições melhores para o aproveitamento do capital humano e suas diferentes temporalidades individuais e coletivas, tornando-a mais produtiva e viável. Assim, uma universidade que funciona no período da madrugada, focada em um público acostumado e interessado em ficar acordado durante à noite, expressa o respeito às diferenças, tanto do ponto de vista biológico quanto sociocultural.

É importante considerar que os tempos sociais na contemporaneidade são muito arbitrários e, de certo modo, restritos. Afinal, pode-se afirmar que há grandes diferenças entre universos temporais sociais e pessoais, e que tal oscilação é necessária à construção de uma relação cultural global mais dinâmica e adaptável.

Nessa perspectiva se balizam os estudos culturais e sua linha de pesquisa focada na crítica da cultura. E por tal motivo também se considera importante refletir sobre movimentos de contestação à ordem e ao padrão de comportamento disseminado na sociedade nas últimas décadas, especialmente aquele que dialoga com uma das bases de todo comportamento humano: sua relação com o tempo.

Como preâmbulo ao capítulo final da dissertação, que pretende discutir as especificidades brasileiras no aproveitamento e desenvolvimento de uma cultura de viagens menos frenética, destaca-se no âmbito da cronobiologia o autor Robert Levigne (2006), autor da obra *Geografia do Tempo*. Nesta, o autor destaca que no Brasil o nível hierárquico costuma determinar a autoridade em relação ao tempo. Em outras palavras, quem ocupa cargos sociais e profissionais de liderança tem maior poder de decisão em relação à quando devem ocorrer e quanto tempo deve durar cada evento social. Além disso, há indícios de que o ambiente influenciado pelas latitudes, as quais interferem sobremaneira nas condições ambientais (Ex: Temperatura, Nível de Luminosidade Claro/Escuro, entre outros aspectos) influencia de modo determinante a dinâmica sociocultural.

Uma das hipóteses colocadas por Levigne (2006) aponta que em países situados entre os trópicos há uma tendência de aproveitamento social mais espontâneo e informal que em países situados mais próximos às regiões polares, configurando-se contextos de ritmicidade ambiental e cultural distintos.

³ O “B” representa tanto o termo “Biológico” como indica uma perspectiva temporal e comportamental alternativa de organização social. Trata-se de um estudo do campo da cronobiologia que defende que, como cada pessoa possui um ritmo biológico distinto, as empresas, escolas e demais instituições ligadas à produtividade humana deveriam oferecer mais possibilidades de horários de atuação.

Entretanto, é preciso relativizar tal suposição, especialmente porque ela é pautada em uma construção conceitual proveniente de referências intelectuais invariavelmente vinculadas aos países mais desenvolvidos e de clima e localização temperada, possibilitando certo viés cognitivo sobre o assunto, de caráter relativamente imperialista (no sentido de ser ideologicamente imposto de cima para baixo) algo que serve como parâmetro analítico para o restante deste estudo, pois se aplica aos estudos culturais, à análise dos valores industriais, ao turismo e ao próprio Movimento *Slow*.

1.2 Revolução Industrial: valores e transformações culturais e temporais

Apresentada a discussão sobre a importância dos ritmos e as relações entre os tempos sociais e tempos biológicos, o passo seguinte é o desenvolvimento de uma reflexão acerca da transformação dos valores culturais ligados à Revolução Industrial⁴, entre os quais perpassa a questão de novos e conflituosos ritmos sociais.

A aceleração dos modos de vida urbanos intimamente relacionados à ascensão do industrialismo representa apenas uma das drásticas mudanças ocorridas fundamentalmente entre os séculos XVIII e XX, notadamente nos países mais desenvolvidos do Ocidente, sendo a Inglaterra sua precursora e balizadora ideológica.

Toffler (1981) aponta que a Revolução Industrial pode ser sintetizada como o período histórico em que a estrutura social agrária teve uma importante ruptura graças ao êxodo maciço da população para as cidades, a qual passou a trabalhar nas fábricas, estabelecendo uma nova relação com o tempo e o espaço, que passa a ser mecanicamente controlado e a servir como parâmetro de compensação pela jornada laboral, que passa a ser o elemento central da vida urbana.

O mesmo autor aponta, a partir de então, o surgimento da chamada sociedade de consumo, graças ao incremento da produção, da distribuição e da massificação de produtos e de informações. As ciências e diversas áreas do conhecimento humano passam a conhecer um desenvolvimento sem paralelo, os quais são incorporados, na maior parte das vezes, à lógica do sistema capitalista industrial emergente, facilitando os processos de gerenciamento e ordenamento produtivo.

⁴ Durante este tópico são utilizados diversos termos ligados à industrialização do mundo, tais como: Revolução Industrial, Industrialismo/Industrialização, Capitalismo Industrial, Lógica da Industrialização, Valores Industriais, Sociedade Industrial. Tais terminologias possuem conceitos bastante complexos, os quais apesar de tratarem de temáticas próximas, diferem-se entre si. Neste sentido e considerando que os mesmos têm sido discutidos por diversos autores relevantes de áreas distintas como Geografia, História, Sociologia e Economia, o intuito de sua utilização foi apenas didático, partindo-se da premissa de que seu significado elementar será compreendido pelo leitor, a partir das reflexões e citações colocadas *no corpus* da presente dissertação.

A abrangência de tal mudança estrutural na sociedade pode ser mensurada a partir da análise de Moriconi (1995 *apud* Gomes, 2008):

O campo de forças da modernidade se constitui em oposição ao campo do sagrado e do transcendental religioso, através da emancipação do sujeito antropocêntrico que instrumentaliza o mundo, transformando-o em objeto de conhecimento e de intervenção técnica. É em função deste poder instrumental que a razão científica ocidental deve ser encarada como efetivamente universal – isto é, dotada de uma validade capaz de atravessar qualquer barreira cultural. (MORICONI, 1995)

A cultura e o tempo sofrem, neste cenário, alterações perenes.

Na obra *Cultura e Sociedade*, Raymond Williams (2007), considerado um dos cânones dos estudos culturais anglo-saxões, apresenta a evolução do pensamento social inglês em relação à cultura. O ponto comum entre os diversos intelectuais usados como referência pelo citado autor é o incômodo crescente em relação às mudanças decorrentes da industrialização, o que inclui seus hábitos, costumes e técnicas de produção.

Contudo, o mesmo autor, em *O Círculo de Bloomsbury* (2011, in *Cultura e Materialismo*) procura distinguir o posicionamento ideológico chamado alternativo daquele considerado como opositor. O primeiro grupo seria, na concepção de Williams, formado por pseudo revolucionários, isto é, elementos que se prestariam a usufruir de uma aura progressista no sentido da preocupação com o equilíbrio da vida em sociedade, mas que, no fundo, querem apenas deleitar-se das mesmas benesses de quem está no poder. Esta perspectiva é interessante considerando-se, os posicionamentos e movimentos contestatórios emergidos a partir das mudanças de valores ensejados à sociedade ocidental no período da industrialização. Esta questão é retomada *a posteriori* na discussão específica sobre o Movimento *Slow*, a partir do questionamento sobre seu real sentido de transformação.

Ainda em relação ao período industrial e suas consequências culturais, é relevante retomar partes da obra *Costumes em Comum*, Edward Thompson (1998). Este apresenta algumas instigantes reflexões sobre um dos instrumentos mais usados pela lógica industrial: a hierarquização do poder e o desenvolvimento da postura paternalista. Segundo o autor, o Paternalismo é algo mutuamente negociado e não mutuamente consentido, constituindo-se como uma perene relação de disputa pelo poder. Também pressupõe o vínculo afetivo entre seus atores – patrão/empregado, dominante/dominado, algo que pode ser levado a cabo na análise da relação entre o sistema capitalista e o turismo, o turista e a comunidade receptora, e o turismo de massa em relação a formas mais brandas de fazer turismo, entre os quais o *Slow*

Travel pretende se mostrar como alternativa. Grosso modo, um depende do outro, inclusive no âmbito dos eventuais conflitos.

Outro aspecto salientado pelo autor indica que entre as ferramentas de controle das massas, a elite usa como estratégia a invisibilidade, colocando intermediários – inclusive as máquinas – como para-raios dos questionamentos e mobilizações populares. Também aponta que a elite ensina que pode se obter mais através da negociação do que na rebelião, o que desestimularia ações mais radicais e dificultaria mudanças mais profundas. Segundo o autor, as massas não pensam em, de fato, eliminar a elite – ou a estrutura de dominância – mas apenas corrigi-la, de forma que a relação de forças não atinja elevados patamares de desequilíbrio. Isto se aproxima à ideia de mediação aventada por Williams (2007), indicando que a sociedade em geral, em suma, realiza procedimentos de auto sabotagem no que tange a rupturas plenas, simplesmente porque não as querem de fato – por comodismo, medo, falta de informação e de articulação, entre outros fatores.

Thompson (1998) ajuda a ilustrar tal linha de pensamento ao afirmar que a disputa de forças entre dominantes e dominados é, de certa maneira, um jogo, um confronto simbólico, metaforizado pela relação magnética de atração e repulsão contínuas entre diferentes grupos sociais.

Gaulejac *apud* Batista; Grisci; Gallon; Figueiredo (2013) apresenta pertinente análise em que é possível questionar o alcance do Movimento *Slow*, à medida que o mesmo desponta como instrumento de reforma, não de revolução:

O *Slow Movement* não ataca a sociedade doente da gestão (Gaulejac, 2007); o movimento não problematiza profundamente as formas de organização social que geram e sustentam os paradoxos. As demandas do mundo do trabalho dificultam a ação dos indivíduos no sentido de se mobilizar contra as mesmas, sob o temor de perderem seu lugar nos grupos dos quais fazem parte, ainda que movimentos como o *Slow* se apresentem como alternativa aos estilos de vida vigentes. Nesse contexto, as ações propostas como soluções para os problemas advindos do uso do tempo servem como paliativos, e não realmente como revoluções. Tem-se que o *Slow Movement* é mais uma utopia do que uma proposta concreta de mudança; é mais uma inspiração do que uma possibilidade de revolução e mais se aproxima do sonho do que da realidade. (BATISTA; GRISCI; GALLON; FIGUEIREDO, 2013, p. 38)

Ainda na construção do pensamento vinculado à cultura a partir da Revolução Industrial, Hall (2009) propõe, assim como Williams (2007), o rompimento em relação a teorias e práticas do passado, reforçando a perspectiva vanguardista dos estudos culturais. Neste sentido e pautando-se em seus cânones, pode-se dizer que os Estudos Culturais procuram se opor ao papel residual atribuído à cultura. Esta, em realidade, se entrelaça a todas

as práticas sociais, inclusive as econômicas e ideológicas, aparentemente predominantes na Era Industrial.

Entre as principais contribuições de Hall (2009), está aquela que ressalta a contínua dialética entre poder e conhecimento, reforçando a necessidade de uso de uma cultura viva e politizada como instrumentos-base da transformação social.

Seus principais estudos definem cultura como algo que, ao mesmo tempo, representa os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais distintos, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; mas também como as tradições e práticas vividas, através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados. Em suma, a longa tradição agrícola não pôde ser abandonada com a invenção e materialização da industrialização. A Igreja, a Família, o Trabalho e até o Governo, consideradas instituições axiais da vida coletiva pela sociologia moderna, não ficaram muito tempo alheias às transformações profundas promovidas pela lógica industrial, despertando, desde o século XIX, uma necessidade premente de ajustes socioculturais, os quais se manifestam até os dias atuais.

Ainda no âmbito da luta e das relações de poder, Hall (2009) analisa que Williams (2007) procura se posicionar contrário ao materialismo vulgar e ao determinismo econômico. Afirma que nenhum modo de vida global existe se sua dimensão de luta e confronto com modos opostos de vida. Ele procura repensar a questão-chave de determinação e dominação através da Teoria da Hegemonia, proposta por Gramsci apud Moraes (1997):

Para Antonio Gramsci, o conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. Os mundos imaginários funcionam como matéria espiritual para se alcançar um consenso reordenador das relações sociais, consequentemente orientado para a transformação.

Hall (2009) ainda afirma que cada modo de produção é, em última análise, uma manifestação cultural plena. E que a luta de classes seria, na verdade, uma disputa de modalidades culturais. Percebe-se com isso que intervenções de caráter estruturalista vinculadas a estudos culturais se articulam em torno do conceito de ideologia. Hall (2009) aponta que Levi-Strauss e sua percepção em relação à semiótica representa uma ruptura à visão estruturalista tradicional. Caracteriza-se ainda como um paradigma de rigor científico às ciências humanas, o qual deve ser levado em consideração à construção da análise do objeto de estudo da presente dissertação.

O modo de produção, segundo Strauss, seria estruturado como uma linguagem, mostrando uma postura antirreducionista e antieconomicista, infelizmente muito comum nas análises sobre o fenômeno do turismo, pelo simples fato do prevalecimento do olhar industrial tradicional sobre o mesmo.

Com tudo isso, pode-se dizer que Hall (2009) está no limiar entre a abordagem culturalista e estruturalista. O fato deste autor ser caribenho, negro e de outra geração em relação a Williams e Thompson se constitui como importante referência para o processo de desterritorialização do pensamento crítico sobre cultura. Em outros termos, abre-se a possibilidade para pontos de vista externos ao contexto imperialista eurocêntrico ou anglo-saxão predominante no mundo ocidental nos séculos XIX, XX e XXI. Novamente é preciso salientar que o turismo enquanto área de conhecimento apresenta como essência de seu arcabouço teórico uma realidade possivelmente enviesada pelo domínio de livros e textos provenientes de países ricos e escritos em idioma inglês.⁵

Isto posto, cumpre realçar que o eixo central dos Estudos Culturais acaba mudando da Europa para os EUA, o que altera parcialmente suas principais abordagens, mas não deixa de constituir-se sob uma perspectiva, no mínimo, oligopolista. Entre outros aspectos relacionados às consequências culturais do fenômeno da industrialização, a abordagem norte-americana destaca a análise sobre as chamadas subculturas, mais ligada à expressão da juventude ou proveniente das periferias, bem como diversos estudos sobre a relação entre mídia e cultura.

Isto representa a incorporação da cultura à lógica industrial, algo que se consolidou durante todo o século XX, período de maturação e propagação dos valores industriais.

No século XX vem ocorrendo uma “revolução cultural” no sentido empírico, substantivo e material da palavra. Sem sombra de dúvida, o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas expandiu-se para além do conhecido. Ao mesmo tempo, a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos materiais. (HALL, 1997, p.19)

A mercantilização da cultura tornou-se uma das molas propulsoras da ascensão capitalista das últimas décadas, representando a expansão e a consolidação do processo industrial. Seus desdobramentos são diversos em nossa sociedade, sendo um dos mais relevantes o surgimento do chamado tempo livre, compartimentalizado e antagônico ao tempo do trabalho e das demais obrigações sociais.

⁵ Um artigo interessante que trata especificamente sobre esta questão foi escrito por Dann (2011).

Com tudo isso, é preciso salientar que a mudança do paradigma do tempo na sociedade ocidental dos séculos XVIII, XIX e XX é bastante representativa e, por vezes, questionada, especialmente por representar uma considerável ruptura ao modo de vida predominante até então. A relação do homem com o tempo passa a estabelecer um vínculo ainda maior com novas dinâmicas econômicas, espaciais, socioculturais e políticas vivenciadas a partir da Revolução Industrial, demonstrada, por exemplo, no processo crescente de urbanização da sociedade vivenciado no período e região em questão.

De forma a subsidiar tal discussão, a presente dissertação apresenta reflexões acerca da relação do homem com a ideia de temporalidade no período prévio e no transcorrer da Revolução Industrial. Destaca o surgimento do trabalho mecanizado, da produção em série, da urbanização moderna e do paradigma da separação do tempo, estimulados pela ascensão da industrialização na sociedade ocidental a partir do século XVIII como traços culturais históricos à análise da transformação do homem com o tempo a partir de então.

Como esteio de tal reflexão, Garcia (2001) apresenta um pertinente artigo intitulado *Ordem Natural e Ordem Cultural do Tempo*. O autor destaca que as primeiras civilizações sempre estabeleceram uma relação colaborativa com a natureza, com a preocupação de interagir com o meio de modo simbiótico.

O sistema de valores societários mudou de forma definitiva a partir da sedentarização, estratificação, monetarização e procedimentos de dominação, constituídos a partir da Revolução Agrícola, ocorrida há aproximadamente dez mil anos, conforme Ribeiro (1998). Este autor indica que as revoluções seguintes, como a Urbana, a Mercantil e a Industrial, ocorreram em intervalos de tempo cada vez menores, simbolizando uma aceleração das transformações socioculturais, uma crescente dependência e influência de fatores tecnológicos, culminando em uma crise de identidades em um mundo onde passado e presente invariavelmente apresentam valores e situações conflituosas, simbolizadas pelos contrastes das estruturas societárias contemporâneas.

Vale destacar ainda que na sociedade pré-industrial as relações de dominação através do trabalho já existiam, mas tendo patrão e empregados utilizando uma ordem mais natural do tempo. Conforme Garcia (2001), “O patrão contratava o trabalhador agrícola e o aprendiz de artesão por um ano. Não se mediam suas horas e sua vida se ajustava ao ritmo da vida do patrão. Era sempre ao ser humano total que se contratava”.

Deprest (1997) e principalmente Pimentel (2009) apresenta um conceito similar ao de Garcia (2001) e complementa a reflexão sobre a transformação da temporalidade humana a partir da consolidação de um novo modo de vida, pautado nas exigências e particularidades do

ambiente urbano, usando como referência, inclusive, o conceito de poder disciplinar do trabalho industrializado presente na obra geral de Foucault. Deprest (1997) aborda tal aspecto da seguinte maneira:

O repouso dos trabalhadores estava inserido no próprio ritmo de trabalho, naquela época mais ligado aos próprios ritmos da natureza. A sociedade industrial e burguesa destrói o ócio como norma, instituindo o trabalho como valor universal (DEPREST, 1997).

Algo muito próximo à perspectiva de Pimentel (2009, p.131-132), conforme elucidado abaixo:

O próprio modo de vida urbano então ascendente contribui para tal ruptura, ao vir a significar, entre outras coisas, uma nova temporalidade. O tempo do trabalho passa a ser ditado pelo relógio, cronométrico, possibilitando sua oposição com o tempo cronométrico do não-trabalho. Tais transformações da relação entre trabalho e tempo podem ser entendidas no bojo do que Foucault (2002) comenta ser uma nova mecânica de poder criada com essa sociedade burguesa, um poder “disciplinar”. (PIMENTEL, 2009, p. 131-132)

Percebe-se assim uma aproximação gradativa do modo de vida predominante nos dias atuais, não só pela atual sobrevalorização do tempo de trabalho, mas pela visão utilitarista e predatória vigente.

O empresário moderno, pelo contrário, só contrata por um número determinado de horas. Estas adquirem assim caráter de mercadoria, diferenciando-se de outros tempos. Ocorre então uma mudança de mentalidade que tende a considerar essas horas isoladas como as únicas rentáveis. A empresa moderna organiza o tempo de trabalho e estabelece seus ritmos, posto que necessita explorar ao máximo essas horas. (GARCIA, 2001)

Nesta lógica produtivista emergiram crescentes angústias ao se “perder ou esbanjar o tempo”, sendo a base para a vivência estressada do tempo, típico das sociedades avançadas. A pretensa evolução societária citada, invariavelmente, permanece atrelada à questão do trabalho e do progresso tecnológico e comunicacional que aceleram, padronizam e intensificam as relações sociais e econômicas humanas.

Com isso, na emergência industrializadora dos séculos XVIII e XIX “(...) descobriu-se em seguida que se podia fazer com que os seres humanos trabalhassem pelo tempo do relógio. O tempo se converteu assim em um bem precioso do qual se queria ter cada vez mais e mais.” (Garcia, 2001).

Chollet (2012), destaca a reflexão de Hartmut Rosa acerca do regime temporal como instrumento de controle social, respaldada pelo fortalecimento das instituições axiais da sociedade, apontando como consequências a perda gradativa do ritmo natural do ser humano,

a dimensão repressiva do relógio e a obrigatoriedade da eficácia no uso do chamado tempo livre:

O problema do tempo não é somente quantitativo – sempre no sentido de falta –, mas também qualitativo: não sabemos mais ocupá-lo, domesticá-lo. A concepção de tempo atual foi forjada pela ética capitalista, de origem protestante, porém amplamente secularizada: é um recurso abstrato que “deve ser usado da maneira mais intensiva possível”. O historiador britânico Edward P. Thompson relatou a resistência das primeiras gerações de operários quando viram que o tempo de trabalho imposto era definido pelo relógio, pela sirene ou pelo ponteiro, e não pela tarefa cumprida. Com essa regularidade, perde-se o hábito espontâneo de alternar períodos de trabalho intenso e períodos de ócio, que Thompson considera como o ritmo natural do ser humano.

É a divisão rigorosa do tempo que ordena a disciplina não só na fábrica, como também na escola, instituição que visa domesticar precocemente o futuro trabalhador: em 1775, em Manchester, o reverendo J. Clayton se inquietava de ver as ruas infestadas de “crianças maltrapilhas desocupadas, que não somente perdiam tempo, mas também criavam o hábito de brincar”. A dimensão repressiva da empresa aparece claramente quando o teólogo puritano Richard Baxter sugere a cada um, antes da generalização dos relógios de bolso, consertar “seu relógio moral interior”. Mais recentemente, em 2005, na Alemanha, o secretário democrata cristão da Justiça do estado de Hesse havia sugerido a necessidade de “vigiar os desempregados” por meio de “braceletes eletrônicos” para que pudessem reaprender a “viver nas horas normais”.

Se, ao longo das últimas décadas, o trabalho se intensificou e tende, em certas categorias de assalariados, a invadir a esfera pessoal, sua duração oficial não para de baixar desde o início da época moderna. Os sujeitos possuem mais tempo livre, mas estão mais submetidos ao ritmo infernal da vida coletiva. Além disso, sublinha Rosa, dedicam o tempo livre a atividades de pouco valor aos seus próprios olhos, como assistir à televisão: sofrem uma espécie de inibição que os impede de fazer aquilo que realmente têm vontade.

Hall (1996) complementa a discussão em torno da formação das sociedades contemporâneas, destacando que nas sociedades pré-modernas, além da questão temporal, “o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença – por uma atividade localizada.”

Segundo Giddens apud Hall (1996), “A modernidade⁶ separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade os locais são

⁶ Segundo Batistela & Boneti (2008, p.2): “(...) o termo moderno é de difícil precisão. Vamos optar por tratá-lo como sendo composto por uma diretriz central fundamentada em torno da postura relacional homem/natureza, mesmo que constituído por uma vasta gama de tendências intelectuais e políticas que surgiram aí, a partir das experiências vividas pela intelectualidade. Entendemos o eixo central desta discussão como sendo aquele fio condutor que norteia o pensamento moderno fundamentado na possibilidade de objetivação do mundo, onde, a natureza transforma-se na fonte única, para a técnica, a ciência e a indústria. Por isso, a discussão da relação homem/natureza.”

inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles”. Isto contribui, de forma determinante, na atual crise da relação humana com o lugar e a duração dos fenômenos culturais, algo abordado novamente no decorrer deste trabalho.

Garcia (2001), por sua vez, ressalta ainda que o paradigma da Idade Moderna é o relógio mecânico e não a máquina a vapor: “É precisamente a uniformidade e indiferença de um fluxo de tempo linear e mensurável o que permite qualquer manipulação, separação, condensação, precisão, standardização etc.” O tempo de trabalho transformou-se, por conseguinte, no tempo remunerado dentro do modelo civilizatório industrial.

Batistela & Boneti (2008) repercutem o conceito premente de mecanização do mundo, através da seguinte citação:

O mecanicismo invade, decisivamente, nossa estrutura perceptiva da realidade e todo universo passa a ser percebido mecanicamente. Newton consolida essa concepção com a construção das bases da Física Moderna Clássica, assentada na alegoria do universo máquina, um gigantesco mecanismo de relógio. Essa contribuição teórica de Newton foi significativa para a cosmovisão moderna, pois ao encadear a concepção mecânica do universo acaba ordenando, também, o pensamento e a percepção do meio natural, que vigora até os estertores do modelo civilizacional moderno, agora, mecânico (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 7).

A concepção e desenvolvimento inicial da Sociedade dita Industrial também é ressaltada por Giddens apud Hall (1996) que indica:

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS apud HALL, 1996, p.15)

Os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade. (GIDDENS apud HALL, 1996, p. 16)

O nascimento do “indivíduo soberano”, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado. Alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo o sistema social da “modernidade” em movimento. (GIDDENS apud HALL, 1996, p.25)

Ainda era possível, no século XVIII, imaginar os grandes processos da vida moderna como estando centrados no indivíduo “sujeito-da-razão”. Mas à medida que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriam uma forma mais coletiva e social. (GIDDENS apud HALL, 1996, p.29)

Bacon apud Batistela & Boneti (2008) merece ser citado por discutir de forma clara e sucinta a ética da Modernidade, em que o conhecimento sistematizado e racionalizado através

da ciência se torna o elemento central de manipulação, valorizando a mecanização e a subordinação da natureza aos desejos humanos. Os autores descrevem que:

A ideia famigerada de Bacon de que “saber é poder” atua, doravante, como princípio ético da modernidade. Incentiva e legitima a ideia da necessidade do desenvolvimento tecno-científico à custa da natureza e visando a intensificação das transformações (geralmente obscuras) do conhecimento humano sobre dinâmicas e configurações naturais.

A partir de Bacon, principal defensor da ciência enquanto conhecimento para transformar, manipular, controlar, dominar, perdemos a noção de ciência-contemplação, para ingressarmos na era da ciência-manipulação.

Se o mundo é como um relógio, interessa somente que ele funciona mecanicamente e autonomamente: possuindo um relógio não me importa saber quem o fez, importa que ele funciona com autonomia, sem a necessidade de intervenção de um suposto relojoeiro.

O método analítico cartesiano, cujo subproduto é o reducionismo científico, consolida-se, então, como modelo investigativo por excelência para o conhecimento da realidade, e funda as bases da ciência moderna. Consequentemente, na esteira dessa prática, engendra-se uma série de situações problema que caracterizam o padrão moderno de conhecimento da natureza. Instaura-se a fragmentação do saber e a busca de simplificação da complexidade do real (MORIN, 2001; 2002) e toda a série de dicotomias com seus impactos no contexto sociedade/natureza. Cria-se, pois, uma concepção de natureza essencialmente baseada no dualismo, cuja expressão máxima e fundamental é a separação homem/natureza, ponto nevralgico do desenvolvimento tecno-científico moderno.

Essa visão mecanicista (racionalista) de mundo e a prática científica tradicional que consolida o antropocentrismo, empreende, a partir do século XVII, um processo gradativo de separação humana da dinâmica natural do mundo. Dinamiza-se, a partir daí, uma nova visão de meio natural essencialmente utilitarista.

Essa nova antropologia acaba por inverter, então, completamente, o quadro de valores e referências de conduta imperantes ao largo do mundo medieval. Em sendo o universo algo ordenado, fixo e hierarquizado, existia uma hierarquia objetiva de valores que culminava com a noção de Sumo Bem (Summum Bonum). Nesse quadro, a hierarquia das ações humanas iniciava com o amor ao Bem, seguido do desejo e finalizado com o prazer (deleite). Para Hobbes e toda a modernidade, vinda em sua esteira, há uma inversão dos móveis da conduta, partindo de sensações de prazer (ou desprazer), que acarretam desejo (ou aversão) e que culminam com o amor (ou ódio). (BATISTELA & BONETTI, 2008, p. 2-12)

Ademais, os mesmos autores ressaltam o caráter individualista e mercantilista como elementos-chave da nova perspectiva moderna-industrial, a qual influência de modo determinante os valores societários até os dias atuais:

Socialmente, desenvolve-se uma sociedade crescentemente energívora e imbuída de valores individualistas e materialistas.

A cosmologia moderna compreende o mundo mecanicamente, portanto: torna-se desnecessária uma perspectiva ética para a relação homem/natureza. Por isso com o avanço da modernidade, a guerra (de expropriação) passa a ser de todos contra a natureza, mediada unicamente pela perspectiva hedonista e utilitarista própria da cosmovisão moderna.

Hobbes funda, portanto, uma nova antropologia, adequada à nova ordem social emergente. Nesse novo contexto, o ser humano hierarquiza os valores: não há um valor e um bem objetivo, mas a noção de interesse (pessoal) passa a ser a chave da modernidade.

Essa perspectiva individualista e a noção de utilidade como referência ética fundamental da modernidade, encontrar-se-ão, como procuraremos mostrar mais adiante, na base da crise socioambiental atual.

Estamos pois, diante daquilo que podemos considerar o novo princípio ético da modernidade: uma visão de total subordinação da natureza ao desejo moderno humano, de cunho individualista, materialista e economicista. (BATISTELA & BONETTI, 2008, p. 2-12)

Tal mudança de valores se manifesta no âmbito do lazer, constituindo-se uma forma de uso do tempo livre sem precedente e baseada inicialmente na individualização, para que isso sirva de base à competição e ao consumo. Morin (1969, p.67-69) apresenta relevante contribuição sobre o assunto, que pode ser percebida com as seguintes reflexões:

O lazer moderno não é apenas o acesso democrático a um tempo livre que era o privilégio das classes dominantes. Ele saiu da própria organização do trabalho burocrático e industrial.

O tempo de trabalho enquadrado em horários fixos, permanentes, independentes das estações se retraiu sob o impulso do movimento sindical e segundo a lógica de uma economia que, englobando lentamente os trabalhadores em seu mercado, encontra-se obrigada a lhes fornecer não mais apenas um tempo de repouso e de recuperação, mas um tempo de consumo.

A semana de trabalho passa de 70 horas em 1860 para 37 horas em 1960 nos EUA. Nesse sentido, o lazer é um tempo ganho sobre o trabalho.

O lazer moderno surge, portanto, como o tecido mesmo da vida pessoal, o centro onde o homem procura se afirmar enquanto indivíduo privado.

Essas transformações estabelecem uma crescente dicotomia entre os tempos natural e cultural. De acordo com Garcia (2001):

A ordem cultural do tempo já não guarda relação alguma com os ritmos naturais do tempo. Nesta tendência a uma ordem social do tempo manifesta-se toda uma série de aspectos parciais: precisão (unidades de tempo cada vez menores), coordenação e sincronização social de todos os aspectos da vida segundo medidas abstratas do tempo, controle, compromissos agendados e pontualidade, universalização das unidades de espaços pequenos, etc.

Para o autor, “tem havido uma espécie de co-evolução técnico-cultural concomitante ao desenvolvimento da ordem cultural do tempo”. Concorde-se com o mesmo quando afirma também que “o desenvolvimento das ordens culturais do tempo é concomitante à extensão da sociedade industrial euro-norte-americana. Entre suas manifestações mais importantes estão: a

universalização do tempo (calendário, horas, fixação dos fusos horários) e a tendência à homogeneização da ordem cultural do tempo, independentemente das peculiaridades regionais e climáticas”.

Assim, os valores que passam a direcionar a sociedade moderna a partir da revolução industrial e com claras influências na sociedade pós-industrial são a velocidade e a aceleração crescentes. A partir do século XVIII até os dias atuais, os veículos de comunicação e de transporte diminuíram distâncias, ampliaram informações e tornaram a dinâmica da sociedade frenética.

O futuro, neste contexto, se torna um fator condicionante essencial do presente. Esta circunstância, certamente, tem modificado a representação do próprio tempo. Garcia (2001) afirma que o “incremento dos ritmos não modifica só as técnicas e a organização do trabalho. Também se altera o sentimento do tempo e suas estruturas. A rápida mudança tecnológica dissolve a ordem tradicional do tempo”.

Entre as mudanças mais impactantes decorrentes da última grande transformação civilizatória, denominada revolução termonuclear, também destacada por Ribeiro (1998) é a busca compensatória, através da tecnologia, da formação, simbolizada pelo crescente conceito de educação permanente. Garcia (2001) faz uma consideração neste sentido:

Difundem-se informações e conhecimentos em intervalos cada vez menores (módulos), nos quais não resta já nenhuma margem temporal para a apreensão e elaboração intelectual e física. O princípio diretivo do ensino é também o de ganhar tempo, mesmo que para Rousseau a regra de ouro da educação consistisse em perder tempo, não em ganhá-lo.

As mudanças ocorrem com tamanha velocidade que se tornam cada vez menos perceptíveis, pelo menos na sua amplitude, complexidade. De fato, o princípio e o fim das coisas apresentam-se cada vez mais diluídos. Algo que Garcia (2001) ressalta não ser benéfico para a sociedade, por conta da premente necessidade de situarmo-nos no tempo, estabelecendo de forma clara o início e o término das experiências:

Dilui-se assim o princípio e o fim das coisas. Porém, o ser humano necessita conhecer o princípio e o fim para diferenciar os processos, os desenvolvimentos, as dinâmicas, para se orientar no fluxo do tempo. Na sociedade da alta velocidade o tempo mesmo se converte em objeto de aceleração. A consequência é que cada vez carece-se mais do tempo necessário para dar sentido ao princípio e ao fim das coisas, tanto no âmbito individual como social. O final do velho e o começo do novo sobrepõem-se com mais frequência. O novo é substituído precipitadamente pelo mais novo, como demonstra por exemplo o mundo dos computadores. As separações e conexões, começos e conclusões, ocorrem simultaneamente.

Os ritos, cerimônias e símbolos perdem força na medida em que a ordem temporal separa-se da natureza e do acontecer social. Esta separação tem raízes na ideia de “progresso” que, em sua versão atual, carece de conclusão. Sempre há que se seguir avançando. A atividade humana não tem um objetivo concreto, salvo o do próprio progresso. O princípio e o fim são determinados pelo ritmo estabelecido pelos seres humanos, e não pela natureza. O progresso se apropriou do futuro e, com ele, do tempo.

Na sociedade industrial tudo tem de estar permanente, ou seja, a qualquer hora e em qualquer lugar. As relações humanas adquirem assim o caráter de relações contratuais, racionalizadas em função do proveito recíproco. Reduz-se o gasto material e emocional, e as tarefas individuais e sociais trasladam-se a instituições burocráticas criadas.

Outro conceito importante disseminado por Garcia (2001) é o da ecologia do tempo: “vive-se sobre o “trans”: transporte, transitoriedade, transversalidade, transnacionais etc. Como o culto à velocidade está a ponto de fazer com que o mundo se perca, chega-se a uma situação em que é preciso perguntar-se por uma ecologia do tempo”.

Este pode ser considerado um princípio norteador de desenvolvimento contemporâneo, em que se procure estabelecer o reencontro da ordem cultural do tempo com sua ordem natural, partindo da melhor compreensão da conexão entre os ritmos ambientais e humanos; entre as escalas temporais dos ecossistemas; e da necessidade de tempo para observação, absorção e compreensão dos fenômenos ao nosso redor.

Como conclusão, Garcia (2001) nos brinda com uma adequada colocação de que a qualidade do uso do tempo liberado das obrigações é um dos principais caminhos para a emancipação do homem em relação à ditadura do relógio:

Apesar de todas suas limitações e aberrações, na sociedade atual seria possível fazer um uso mais participativo e emancipador do tempo. Seria viável um melhor aproveitamento dos espaços públicos e coletivos existentes, tanto na infraestrutura existente como buscando novas utilizações. Seria preciso opor-se à desregulação-privatização dos âmbitos públicos, isto é, *populicus*, e reivindicar, em troca, sua ampliação. Deste modo, o consumo cultural perderá gradualmente seu caráter de espetáculo passivo para se converter em participação ativa.

É preciso partir da base de que o escasso desenvolvimento de alguns elementos do tempo livre e a manifesta desigualdade entre as distintas classes e grupos sociais podem surgir de duas causas. Primeira, do baixo nível cultural do ócio, do escasso desenvolvimento dos gostos, demandas e necessidades, assim como da incapacidade para organizar esse tempo, ou da infra utilização das possibilidades existentes. Segunda, pela falta de condições objetivas necessárias para essa melhor utilização.

Desde logo, não importa somente a quantidade, senão também a qualidade, o conteúdo do tempo. Daí que convenha examinar o emprego do mesmo já a partir do ponto de vista do objeto da utilidade (o que se faz) e da perspectiva de seu caráter (como se faz). É preciso saber também como se formam e desenvolvem os gostos, quem os determina e se beneficia com eles.

Uma mudança no emprego do tempo passa, finalmente, por uma definição da cultura a partir da prática dos cidadãos e de um novo conceito de ser humano. Teria que se criar uma cultura cotidiana na qual o tempo fosse próprio e não alienado e alienante, de outros, dos poucos que se enriquecem com as carências dos muitos. Criar uma nova cultura significa antes de tudo liberar o potencial criador e organizador dos cidadãos, fazendo com que sejam protagonistas ativos e não consumidores de uma minoria de “conhecedores”; seria preciso “ampliar o círculo de conhecedores”, como dizia Brecht. (GARCIA, 2001)

Assim, concorda-se com o autor quando indica que os tempos biológicos e culturais devem ser compreendidos para que se amenizem conflitos e que a base deste processo está na conscientização do indivíduo e dos grupos sociais e o respeito às limitações temporais do outro e do meio onde se vive. Para Garcia (2001):

A humanidade parece uniformizar-se com rapidez. Irreflexivamente, poderia considerar-se que esta abundância de estímulos marca o progresso da organização social moderna. Mas o desenvolvimento desta não pode medir-se pela densidade de estímulos sociais novos, mas sim pelo quão adequados sejam estes estímulos para aperfeiçoar a organização social, para a criação de um meio humano mais solidário e mais livre.

1.3 A Era da Globalização e os conflitos ideológicos, de poder e de identidade contemporâneos

Feita a contextualização dos valores industriais e de sua relação com a dinâmica temporal emergida a partir de então, parte-se para uma discussão mais focada em como os modelos societários mais contemporâneos avançaram no sentido de promover ideias inovadoras e relações sociais mais dinâmicas e flexíveis, condizentes com a clara e crescente tensão da relação do homem com o tempo.

Neste aspecto, autores como Ortiz, Hall, Castells e Santos apresentam contribuições essenciais. Este, por exemplo, destaca na obra *Por uma outra Globalização* (2010) o lado perverso do atual processo de integração e padronização socioeconômica, a qual se projeta a partir de uma perspectiva essencialmente capitalista, valorizando o consumo e a individualidade de modo a facilitar a perda de valores ideológicos e identitários, servindo finalmente à perpetuação do *status quo* das classes mais favorecidas.

Isto iria de encontro à imagem progressista e desenvolvimentista disseminada pela mídia, governos e grandes corporações – a chamada globalização como fábula, ainda segundo Santos (2010). Contudo, a grande contribuição do citado autor é indicar a possibilidade de uma nova perspectiva de integração mundial, sob um enfoque mais humano.

Este se pautaria na disseminação e apropriação de novas ideologias por todo o mundo e na valorização da diversidade e miscigenação cultural, algo inexoravelmente em andamento,

ainda que os mecanismos tradicionais de poder desenvolvam novas formas de coibição de transformações sociais profundas.

Complementando a ideia de difusão cultural apresentada pelo renomado geógrafo brasileiro, Castells (1999) desenvolve o conceito de formação de uma sociedade em rede, que representa outra maneira de se estabelecer relações sociais.

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.

Segundo o mesmo autor, grande parte das relações sociais na atualidade estaria pautada na disjunção sistêmica entre o local e o global, acrescentando, através da separação, segregação, diferentes estruturas de tempo e de espaço, e das relações de poder e de experiências vivenciadas. Esta prática conflituosa, portanto, seria parte da essência da nova sociedade, colaborando para o desenvolvimento de novas identidades socioculturais.

A complexidade deste processo é medida também por Garcia (2001), que ressalta:

Esta sociedade da renovação fugaz e constante, onde as novidades determinam o mercado, faz com que os seres humanos experimentem cada vez menos os limites das coisas e corram cada vez mais atrás delas. A experiência dos limites é necessária para a experiência do próprio eu, para a constituição da identidade e da consciência de si mesmo. Serve para diferenciar e dominar os acontecimentos da vida.

Uma das questões centrais na discussão sobre identidades passa pela autonomia de grupos e indivíduos no processo de sua construção. Afirma Castells (1999): “A construção de intimidade com base na confiança exige uma redefinição da identidade totalmente autônoma em relação à lógica de formação de rede das instituições e organizações dominantes.”

O autor faz uma comparação entre a forma de constituição da identidade no passado e no presente. Naquele momento, a sociedade civil definiu seus valores e padrões de comportamento com base em movimentos organizados e segmentados, como as mobilizações trabalhistas da segunda metade do século XIX e início do século XX.

No momento atual, Castells coloca que somente uma estrutura comunitária multirepresentativa pode definir e gerir novos padrões identitários, ainda que tal viabilidade seja uma preocupação do próprio autor. Nesta linha de pensamento, estruturas políticas

formais e informais, públicas, privadas ou mistas constroem conjuntamente parâmetros de valorização e desenvolvimento societário, em uma dinâmica fragmentada, e, ao mesmo tempo, quase orgânica.

Com isso, cada núcleo comunitário procura definir ou redefinir seu papel na sociedade, com uma visão intracultural, multicultural e transcultural. Hosson apud Castells (1999) destaca tal busca de diferenciação: “Os anseios de expressar a própria identidade e de tê-la reconhecida de forma concreta pelos outros são cada vez mais contagiantes, e têm de ser admitidos como força elementar, mesmo no mundo restrito e aparentemente homogeneizador da alta tecnologia do final do século XX. ”

Outro ponto fundamental discutido ainda por Castells (1999) é a questão da mudança de foco do nacionalismo contemporâneo. Este tema também é colocado em pauta por Hall (1996, p.49-50), afirmando que:

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião, e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.

A cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações.

Já de acordo com Castells (1999), está em curso um processo de retomada de valores pré-industriais, no sentido da valorização crescente dos núcleos comunitários e dos processos de construção e disseminação ideológicas construídas de modo horizontal e não vertical, como prevalece na visão industrializadora.

Para este autor, tal mudança permitiria a construção de um processo social unificador mais reativo que ativo, e mais cultural que político. Portanto, parte-se da ideia de defender valores culturais já estabelecidos, ao invés da construção e/ou defesa de um estado, valores-base das formações identitárias predominantes a partir da industrialização até meados do século XX.

Yoshino apud Castells (1999) diz: “O nacionalismo cultural procura regenerar a comunidade nacional por meio da criação, preservação ou fortalecimento da identidade cultural de um povo, quando se sente sua falta ou uma ameaça a essa identidade. ”

A definição de Nação nos dias atuais destacada por Yoshino passa pela construção de memórias coletivas baseadas em vivências históricas e processos políticos partilhados entre comunidades culturais construídas. Todavia, Castells (1999) ressalta que uma das mais complexas e persistentes discussões dos estudos socioculturais contemporâneos diz respeito ao suposto desaparecimento das comunidades, a partir do paradigma da crescente urbanização.

Santos (2010, p.24) reforça a importância de uma participação política ampla e profunda, extrapolando os limites governamentais, para a mudança estrutural do processo globalizante pautado na lógica do Capital:

“Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro”.

Percebe-se uma preocupação com a difusão conceitual decorrente deste fenômeno, complementado/representado pela recente globalização espacial, cultural e econômica da sociedade. Ainda de acordo com Castells (1999): “As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas”.

Em seguida, o autor apresenta uma hipótese sobre como a resistência cultural manifestada em diferentes pequenas escalas (individual, micro comunitária, urbe-comunitária, entre outras) gera um sentimento de pertencimento que leva a formação de uma identidade cultural, não raro comunal. Segundo Castells (1999): “Para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários).”

Os movimentos urbanos, difusos, fragmentados, informalizados e, por vezes, contraditórios, representariam a mais recente e possivelmente relevante reação aos processos de dominação e exploração do outro, alimentadas pelo sistema capitalista contemporâneo. Seria, segundo o autor, uma espécie de sintoma de nossa própria crise ideológica, a qual, por sua vez, parece ser fundamental para a reconstrução das identidades e consequente transformação da sociedade.

Algo próximo, portanto, ao observado por Hall (1996) que apresenta a teoria da descentralização do sujeito, como base para a instabilidade identitária dos dias atuais.

Resumem-se tais reflexões através das seguintes citações de Castells (1999):

Às portas da Era da Informação, uma crise de legitimidade tem esvaziado de sentido e de função as instituições da Era Industrial. Sobrepujado pelas redes globais de riqueza, poder e informação, o Estado-Nação moderno vem perdendo boa parte de sua soberania. (p.417)

As identidades de resistência não estão restritas a valores tradicionais. Podem também ser construídas por movimentos sociais ativistas, ou ao redor deles, que optam por estabelecer sua autonomia em sua própria resistência comunal uma vez que não têm força suficiente para tomar de assalto as instituições opressoras às quais se opõem. (p.419)

As comunidades de resistência defendem seu espaço e seus lugares diante da lógica estrutural desprovida de lugar no espaço de fluxos que caracteriza a dominação social na Era da Informação. Elas reivindicam sua memória histórica e/ou defendem a permanência de seus valores contra a dissolução da história no tempo intemporal e a celebração do efêmero pela cultura da virtualidade real. (p.422)

A nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento. Este poder encontra-se na mente das pessoas. Por isso o poder na Era da Informação é a um só tempo identificável e difuso. Sabemos o que ele é, contudo não podemos tê-lo, porque o poder é uma função de uma batalha ininterrupta pelos códigos culturais da sociedade. (p. 423)

Por isso as identidades são tão importantes e, em última análise, tão poderosas nessa estrutura de poder em constante mutação – porquanto constroem interesses, valores e objetos, com base na experiência, e recusam-se a serem dissolvidas estabelecendo uma relação específica entre natureza, história, geografia e cultura. As identidades fixam as bases de seu poder em algumas áreas da estrutura social e, a partir daí, organizam sua resistência ou seus ataques na luta informacional pelos códigos culturais que constroem o comportamento e, conseqüentemente, novas instituições. (p.424)

Assim, concorda-se com Castells (1999) quando afirma que:

“O principal agente identificado em nossa jornada pelos campos povoados por movimentos sociais consiste em uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela”.

De fato, este seria claramente o caso do chamado Movimento Ambientalista, constituído a partir de redes de atividades descentralizadas manifestadas em diversas escalas espaciais. Sua função seria:

Mais do que simplesmente organizar atividades e compartilhar informações. Elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores dos códigos culturais. Não só

pela Rede, mas em suas múltiplas formas de intercâmbio e interação. Seu impacto sobre a sociedade raramente advém de uma estratégia altamente articulada, comandada por um determinado núcleo. Suas campanhas mais bem-sucedidas, suas iniciativas mais surpreendentes, normalmente resultam de “turbulências” existentes na rede interativa de comunicação em múltiplos níveis – que se pode verificar, por exemplo, na produção de uma “cultura verde” por parte de um fórum universal em que se compartilham experiências de preservação da natureza e, ao mesmo tempo, sobrevivência ao capitalismo. (CASTELLS, 1999)

Outro movimento social contestatório do período pós-guerra, com clara influência no comportamento social dos dias atuais, é o Feminismo. Segundo Hall (1996):

“Fez parte daquele grupo de “novos movimentos sociais”, que emergiram durante os anos 1960 (o grande marco da modernidade tardia), juntamente com manifestações estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com “1968””.

Ainda segundo o citado autor, aquilo que seria mais relevante absorver sobre tais perspectivas combativas de mobilização social da segunda metade do século XX resumem-se em:

Esses movimentos se opunham tanto à política liberal capitalista do Ocidente quanto à política “estalinista” do Oriente.

Eles afirmavam tanto as dimensões “subjetivas” quanto as dimensões “objetivas” da política.

Eles suspeitavam de todas as formas burocráticas de organização e favoreciam a espontaneidade e os atos de vontade política.

Como argumentado anteriormente, todos esses movimentos tinham uma ênfase e uma forma cultural fortes. Eles abraçaram o “teatro” da revolução.

Eles refletiam o enfraquecimento ou o fim da classe política e das organizações políticas de massa com ela associadas, bem como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais.

Cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma identidade para cada movimento. (HALL, 1996, p.45)

Goldman (2007) ressalta ainda a diminuição das lutas proletárias em relação ao Estado, destacando que este começa a perder o poder a partir de mobilizações organizadas da sociedade civil, disseminadas com mais intensidade a partir dos anos 1960: “Como se sabe, por “novos movimentos sociais” se costuma designar em conjunto algo heteróclito de lutas que, nas décadas de 1960 e 1970, pareciam estar substituindo o “velho” movimento operário

(com seus sindicatos e associações) como processo característico da "sociedade civil" - ou seja, de tudo aquilo que não era o Estado.”

Em contrapartida, Ortiz (2009) apresenta uma postura mais distanciada e imparcial em relação aos movimentos de contracultura contemporâneos, tecendo inclusive algumas críticas sobre suas formas de concepção e, principalmente, pela forma como são apropriadas e disseminadas pelos pensadores das ciências sociais e dos estudos culturais:

Ainda segundo o citado autor: “(...) toda ideologia é uma concepção de mundo, não um processo histórico. Conceber a globalização como ideologia significava negar sua existência como movimento real, calcado em contradições materiais, ele seria fruto de uma falsa consciência. Ilusão que por fim se desfaz diante da inexorabilidade dos eventos”.

Outras reflexões pertinentes ao tema do presente capítulo apresentados por Ortiz (2009) são:

Os próprios movimentos antiglobalização se auto redefinem e passam a se denominar “alter” globalização. Mas buscar por outro caminho implica combater as ideologias hegemônicas, e, simultaneamente, reconhecer a historicidade de um processo social no interior do qual visões alternativas podem ser contrapostas. (p.240)

Uma ideologia é um discurso coerente que articula uma compreensão de mundo. Certamente sua coerência contém uma dimensão particular, o ponto de vista daqueles que a enunciam, no entanto, trata-se de um conhecimento específico, uma forma de se apreender a realidade. Ela seria, pois, um universo simbólico, uma “linguagem”, ou em termos da escola francesa de Sociologia, uma representação. (p. 241)

A globalização não constituía simplesmente uma temática nova a ser incorporada ao conjunto interpretativo das Ciências Sociais. Este era o obstáculo maior. Ela desafiava as próprias categorias cultivadas pelo pensamento sociológico. Isso, certamente, dificultou sua compreensão. Sobretudo quando os seus fundamentos encontram-se ameaçados. “Partido”, “governo”, “sindicato”, “identidade nacional”, “classe social”, eram conceitos impróprios para se compreender a transnacionalização das relações sociais. (p.242)

O estoque das ideias não é anacrônico, como pensavam os pós-modernos, elas são reapropriadas, reinvestidas de sentido, e constituem o patrimônio ao qual as novas contribuições são agregadas (p. 245)

Esta última reflexão é especialmente importante por reforçar o conceito de que o pós-modernismo ou a pós-industrialização não simbolizam a negação da modernidade ou da Era Industrial. Na verdade, representam novas formas de apropriação e utilização daqueles valores no contexto contemporâneo, por vezes refutando-o, modificando-o ou ajustando-o a uma dinâmica sociocultural distinta de períodos históricos predecessores.

Feita tal contextualização, é importante salientar que no capítulo seguinte será possível traçar um paralelo entre a reflexão supracitada e as bases de criação e desenvolvimento do

Movimento *Slow*, objeto central do presente estudo, o qual possui uma clara conotação de busca do equilíbrio entre fatores ecológicos, econômicos e socioculturais e revalorização e ressignificação das bases comunitárias e das minorias, constituindo-se como referência de princípios sustentáveis mais abrangentes e adequados.

Antes disso, vale descrever e analisar de forma complementar algumas considerações acadêmicas recentes sobre o principal movimento de transformação social contemporâneo: a globalização e sua consequente absorção e transformação dos patrimônios culturais identitários como mercadorias e, não raro, espetáculos de entretenimento midiático, os quais dialogam, muitas vezes, com as ideologias e experiências de lazer e de turismo. Hall (1996), destaca:

Globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (p.67)

A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica de “sociedade” como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço. (Giddens *apud* Hall, p.68). Essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais. (p.68)

A aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância. (p.69)

À medida que o espaço se encolhe para se tornar uma aldeia “global” de telecomunicações e uma “espaçonave planetária” de interdependências econômicas e ecológicas – para usar apenas duas imagens familiares e cotidianas – e à medida em que os horizontes temporais se encurtam até ao ponto em que o presente é tudo que existe, temos que aprender a lidar com um sentimento avassalador de compreensão de nossos mundos espaciais e temporais (HARVEY *apud* HALL, p.70).

Ainda segundo Hall (2006), “o fenômeno de globalização tem consequências paradoxais. Por um lado, reforça a identidade local, por outro, estimula a homogeneização cultural”. Esta dualidade também é ressaltada por Cardoso *apud* Castells (1999): “por um lado, a globalização impõe padrões comuns, pois difunde uma mesma matriz produtiva, baseada na nova tecnologia que apaga distâncias, mas, por outro, propicia reações locais que nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais”.

Goldman (2007) salienta a interface crescente entre cultura e política dos movimentos sociais pós-modernos:

Publicado já no final dos anos 1990, o livro organizado por Alvarez, Dagnino e Escobar talvez apresente como uma de suas principais contribuições uma clara percepção de que os chamados novos movimentos sociais "atuam na *interface* entre cultura e política", contestando culturalmente noções específicas da política e do político, obrigando a "repensar as *dimensões culturais do político*" e a refletir sobre as "*dimensões políticas da cultura*". Ao lado das "novas formas de fazer política", os novos movimentos sociais promoveriam "formas novas de sociabilidade" e, sobretudo, utilizariam os temas da identidade e da cultura "como meio de mobilizar ou engajar participantes" e como base para suas reivindicações. Nesse sentido, os movimentos teriam mesmo desenvolvido uma "concepção alternativa de cidadania", encarando as "lutas democráticas" como lutas pela redefinição global da sociedade em todas as suas esferas e para todos os seus segmentos. (GOLDMAN, 2007, p. 10)

Das práticas sociais organizadas surgem os chamados Movimentos Sociais. Castells (1999) ressalta recentes processos de busca de reestruturação societária, alcançados através de mobilização coletiva. Essas, invariavelmente, apresentam-se contestes à dominante lógica da sociedade capitalista globalizada, servindo de contraponto à mesma.

Vivenciamos no último quarto de século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes. Essas expressões encerram acepções múltiplas, são altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade. Incorporam movimentos de tendência ativa voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico, como, por exemplo, o feminismo e o ambientalismo. Mas incluem também ampla gama de movimentos reativos que cavam suas trincheiras de resistência em defesa das categorias fundamentais da existência humana milenar.

Todavia, o modelo societário predominante pautado no consumo e no individualismo dificulta o estabelecimento de vínculos ideológicos e a disseminação das mobilizações coletivas, como aponta Enrique *apud* Batista; Grisci; Gallon & Figueiredo (2013):

O crescimento da valorização do dinheiro leva à perda dos vínculos sociais, ao aumento da competição desenfreada, enfraquecimento de movimentos sociais e das lutas sindicais e ao crescimento do poder das empresas, que exigem dos cidadãos se identificarem com elas, através da colocação dos valores organizacionais como seus próprios (ENRIQUEZ *apud* BATISTA et al, p.35, 2013).

Hall (1996, p.74) complementa tal reflexão, reforçando a crise identitária contemporânea e relacionando-a questão da temporalidade:

Alguns teóricos culturais argumentam que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na indiferença e no pluralismo cultural descrita por Kenneth Thompson (1992), mas agora numa escala global – o que poderíamos chamar de pós-moderno global.

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” - como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo.

À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.

Os Movimentos Contestatórios têm se desenvolvido nos últimos anos, inclusive, no âmbito do turismo, elemento cultural principal deste estudo. De acordo com Guimarães (2011), “(...) em função das dimensões contemporâneas do capitalismo, associadas à velocidade dos processos de produção e consumo, os deslocamentos humanos também são afetados, assim como a subjetividade.”

Isto significa que os processos de escolha de destinos e experiências turísticas sofrem, não raro, uma clara influência da chamada indústria cultural, afetando a dinâmica das viagens em todo o planeta. Vale destacar, por exemplo, as reflexões apresentadas por Guimarães (2011), indicando que “(...) a problematização das relações entre espaço-tempo, questão essencial dos deslocamentos humanos, tem apresentado considerável importância no entendimento da modernidade e seus desdobramentos.”

Entre os autores que abordam o processo de mercantilização das relações sociais, aplicável ao turismo, estão Arins e Van Bellen (2009), que dizem:

A sociedade objetiva o sistema produtivo e as relações de consumo e esquece seus resultados. A degradação ambiental, o comportamento predatório e a desigualdade social são efeitos da relação homem e meio ambiente subordinada ao mercado. Este contexto estabelece uma relação entre economia e sistema social na relação de mercado, no qual a sociedade é uma parte do mercado ao invés da economia pertencer às relações sociais. (ARINS e VAN BELLEN, 2009)

Portanto, a predominante essência capitalista industrial costuma se aplicar em diversas vertentes culturais, inclusive o turismo, que é um fenômeno massificado e globalizado muito dependente de fatores econômicos e tecnológicos, entre outros. Diante disso, autores vinculados a estudos socioculturais do universo das viagens questionam sua predominância ideológica economicista e excludente, conforme Barretto (2003):

O planejamento do turismo tem estado, historicamente, balizado por teorias e práticas da área administrativa e por técnicas publicitárias e de marketing; as

primeiras desenvolvendo projeções futuras com base nas tendências de mercado, e as segundas criando hábitos de consumo. Se, de um lado, esse planejamento trouxe muito dinheiro para os participantes nos negócios turísticos, os resultados, para as comunidades envolvidas, não estão muito claros.

A própria condição de efemeridade e frivolidade do turismo é discutida também sob a ótica do viajante, que para alguns pensadores apenas cumpre um papel social temporário, conforme Guimarães (2011): “Os turistas, entre outros tipos de “sujeitos móveis”, aparecem enquanto um “objeto” de estudo desterritorializado, o que implica em uma condição de efemeridade, pois não se “é turista”, mas se “está turista”, em dado tempo e lugar.”

Esta condição gera uma série de comportamentos atrelados à questão da temporalidade, como a busca de experiências de viagem intensas, capazes de aliviar as angústias cotidianas de modo quase instantâneo. Algo que, invariavelmente, não funciona, pelo simples fato de que é preciso tempo para desligar-se da condição mecanizada imposta no cotidiano da maioria para, a partir de então, mergulhar na condição de viajante, descobridor de mundos exteriores e interiores. Segundo Urry (1996), “as novas condições de mobilidade também indicariam a configuração de um “pós-turismo” associado à presença difusa de signos em todos os lugares”. Esta perspectiva de nova realidade turística ainda se confronta com valores industriais, com a predominância destes. Um exemplo é a dominação de uma dinâmica utilitarista na relação entre turista e comunidade receptora. Para Barretto (2003):

Os habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os turistas, mas o dinheiro dos turistas. Os turistas passam a ser um mal necessário. Mal porque sua presença incomoda; necessário porque seu dinheiro faz falta. Os turistas, por sua vez, veem no habitante local apenas um instrumento para seus fins. O grande paradoxo do turismo é que essa atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada.

Com tudo isso, o Turismo, assim como outros fenômenos culturais contemporâneos, parece vivenciar um período histórico de conflito de valores. De um lado, a tradição consolidada da visão industrial, pautada em valores mercantis de produção em massa, conflito entre dominantes e dominados, artificialização das relações humanas e coisificação da cultura, ainda dominam a maioria das relações entre visitantes e visitados. Todavia, há uma crescente perspectiva de mudança da forma de pensar a vivência turística, entre as quais tem emergido o *Slow Travel* e os demais movimentos de desaceleração da sociedade que afetam, direta ou indiretamente, a dimensão e a dinâmica do universo das viagens, algo que será esmiuçado *a posteriori*.

2. A Cultura do Turismo na Era Industrial e suas Perspectivas Pós-Industriais

Raymond Williams (2011), no texto *Bases e Superestrutura na Teoria da Cultura Marxista*, da Obra “Cultura e Materialismo” apresenta a ideia de que em qualquer Projeto Cultural deve-se valorizar não somente seu resultado, mas a trajetória para sua concepção.

Da mesma maneira, o autor considera que analisar a arte pela arte ou analisar apenas a importância política ou social da arte são formas incompletas de interpretação. O ideal, portanto, seria considerar ambas.

Neste sentido, o presente tópico pretende discutir de modo abrangente o turismo enquanto fenômeno cultural moderno, bem como as principais transformações e abordagens histórico-culturais vinculadas ao seu surgimento e fortalecimento.

Corroborando com Cevalco (2003), o presente autor considera relevante apontar o lazer e o turismo modernos como parte da causa e da consequência do capitalismo industrial, o qual é utilizado não só como um instrumento de diversão e relaxamento em relação às tensões cotidianas, mas como um novo modelo de dominação cultural e controle ideológico.

Boyer apud Pimentel (2009, p.131), por sua vez, reforça a ideia da atividade turística como elemento intrínseco ao modelo social contemporâneo. Para ele:

O Turismo é próprio da sociedade contemporânea – ou urbana como referido anteriormente –, surge com essa e acompanha as suas transformações. Por sociedade contemporânea é entendida aqui a ordem social estabelecida no mundo Ocidental a partir das transformações decorridas da revolução industrial e das revoluções burguesas (inglesa, americana, francesa) nos séculos XVIII e XIX. Essa ordem contrapõe-se ao Antigo Regime, em que prevalecia a monarquia absoluta de direito divino e uma divisão da sociedade em três estados: Nobreza, Clero e o Terceiro Estado (composto pelos demais plebeus: burgueses, servos e artesãos).

Uma das diferenciações entre o Antigo Regime e a sociedade contemporânea ocorre justamente na concepção da relação entre tempo destinado ao lazer e o tempo do trabalho. No século XX o tempo do turismo, à semelhança dos momentos de lazer em geral, é tido por oposição ao tempo do trabalho. Parece existir uma relação de contrariedade e complementaridade entre ócio e negócio. Nas sociedades da Antiguidade Clássica, assim como na do Antigo Regime, tal relação não existia. O trabalho e o negócio eram tidos como algo desprezível, e as viagens e o ócio eram símbolos de distinção social.

O Turismo, considerado genericamente como uma das possibilidades mais valorizadas de uso do tempo livre, tornou-se nas últimas décadas um fenômeno de massa, com reflexos comportamentais determinantes à dinâmica civilizatória de nossa sociedade. Houve uma ascensão de classes sociais até então alijadas do processo de viajar, tal qual a emergência

burguesa no contexto da crítica literária apontada por Williams (2011) em seu texto *O Círculo de Bloomsbury*.

Outro cânone dos estudos culturais, Edward Thompson, também pode ser interpretado à luz do universo das viagens. Entre suas ideias principais, destaca-se a de gentrificação. Este seria o processo de elitização e consequente exclusão de determinado grupo social do contexto coletivo comum.

Assim, o turismo transformou-se em uma das expressões mais emblemáticas do capitalismo contemporâneo, adquirindo uma aura predatória e destrutiva associada à sua massificação e consequente aproveitamento alienante.

Contudo, a transformação da sociedade nas últimas décadas, ávidas por mudanças de valores capazes de suplantam a lógica industrial, começa a deixar suas raízes no universo das viagens, através da proposição e desenvolvimento de novas formas e olhares de se fazer turismo.

Diante deste preâmbulo, este capítulo, dividido em quatro tópicos, trata da ascensão e consolidação do turismo moderno a partir da Revolução Industrial, discute os valores e impactos relacionados à massificação do turismo e suas consequências, especialmente culturais, apresenta algumas alternativas teóricas e práticas de desenvolvimento turístico sob uma perspectiva pós-industrial, e indica os desafios e prognósticos para a disseminação do chamado pós-turismo.

2.1 Ascensão e Consolidação do Turismo Moderno a partir da Revolução Industrial

Não é possível falar sobre o turismo enquanto fenômeno sociocultural moderno e contemporâneo sem compreender sua relação com o advento da industrialização. O ponto de partida, para tal, é a compreensão de como o uso do tempo desvinculado do trabalho criou as bases do lazer e do turismo culturalmente industrialistas.

A Era Industrial, entre outras consequências, alterou de modo determinante a relação do homem com o espaço, a partir da considerável migração humana do campo para as cidades, constituindo um novo cenário relacionado à necessidade de deslocamentos.

Contudo, além da cidade como lócus da dinâmica sociocultural, tal período histórico estabeleceu, de acordo com Gomes (2008), “(...) a fragmentação do tempo nas sociedades urbano-industriais, que passam a ser regidas pelo relógio. Trata-se da vigência do tempo mecânico, artificial, não mais regulado pela natureza.”

Anteriormente se apresentaram argumentos sobre os efeitos de tal mudança na sociedade atual. Todavia, uma das mudanças mais representativas associadas a isso é o surgimento do chamado Tempo Livre.

Cumpra realçar que a humanidade sempre teve relativa autonomia quanto à possibilidade de aproveitamento de seu tempo de vida, especialmente às classes economicamente mais favorecidas, o que significa que, a princípio, o conceito de tempo livre poderia ser aplicado a épocas mais remotas.

Todavia, seu significado cultural se estabelece, de fato, a partir da industrialização. Afinal, este momento torna-se um bem – em consonância com o emergente capitalismo mecanicista dos 1800 – bastante precioso, desejado, uma vez que representa a possibilidade de desvinculação das obrigações sociais, entre elas o trabalho, para fins como descanso, diversão e desenvolvimento pessoal e/ou social. Em outras palavras e corroborando com o conceito estabelecido por Dumazedier (1976), nasce o Lazer Moderno e, conseqüentemente, uma de suas expressões mais emblemáticas: o Turismo Moderno.

A separação do tempo de lazer é acompanhada pela diferenciação dos espaços adequados para o lazer. Depois de praticamente um milênio de condenação às práticas hedonistas e ociosas, faz-se necessária a criação de espaços e equipamentos de lazer, os quais permitem um aproveitamento comedido e controlado do tempo livre, além de diversificar a mercadologia voraz surgida a partir, principalmente, de meados dos anos 1800.

As feiras mundiais, os parques urbanos e de diversão e a revalorização dos esportes coletivos, culminando no ressurgimento dos jogos olímpicos em 1896, são sintomas de uma sociedade aparentemente mais divertida, mas que, no fundo, apenas experimenta a tentativa de racionalização e controle dos prazeres e da ludicidade.

Segundo Sant'Anna (1994 *apud* Gomes, 2008), “(...) a divisão dos períodos de tempo de trabalho, tempo de estudo e tempo livre foi criada pelo desenvolvimento técnico e industrial da modernidade, pelo ritmo das metrópoles e pelos preceitos do sistema capitalista.”

Boullón (2004, p. 58) sintetiza os componentes do chamado tempo não-livre ou vinculado às obrigações, categorizando-o em três esferas: Obrigações Primárias (trabalho ou estudo), Obrigações Secundárias (viagens, higiene, tarefas domésticas, etc.), Obrigações Fisiológicas (dormir, comer, etc.). Neste sentido, o Tempo Livre (TL) seria resultado da subtração entre o Tempo Total (TT) e o Tempo das Obrigações (TO). Tal operação matemática demonstra-se através da seguinte equação: $TL = TT - TO$.

Tal modelo, apesar de relativamente didático, pode ser considerado obsoleto, pois apresenta uma simbologia industrial, por constituir-se como uma fórmula pré-moldada de

organização do tempo com uma perspectiva fria, mecânica, racional e lógica não compatíveis com o uso e as interpretações mais contemporâneas acerca do conceito e uso do tempo, as quais têm sido apresentadas de forma mais flexível e orgânica.

Algo oposto, por exemplo, ao realizado por Joseph Campbell, em *O Poder do Mito* (1990), quando considera a transcendência intrínseca ao mito algo intimamente relacionado ao não aprisionamento temporal e à não separação do homem da natureza – justamente os elementos determinantes de sua relação com o lazer em momentos pré-industriais.

Antes da existência da Era Industrial, Elias (1998, apud Gomes, 2008) destaca:

A sociedade não apresentava a mesma necessidade de medir o tempo, de separar o curso da vida em frações estanques. Essa coerção presta-se, eminentemente, para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina dos indivíduos, exercendo “uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar”. (ELIAS, 1998)

Com isso, o princípio de dominação e controle das massas por parte de grupos sociais privilegiados mostra sinais de sofisticação, tornando o *Pannis et Circensis*⁷ do período romano antigo uma artimanha simplória demais para tempos tão complexos. Era preciso repaginá-lo, massificá-lo e sofisticá-lo.

Gomes (2008, p.53-54) complementa a discussão sobre a emergência do Tempo Livre, com pertinente contextualização:

Dessa maneira, o projeto de modernidade primou, entre outros aspectos, pela fragmentação dos tempos e dos espaços sociais, aspecto determinante para o redimensionamento da sociedade europeia. O tempo no espaço urbano e industrial da modernidade passou a ser compreendido e vivenciado segundo uma nova divisão historicamente concebida, na qual há uma grande demarcação entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Essa nova orientação provocou um maior distanciamento entre o público e o privado, entre ciência e religião, entre tempo de trabalho e tempo livre.

Aparentemente, tempo de trabalho e tempo livre são esferas opostas, pois o primeiro é apresentado como reino da necessidade e o segundo, como sugere a própria expressão “livre”. Porém, no interior do sistema capitalista, o tempo livre é uma extensão do tempo de trabalho, estando de acordo com a lógica da produtividade. Seguindo essa linha de raciocínio, quando o lazer é visto como válvula de escape para as tensões, funciona como um mecanismo que reforça a alienação engendrada, pela lógica do capital, até mesmo no tempo reservado aos momentos de não-trabalho.

⁷ Expressão do Latim que significa “Pão e Circo” e simbolizam uma política de controle social utilizada desde a Idade Antiga, que trata de suprir as necessidades básicas de alimentação e diversão das massas de forma a controlar eventuais rebeliões das mesmas. Muitos autores consideram-na alienante e ainda em vigor, mesmo que repaginada aos novos tempos.

Diante desta explanação, o presente autor concorda com Marcellino (2002, p. 7) quando afirma que o lazer é um termo “(...) carregado de preconceitos, motivados por um pretenso caráter supérfluo”. Ou quando afirma que há uma conotação negativa em relação ao lazer (e, conseqüentemente, ao turismo, que é uma de suas possíveis facetas) “pela sua utilização como instrumento ideológico, contribuindo para o mascaramento das condições de dominação nas relações de classe, mantendo viva a expressão “pão e circo”.

Assim, sua associação invariavelmente se dá em relação somente à lógica do consumo, diminuindo sua relevância perante a sociedade, a qual permanece com valores industriais incrustados.

Ainda segundo Marcellino (2002, p.8-9) o lazer moderno, na prática, não seria pautado no usufruto pleno do tempo livre. Apenas seria uma expressão do tempo liberado das obrigações, tornando-se, necessariamente, vinculado a essas. Para o autor:

A consideração do aspecto tempo na caracterização do lazer provocado uma série de mal-entendidos. Um deles diz respeito ao conceito “livre” adicionado a esse tempo. Considerado do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coações ou normas de conduta social. Talvez, fosse mais correto falar em tempo disponível. Mesmo assim, permanece a questão da consideração do lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas de atividade humana.

Outro autor relevante na discussão sobre a relação entre lazer, industrialização e temporalidade é Luiz Octávio Lima Camargo. Em sua obra “*O que é Lazer?*”, o autor apresenta uma importante contribuição acerca da artificialização do lazer:

O trabalho industrial não podia ser permeado pelo entretenimento, pelo lúdico, como no campo, onde estas necessidades eram satisfeitas até mesmo no ritmo do próprio trabalho. Nas danças tradicionais, quase em todas as culturas, os gestos do trabalho na terra, na madeira, com os companheiros, são incorporados e estilizados, demonstrando a ligação afetiva e lúdica. Isto é impossível na linha de montagem, onde a menor distração de um elemento prejudica a produtividade dos demais. (CAMARGO, 2003, p.36)

Em seguida, o mesmo autor trata de outro tema ligado às mudanças temporais: a jornada de trabalho, destacando o ápice da valorização laboral durante o período industrial:

O tempo de lazer não estava na lógica de racionalização do tempo, instituída pelo capitalismo industrial no século XVIII na Europa, do século XIX nos EUA, ou do início do século XX no Brasil. Trabalhava-se 5000 horas por ano, o que significava jornada diária de 16 horas, de segunda a domingo, quase todos os dias do ano. Os primeiros confrontos da Igreja com o capital se verificam exatamente pelo desrespeito aos feriados litúrgicos, sobretudo pelo trabalho imposto nos domingos. (CAMARGO, 2003, p.38)

Iniciava-se o trabalho aos dez anos e trabalhava-se até a morte, geralmente prematura. De toda forma, o capitalismo selvagem nascente reproduzia a mesma relação existente no feudalismo, entre o trabalho escravo e o ócio aristocrata. (CAMARGO, 2003, p.39)

Por fim, Camargo (2003, p.46) faz uma provocação em relação às chamadas conquistas trabalhistas vinculadas à redução da jornada de trabalho:

O trabalhador brasileiro, no início do século XX chegava a ter uma jornada anual de trabalho de 5000 horas. Hoje, com uma jornada semanal de 48 horas (podendo chegar a 60, com as horas extras), ao longo da jornada anual oficial de 273 dias, trabalha 2200 horas por ano. Os trabalhadores do setor terciário já estão no mesmo patamar dos operários europeus e americanos, ao final da década de 1970, de 1800 h/ano.

A lei é obedecida? Conhecem-se trabalhadores com jornadas diárias de 14 horas. E, mesmo se obedecida a lei, será que o tempo ganho ao trabalho transformou-se em lazer? Não está sendo gasto com outro trabalho?

Além da percepção sobre um capitalismo tardio no Brasil em relação ao dos países dominantes – algo a ser retomado no capítulo final da dissertação – percebe-se que o trabalho ganhou uma dimensão tão relevante na estrutura social moderna que além de funcionar como eixo temporal da engrenagem do tempo dito livre, acaba sendo usado, direta ou indiretamente, como fonte de ação ou inspiração deste privilegiado intervalo.

Em outras palavras, Honoré (2006, p. 16) ilustra tal situação: “Em pesquisa realizada pela empresa Reed com cinco mil trabalhadores britânicos, 60% disseram que não usariam integralmente as férias a que tinham direito em 2003. Em média, americanos não chegam a usar um quinto de seus períodos de férias remuneradas”.

Segundo Gomes (2008), “(...) sendo o trabalho alienado uma fonte de frustração, as características consideradas pilares do lazer só poderiam ser experimentadas pelo proletariado se houvesse oportunidade para isso, demandando o estabelecimento de reivindicações sociais pela ampliação do chamado tempo livre”.

Assim, neste cenário, de aparente liberdade e possibilidade de conquistas por parte da classe trabalhadora, vai explodir uma sofisticada opção de aproveitamento do tempo livre: o turismo moderno.

O termo “moderno” faz-se necessário, neste sentido, por conta das transformações em relação ao turismo pré-industrial, chamado por alguns autores de proto-turismo. Além disso, é preciso estabelecer algumas diferenciações etimológicas e epistemológicas em relação aos seguintes aspectos: a) deslocamento, viagem e turismo, b) lazer, entretenimento e turismo.

Baseando-se na obra *Turismo no Percurso do Tempo*, organizado em 2002 por Mirian Rejowski, o presente autor estabeleceu nuances conceituais capazes de diferenciar deslocamento, viagem e turismo. É importante destacar que não se pretende um aprofundamento da historiografia do turismo, mas apenas utilizá-la como alicerce e ilustração de sua evolução e construção conceitual.

Os deslocamentos, por exemplo, sempre fizeram parte da civilização humana. Em seus primórdios, os povos nômades buscavam suprir suas necessidades básicas, como alimentação e abrigo.

À medida que o ser humano sedentarizou-se, passou a estabelecer um vínculo com o território, acirrado pelas disputas entre tribos pelos melhores espaços e técnicas de dominação de elementos naturais. Em seguida surge o conceito de propriedade privada e estratificação social, sendo os guerreiros e sacerdotes os primeiros destaques individuais na esfera coletiva dos povos pré-históricos.

Assim, os deslocamentos com motivação exterior a questões de sobrevivência emergiram, dando início às primeiras viagens. Tais viagens propiciaram, entre outras consequências, tratamentos de saúde e intercâmbios culturais, sendo os religiosos notadamente valorizados às primeiras civilizações sedentárias.

Com a invenção da escrita por volta de 4.000 a.C., muitas epopeias de conquistas e descobrimentos foram eternizadas, tais como *Iliada* e *Odisseia*, de Homero e *Eneida*, de Virgílio. Todos esses relatos de viagem possuem um caráter mítico, baseado na experiência comum de heróis que desbravam territórios desconhecidos e trazem grandes conquistas para seus povos.

Associa-se, portanto, à viagem, elementos como fantasia e aventura, conferindo-lhe uma aura de elemento desejável do imaginário humano. Contudo, apesar da ascensão de formas rústicas de viagens com motivação de lazer, como aquelas observadas nos balneários de águas termais nos arredores de Roma Antiga, não se pode considerar tal experiência similar ao turismo moderno, simplesmente porque a estrutura e o planejamento vinculados a tais experiências eram restritas e invariavelmente precárias.

O chamado pré-turismo perdurou durante toda a Idade Média, período no qual o ato de viajar ganhara uma conotação menos entusiástica que nas grandes epopeias antigas, especialmente porque a vida passou a se constituir a partir do isolamento geográfico engendrado pelos feudos, bem como os valores a ela vinculados se reconfiguraram a partir da ascensão do pensamento cristão ocidental, condenando qualquer prática desvinculada à religião, ao trabalho e à família.

O lazer fica, neste período, praticamente circunscrito ao modo de vida rural, com exceção das viagens de caráter de conquista, as quais, na segunda metade da Idade Média, tornaram-se um contraproducentes na tentativa de manutenção do sistema feudal, simplesmente porque as trocas culturais, ideológicas e comerciais advindas das Cruzadas e das Expedições Comerciais geraram uma corrida em busca do conhecimento, de mercados e da tecnologia.

Surge, nos séculos XVI e XVII, um cenário propício à revalorização das viagens, não somente graças ao Renascimento e sua retomada de valores Greco-romanos, mas também pela expansão marítima e início da colonização em escala global e pela consolidação dos primeiros grandes centros comerciais urbanos.

Como forma de distinção sociocultural e preparação para assumir o papel de liderança política e econômica, os membros da elite, especialmente jovens, passaram a ser preparados através de um rito de passagem intitulado *Grand Tour*. Neste, passavam até três anos conhecendo novas culturas, paisagens e pessoas, sob a supervisão de um tutor, em uma lenta e profunda imersão tanto em termos de conhecimento exterior como de autoconhecimento.

Em pouco tempo, a aristocracia europeia passaria a adotar com mais frequência tal estratégia de dominação social, especialmente porque os reinos absolutistas e o modo de vida rural configuravam-se em crise com a eclosão do capitalismo industrial liderado pela emergente burguesia.

No século XVIII e na primeira metade do século XIX, a burguesia, detentora do poder econômico no Ocidente, pressiona pela possibilidade de usufruir das mesmas benesses ligadas às viagens da velha aristocracia.

Estão, deste modo, criadas as bases para o surgimento do turismo moderno, uma vez que além da questão ideológica/cultural, a segunda metade do século XIX desponta como período de consolidação da industrialização, do neocolonialismo e do aumento da disputa econômica e tecnológica, fatores fundamentais para o início da padronização, mercantilização e massificação das viagens: o turismo moderno em si.

Neste cenário, o incremento dos transportes foi fundamental. O surgimento dos trens e navios a vapor, somados ao estabelecimento de outras bases estruturais do turismo: Hospedagem, Alimentação, Entretenimento, Eventos e Agenciamento de Viagens, permitiram que o ato de viajar se configura como um importante setor de atividade econômica alinhado à pujança do capitalismo emergente.

Nomes como Thomas Cook (Agenciamento e Eventos) e Czar Ritz (Hospedagem), trouxeram parmetros profissionais elaborados os quais serviram de base disseminao da

experiência de viagem primeiro entre a classe burguesa e, a partir da transição dos séculos XIX e XX, à classe trabalhadora, ávida por melhores condições laborais e, conseqüentemente, temporais – ainda que isso signifique um aprisionamento e controle em relação ao tempo liberado das obrigações.

Martin-Fugier (1991 *apud* Gomes, 2008, p.232-233), referencia:

Surge (no século XIX), em alternância com o tempo de trabalho, o tempo das férias, isto é, da natureza, das viagens, das diversões. Numa sociedade rural ou artesanal, o tempo livre tinha seu lugar dentro do quadro de atividades normais. Na sociedade urbana e industrial, ele chega em data marcada para todos, concentrando-se no verão. (...) O apelo das férias, que se manifesta de forma crescente, acarreta uma outra (sic) divisão no ano. (...) As férias são vistas como uma necessidade e reivindicadas como um direito.

Já a diferenciação entre lazer, entretenimento e turismo é respaldada conceitualmente em algumas obras importantes sobre tais temas, que são: *O que é Lazer?* (Camargo, 2003); *Estudos do Lazer: uma introdução* (Marcellino, 2002); *Lazer, Trabalho e Educação* (Gomes, 2008); *Entretenimento: uma crítica aberta* (Trigo, 2003); *Análise Estrutural do Turismo* (Beni, 1998); *Teoria do Turismo* (Panosso Netto et Lohman, 2012), *Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia* (Panosso Netto, 2011).

A partir de suas leituras, parte-se da premissa que, assim como os deslocamentos, o ato de brincar e se divertir sempre fez parte da história da humanidade. Contudo, a construção de significados e as formas de aproveitamento foram se transformando ao longo do tempo, da mesma forma que as questões temporais, espaciais, políticas, econômicas, culturais e sociais.

O lazer, assim como o turismo, tinha um caráter muito mais espontâneo, estruturalmente arcaico e mercadologicamente débil antes da Revolução Industrial. Contudo, ambos passaram a fazer parte, inexoravelmente, da estrutura capitalista industrial.

Lazer e Turismo não significam o mesmo. Pode-se afirmar que o Lazer é parte do Turismo, quando este ocorre com motivações ligadas a descanso, diversão, aprendizado cultural ou socialização e que, ao mesmo tempo, o Turismo é parte do Lazer, quando representa uma de suas facetas mais relevantes em termos de alteração de ritmos, paisagens e comportamento (adaptado de Krippendorf, 2003).

Por outro lado, há partes do Lazer dissociadas do Turismo, sendo um de seus exemplos mais representativos a possibilidade de vivenciar algo hedonista, libertário e espontâneo (gratuito) – premissas do lazer segundo Camargo (2003) – no ambiente doméstico, o que, de maneira alguma, configura uma viagem turística.

Da mesma forma, há modalidades de turismo em que a motivação do visitante não tem relação com o lazer. Pessoas que se deslocam para além de seu entorno habitual, por mais de um dia e menos de um ano, com motivação de negócios ou tratamento de saúde, são considerados turistas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) da mesma forma que aqueles que viajam para relaxar à beira-mar ou para caminhar por uma trilha na mata e banhar-se em uma cachoeira.

Em resumo, lazer e turismo possuem tantos pontos de intersecção como de dissociação.

Já o entretenimento, etimologicamente representa a possibilidade de se distrair, passar o tempo, uma vez que é oriundo dos vocábulos *inter* e *tenere*, ou simplesmente “ter algo entre”, no sentido de preencher dado momento.

Culturalmente falando, ele é a expressão da emergente forma de lazer de traços norte-americanos, surgidos no século XIX com a consolidação dos valores industriais naquele país. Trigo (2003, p.27-28) traz diversas citações neste sentido, destacando-se:

O entretenimento estruturou-se rapidamente nos países desenvolvidos em geral e, particularmente, nos Estados Unidos. (...) O jovem país era pragmático, democrático e avesso às firulas da alta cultura europeia. (...) O que proliferava junto à grande parte da população era o lixo cultural.

Segundo Trigo (2003, p. 30) “(...) o entretenimento surgia, nos Estados Unidos, como uma atividade marginal e pouco nobre, o que ajudaria a acarretar preconceitos no futuro. ” Esta consideração é importante no sentido de demonstrar, mais uma vez, que as elites, ao mesmo tempo em que condenam um uso desprezioso e banal do tempo liberado das obrigações – ao menos em relação ao próximo e, principalmente, em relação às massas – usufrui do mesmo tempo liberado com ações e experiências aparentemente mais intelectualizadas, mas que revelam, em diversas oportunidades - uma forte discriminação, alienação e ostentação em seu cerne.

Em seguida, Gabler apud Trigo (2003, p.30-31) comenta as características fundamentais do entretenimento:

(...) seu apelo parecia estar no fato de resistir, deliberadamente, às obrigações da arte. Um dos dogmas da cultura era que a arte exigia esforço para ser apreciada. Sobretudo esforço intelectual, mas o entretenimento não fazia nenhuma exigência a seu público. (...) trabalhava apenas a serviços dos sentidos e das emoções: era a reação passiva recompensada pela diversão. Operando sobre as emoções as vísceras, sobre os centros da irracionalidade e da irresponsabilidade, o entretenimento estava fora do alcance do intelecto. O que se queria dizer era que o entretenimento provocava reações excitando o sistema nervoso, quase da mesma forma que as

drogas. De fato, era o entretenimento e não a religião, como queria Marx, o ópio do povo.

Grosso modo, pode-se afirmar que o entretenimento é uma versão ainda mais enquadrada à lógica capitalista e ao idealismo norte-americano, do que o lazer erudito vinculado à ascensão econômica da burguesia europeia nos séculos XVII e XVIII.

O entretenimento, bem como a recreação – conforme será visto adiante – (e o próprio turismo), são frutos do aprimoramento do lazer como ferramenta capitalizável do tempo livre. Sua ascensão é meteórica, assim como a influência econômica, político-ideológica e cultural dos EUA a partir de meados do século XIX e, principalmente, durante o século XX.

De certa forma, representa a subversão de uma classe historicamente oprimida em seus lazes. A Europa Ocidental, em boa parte dos séculos XIX e XX, escutou discursos sobre a democratização e socialização do lazer. Os EUA o disseminaram na prática, ainda que com fins muitas vezes ainda mais alinhados à alienação das massas e à expansão do consumo. Não é por acaso que o século XX é também conhecido, especialmente no Ocidente, como a Era do Espetáculo e da Indústria Cultural.

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. É o âmago do irrealismo na sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. (...) O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. (DEBORD apud TRIGO, 2003, p. 20-21)

Eis a era do mundo hipermediático, do cibernundo, da comunicação-mundo, estágio supremo, mercantilizado, da cultura. (...) Enfim, uma mercantilização integral da cultura que é, ao mesmo tempo, uma culturalização das mercadorias. Na época da cultura-mundo, as antigas oposições da economia e da cotidianidade, do mercado e da criação, do dinheiro e da arte dissolveram-se, perderam o essencial de seu fundamento e de sua realidade social. Produziu-se uma revolução: enquanto a arte, daí em diante, se alinha com as regras do mundo mercantil e midiático, as tecnologias da informação, as indústrias culturais, as marcas e o próprio capitalismo constroem, por sua vez, uma cultura, isto é, um sistema de valores, objetos e mitos. (LIPOVETSKY e SERROY, 2011, p.10)

Outro aspecto, ainda resgatando a última citação de Trigo (2003), é a valorização experiencial emergente no século XX. Não à toa, os conceitos de economia da experiência e do turismo de experiência ganharam considerável força nas últimas décadas.

Da mesma forma, os movimentos sociais libertários, como o *Beat* nos anos 1950 e o *Hippie* dos anos 1960, são consequências de uma mudança geopolítica importante no cenário cultural. Os EUA, paulatinamente, começaram a ditar as regras sobre o universo da diversão e

do tempo livre. Neste sentido, uma hipótese a ser discutida no transcorrer desta dissertação é o lado nostálgico e rebuscado da cultura da lentidão proposto pelo italiano movimento *Slow* e suas adjacências – inclusive a de viagens.

Ao menos em relação aos Estudos Culturais, especialmente após a contribuição acadêmica de Stuart Hall, o refinamento das discussões sobre cultura oriundas do Reino Unido passa a fazer menos sucesso que as linhas de pesquisa culturais norte-americanas pautadas na vida juvenil, periférica e, por vezes, midiática e espetacularizada.

Ademais, vale lembrar: não deixam, ambas, de representar posicionamentos ideológicos do Centro, o que torna relevante – conforme será ressaltado no capítulo final deste trabalho – a perspectiva de localidades mais periféricas, como o Brasil.

Por fim, vale falar da Recreação como outra esfera do lazer moderno vinculado ao controle industrializante das elites, que emergiu na segunda metade do século XIX nos EUA. Como símbolo desta situam-se as Associações Cristãs de Moços, em que os setores da sociedade que haviam perdido importância em relação ao mundo do trabalho, como escola, igreja e governo, passaram a reconquistar o interesse e a participação da população, especialmente mais jovem, através de atividades de lazer programadas.

Ao mesmo tempo, a conotação predominantemente desportiva das práticas recreativas, capazes de originar a chamada Educação Física, enquadra-se perfeitamente na essência de incentivo à competição vinculada ao capitalismo.

Novamente as artes europeias e sua histórica erudição e rebuscamento perdem espaço, cultural e ideologicamente, especialmente nos quintais do mundo ocidental. O Brasil, por exemplo, desde os anos 1920 no Rio Grande do Sul – berço da Recreação profissional no país – educa suas crianças predominantemente com caráter esportivo/competitivo prevalecendo ante as possibilidades artísticas/humanizadoras. Em outras palavras, a cultura, historicamente, é subjugada na educação formal brasileira.

Como é possível notar, o lazer e o turismo modernos são marcados por uma série de peculiaridades vinculadas à Industrialização, obedecendo a seus preceitos, apesar de simbolizarem a possibilidade de ruptura de padrões temporais, espaciais e comportamentais. Contudo, esta pseudoliberdade de escolha representa a armadilha engendrada pelo próprio sistema e sofisticada no século XXI pelos mecanismos virtuais de aproveitamento do tempo.

2.2 Turismo de Massa e suas consequências

A prática de turismo de massa nasce no século XX, período marcado pela consolidação do turismo em escala global. Para se ter uma ideia do seu incremento, o fluxo de

viagens aéreas internacionais saltou, segundo a OMT (2014) dos 27 milhões de passageiros em 1950 para 1,085 bilhão em 2013. Isto significa que o crescimento da atividade turística é um processo revolucionário e em crescimento praticamente contínuo, o qual ainda não acabou: a mesma entidade projeta um fluxo de 1,6 bilhão de pessoas em voos internacionais até o ano de 2020.

Nos últimos 60 anos, apenas os períodos de graves crises internacionais de caráter político, econômico ou ambiental frearam essa constante ascensão do número de turistas. Soma-se a isso o fato de que cerca de três quartos das viagens do planeta ocorram em um raio de 300 km, o que significa que praticamente toda a humanidade participa direta ou indiretamente do universo das viagens, interagindo com outras culturas, seja na realização ou na recepção de viajantes.

O século XX representa o período da massificação das viagens. Alguns fatores contribuíram para isso. Os principais são: a) O incremento tecnológico, especialmente ligado aos transportes e comunicações; b) A profissionalização dos serviços, equipamentos e estruturas ligadas à atividade turística; c) O aumento de disponibilidade temporal e do poder econômico da classe trabalhadora, especialmente nos países ricos; d) O fortalecimento da “cultura das viagens”.

No primeiro caso, o advento do automóvel e, posteriormente, dos aviões, tornou os deslocamentos mais fáceis e rápidos. Além disso, os sistemas globais de reservas de viagem, o surgimento da internet e veículos de comunicação de massa como disseminadores das viagens contribuíram para o aumento da demanda.

Soma-se a isso o fato de que diversos empreendimentos turísticos surgiram ao longo do século XX, como os hotéis de grandes redes internacionais, diversos parques temáticos e de diversões, um sem número de operadoras e agências de viagens capazes de planejar, negociar e vender serviços ligados ao turismo – transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, passeios, seguros, documentação, etc., a ampliação dos eventos de diversas naturezas e dimensões; as conquistas trabalhistas, como férias e décimo-terceiro salários, que permitiram o usufruto de um contingente populacional cada vez mais expressivo para o ato de viajar e a transformação do turismo no “horário nobre do lazer”, conforme Krippendorf (2003), representando uma das possibilidades mais cobiçadas de aproveitamento do chamado tempo livre.

Do ponto de vista dos Estudos Culturais, interessa sobremaneira o último aspecto. O estabelecimento de um costume turístico, cercado de símbolos e representações sociais

marcantes é algo primordial para a consolidação do fenômeno do turismo moderno e contemporâneo.

Um reconhecido autor que trata dos aspectos socioculturais do turismo massificado é Jost Krippendorf. Em seu *Sociologia do Turismo* (primeira edição de 1984 – reeditado e complementado inúmeras vezes), destaca o *modus vivendi* do turista moderno convencional e seu alinhamento com a lógica capitalista industrial. Neste sentido, o autor nos brinda com diversas críticas sobre aspectos negativos do comportamento turístico, tais como o consumismo, a alienação, a ostentação, o mimetismo social, a segregação sociocultural e os processos de aculturação, sugerindo que o turismo de massa tem, na sua essência, um caráter predatório e imperialista.

Krippendorf (2003, p.13) começa sua análise destacando o surgimento da Era da Mobilização Total:

A sociedade humana, outrora tão sedentária, pôs-se em movimento. Hoje, uma mobilidade frenética tomou conta da maioria dos habitantes das nações industriais. Aproveita-se de todas as oportunidades para viajar e fugir do cotidiano com a maior frequência possível. (...) Assim é que, ano após ano, fim de semana após fim de semana, milhões de seres humanos se comprimem em multidões, sem necessidade alguma e sem obrigação aparente, consumindo esse período que lhes é tão precioso. Quase todos participam do movimento, imaginando que o fazem de livre arbítrio, mas a aparência é de quem obedece a uma ordem.

Sua discussão inaugural aponta que as propaladas conquistas sociais relacionadas às viagens têm um reverso: o consumo. E que a partir de então, o ato de viajar tornou-se uma imposição social, uma alucinada busca por experiências e sensações de plenitude que jamais são alcançadas, para a perpetuação do sistema.

Em outras palavras, o ato de viajar representaria uma possibilidade de livrar-se das frustrações do cotidiano. Contudo, não atinge tal objetivo, segundo o autor, por alguns motivos principais, entre os quais se destacam: a manutenção dos hábitos e costumes do cotidiano durante as viagens, com a mudança apenas de cenário para suas realizações; o ritmo das viagens, totalmente programadas e com atividades vivenciadas freneticamente, a postura dos viajantes, geralmente passivos em relação às programações de visitação a atrativos, além de encarar tal experiência com um ar de menosprezo às culturas e paisagens de outrem e com uma preocupação de mostrar ao próximo que conseguiu visitar os atrativos mais concorridos e famosos, juntando-se ao clube dos “privilegiados viajantes de primeira categoria”.

Ainda de acordo com Krippendorf (2003), as pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram no cotidiano, seja no local de trabalho, seja onde moram. Sentem a necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina trabalho-moradia-

lazer, a fim de estar em condições de retomá-la quando regressarem. Vale lembrar que o trabalho é cada vez mais mecanizado, compartimentalizado e determinado fora da esfera de sua vontade.

Isto mostra que o turismo possui um aspecto funcionalista primordial ao sistema. Serve como válvula de escape, representa uma concessão do deus-trabalho para que seus devotos recarreguem as energias, distraiam suas mentes e retornem com entusiasmo e força para mais uma longa temporada laboral.

O autor denomina o processo contínua de estímulo-frustração entre cotidiano e anti-cotidiano de Ciclo de Reconstituição:

“Durante a escapada, consumimos o clima, a natureza e a paisagem, a cultura e os seres humanos das regiões visitadas, que transmutamos em “espaços terapêuticos”. A seguir, voltamos para casa, mais ou menos em forma, para suportar o cotidiano durante um certo tempo – até a próxima viagem. ” (KRIPPENDORF, 2004)

Ele segue, ressaltando o quanto a fugacidade da maioria das viagens impede que o visitante alcance, em sua plenitude, os anseios relacionados ao ato de viajar:

Essa é a lógica das viagens de massa, da indústria cultural e do próprio hipercapitalismo predominante no século XX. Esta perene situação de desconforto e de experiências paliativas de alívio ajudaram a construir uma consciência global alternativa de necessidade de mudança, culminando nos movimentos contestatórios do período pós-guerras. (KRIPPENDORF, 2004)

Este autor chega a fazer uma comparação do turismo sob a lógica industrial com as drogas, a partir do seguinte raciocínio: “Se não existisse o turismo, seria necessário construir clínicas e sanatórios, para que o corpo humano se recuperasse do desgaste gerado pelo cotidiano enfadonho. O turismo funciona, assim, como terapia da sociedade. É um remédio, uma droga, que vicia, gera efeitos colaterais, ajuda a manter o corpo e a mente, alucina e até mata”. Conclui-se que o turismo moderno gera um efeito estabilizador em três esferas: indivíduo, sociedade e sistema, estando, portanto, ajustado a este.

Com tudo isso, cumpre salientar que o Turismo, especialmente no período aproximado entre 1950 e 1980, contribuiu de modo determinante à disseminação dos valores industriais, graças à proliferação do chamado turismo de massa. Trata-se de uma modalidade de viagem em que a preocupação com os impactos negativos, associados à postura arrogantemente alienada do visitante, se expressa em várias dimensões.

No âmbito econômico, por exemplo, o turismo mal planejado e mal executado, representa invariavelmente à localidade receptora um aumento do custo de vida, o não

aproveitamento da mão de obra local – especialmente para funções estratégicas e de lideranças e a dependência excessiva das divisas provenientes do turismo.

Já na esfera ambiental, ocorrem impactos ecológicos, muitas vezes irreversíveis, ligados à poluição, descaracterização e destruição dos biomas e paisagens, oriunda da ganância dos profissionais de turismo e da postura inconsequente de muitos visitantes. Ademais, a especulação imobiliária tem sido um problema grave relacionado ao uso e transformação do espaço potencialmente turístico.

Deste modo, as consequências socioculturais negativas podem ser diversas: aumento de drogas e prostituição, descaracterização das expressões culturais locais – ou adaptando-as para o consumo dos visitantes, através da sua representação padronizada, massificada, pasteurizada e mercantilizada; e/ou com a substituição das mesmas por hábitos e ideologias externas ao contexto de desenvolvimento daquela comunidade, através da subserviência cultural que sua população realiza para com os visitantes ditos “civilizados, modernos e evoluídos”, que para alguns autores representa, inclusive, uma roupagem pós-moderna de colonialismo.

No Brasil, por exemplo, muitas destinações turísticas de grande potencial foram descaracterizadas e, por vezes, até destruídas pelas hordas de turistas ávidos pelo consumo de todas as benesses locais: paisagens, traços culturais e “ilhas da fantasia” construídas alheias às comunidades receptoras, chamada por sociólogos como Krippendorf (2001) de guetos e por geógrafos, como Marc Augé, de “Não-lugares”.

Luchiari (1998, p.3) constata a pasteurização e padronização do turismo massificado realizado em escala e formato industrial da seguinte maneira:

O turismo alimenta a reprodução de pseudo-acontecimentos, hiper-realidades, ou simulacros (McCannell, 1976; Krippendorf, 1989; Featherstone, 1995; Urry, 1996). O turismo de massa induz a produção de atrações inventadas que valorizam mais a técnica da reprodução do que a própria autenticidade. Estes turistas, protegem-se do estranhamento do lugar ficando circunscritos em uma bolha ambiental: guias, monitores, hotéis, ambientes climatizados, enclaves urbanos... A liberdade destes turistas é condicionada pelos pontos turísticos que eles devem visitar, em total segurança.

2.3 Novos olhares sobre o Turismo na contemporaneidade

O preocupante cenário de degradação turística de massa do período pós-guerras esteve em consonância com o rolo compressor do hipercapitalismo norte-americano que dominou ideologicamente o Ocidente e boa parte do restante do planeta no período pós-guerras.

O crescimento, o consumo desmedido e as conquistas tecnológicas foram justificados pelo inimigo comum do Ocidente: o modelo comunista soviético. Contudo, essa aceleração, como sempre, teve um preço: um desequilíbrio civilizatório sem precedentes que exigiu uma mudança de postura e consciência global.

Era o momento de frear. De dosar o ritmo da expansão capitalista a partir de valores economicamente mais equilibrados. A percepção de finitude de recursos aliada às disparidades sociais emergentes definiram as bases de uma Era denominada pós-moderna, cuja expressão máxima é a pós-industrialização.

A tematização do pós-moderno vinha sendo abordada de maneira heterogênea e dispersa desde os anos 1920/1930, mas foi no decorrer das décadas de 1960/1970 que começam a ser disseminadas, mais intensamente, as palavras precedidas pelo prefixo pós (pós-industrialismo, pós-estruturalismo, pós-marxismo, pós-socialismo). O surgimento do substantivo “pós-moderno” representou um salto de qualidade, à medida que constituiu um campo que passou a englobar todos os outros “pós”. (MORCONI apud GOMES, 2008, p. 67).

A relação de posterioridade indicada nessas expressões é qualificada, ou seja, não se trata apenas de um depois, embora também se refira a isso, sendo seguida de um profundo envolvimento e imersão na experiência que a palavra-núcleo nomeia. O “pós” representa, assim, tanto o esgotamento como o desdobramento da palavra-núcleo enquanto aventura de mudança, de destruição e de construção. É este o desafio maior da pós-modernidade. (GOMES, 2008, p. 67)

Com isso, é importante salientar que o prefixo “pós” não representa a ruptura em relação a determinado conceito, tampouco seu fim. Simboliza, na prática, a perspectiva de transformação deste elemento na sociedade, a partir da revisão e transformação, parcial ou total, de seus valores, sempre em um contexto transitório.

Ademais, é preciso relativizar os processos histórico-culturais e geográficos: algumas sociedades nem chegaram a vivenciar os valores modernos/industriais em sua plenitude, o que significa que é simplório demais considerar o planeta em um cenário homogêneo pós-moderno/industrial.

Especialmente a partir dos anos 1980, o Turismo se expressa em um cenário de transição entre as perspectivas modernas e pós-modernas de civilização. Entre outros aspectos, por representar uma das mais poderosas e abrangentes ferramentas de intercâmbio sociocultural e econômico, alinhando-se com a sociedade globalizante emergente, bem como por ensejar transformações ambientais e culturais, positivas ou negativas, invariavelmente profundas.

Pode, neste sentido, ser utilizado como instrumento de conservação e valorização patrimonial ou de descaracterização e destruição do mesmo. Desta forma, como expressão

relevante do lazer e da própria mercantilização cultural, expõe-se historicamente como um mecanismo estratégico, de intervenção sociocultural, conforme visto em Werneck apud Gomes, 2008.

Ao lado da educação, da saúde, do trabalho social e da informação, dentre outras possibilidades de assistência às pessoas, o lazer integra hoje o movimento global de “terceirização” presente na sociedade contemporânea, alcançada por meio do aumento contínuo e significativo da força de trabalho relacionada aos serviços. Uma vez que o progresso tecnológico vem reduzindo o trabalho nos setores agrícola e industrial, vem se multiplicando, se diversificando e se sofisticando a oferta de bens e serviços no setor terciário, como alternativa às mudanças geradas no estilo de vida e também ao desemprego estrutural, que hoje assola o mundo inteiro. Os investimentos substanciais na chamada “indústria do lazer e do entretenimento” devem-se, em grande parte, ao quadro social que caracteriza a nossa realidade sociocultural histórica.

No artigo intitulado *Estudo Genealógico das viagens, viajantes e turistas*, elaborado em 2004 por Silvio Figueiredo e Dóris Ruschmann, se discute uma questão primordial para este momento da dissertação: a simbologia e postura da figura do turista.

Resumidamente, seu eixo argumentativo baseia-se no fato de que o turismo, depois de tantos anos alinhado à lógica industrial com todas as suas consequências negativas se propagando, trouxe uma imagem prejudicial à figura do turista, especialmente aquele com comportamento padrão dos meados do século XX.

O turista – e consequentemente o próprio turismo – passaram a ser vistos por parte da opinião pública (especialmente seus extratos mais progressistas) – como uma prática comum, porém banal. O comportamento alienado de parte dos visitantes corroborada pelos profissionais do mercado de viagens que assumem um papel tutelar em relação às experiências turísticas, as tornam opacas e frágeis em termos de contribuição e interação humanas.

Neste sentido, o conceito de viajante, outrora vangloriado pelo caráter aventureiro, profundo e humanista, estaria prestes a voltar à tona, repaginada aos novos tempos. Em outros termos, as últimas décadas do século XX e o início do século XXI estariam prestes a testemunhar uma mudança paradigmática no que se refere ao sentido de existir das viagens programadas, reflexo da própria contestação civilizatória em curso.

Elementos das grandes epopeias da antiguidade e do período medieval, combinados com o caráter imersivo e educacional das longas viagens de *Grand Tour* vivenciadas pelos membros da elite europeia no início do período renascentista passariam a representar um alento em termos de filosofia de viagens para os novos tempos. Afinal, a preocupação

ambiental e social efervescida na segunda metade do século XX aliada à desordem social e ideológica predominante colocaram o turismo convencional, finalmente, em xeque.

Não é de modo fortuito que emergem conceitos de viagens mais convenientes às necessidades e peculiaridades culturais e mercadológicas dos dias atuais, as quais perpassam, cada vez mais, por questões relacionadas à ética, à sustentabilidade e ao conhecimento.

Cabe lembrar, com tudo isso, que as recentes terminologias e suas respectivas interpretações sobre o universo das viagens merecem um olhar mais atencioso. Isto porque, conforme dito, vive-se em uma era de transições e paradoxos profundos associada a um vazio filosófico e epistemológico, especialmente no âmbito do turismo, que simplifica e enfraquece o processo de investigação crítica e profunda deste tema.

Assim, é preciso considerar que, por um lado, a perspectiva industrial e seu paradigma compartimentizador ajuda a diferenciar e sistematizar os setores, segmentos e escopos de atuação dos diferentes mercados do turismo. Por outro, a visão emergente pós-industrial desponta com uma perspectiva mais flexível e difusa de interpretação do fenômeno de viagens.

Não basta categorizar determinado turista, destino ou atrativo como, por exemplo, de caráter estritamente cultural. É preciso compreender as necessidades e motivações do viajante, bem como as peculiaridades – potencialidades e interesses - da oferta, extrapolando-se as questões comerciais. Além disso, é importante salientar que uma viagem não é só focada em visitação a atrativos e experiências ditas culturais, mesmo quando identificada com esta motivação principal.

É possível visitar parentes, realizar um trabalho, tratar da saúde, descansar em uma praia, caminhar na mata e participar de um festival gastronômico na mesma viagem, tornando-a, por conseguinte, multiexperiencial. Ademais, a interpretação, valoração e aproveitamento dessas vivências serão distintas para cada visitante.

Com tudo isso, ressalta-se que as categorias de motivação de viagens utilizadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e seguidas pelo Ministério do Turismo do Brasil em suas pesquisas de caracterização da demanda, têm o papel preponderante de apontar indícios comportamentais e de motivação dos visitantes, indicando os aspectos que lhes parecem prioritários.

Neste sentido, servem essencialmente como parâmetros mercadológicos e conceituais elementares, sem, no entanto, aprofundar-se nos pormenores motivacionais e comportamentais do turista e a multiutilização que uma destinação ou atrativo pode ter ou representar.

Isto posto, é preciso estabelecer algumas abordagens sociológicas de turismo que mais se aproximam da visão pós-moderna de viagens conscientes. O Turismo de Massa, por exemplo, seria filosoficamente a antítese dessa nova forma de pensar e agir em relação às viagens.

O mesmo não se pode dizer do ponto de vista mercadológico, uma vez que mesmo as modalidades turísticas consideradas brandas seguem, muitas vezes, modelos comerciais tradicionais repaginados sob uma aura sustentável, algo aplicável, inclusive, ao *Slow Travel*, caracterizando-se muitas vezes como um simulacro da sustentabilidade.

Outra forma de classificação de viagens que pouco tem relação com o turismo não massificado, sustentável e/ou *slow*, é o chamado turismo de negócios, isto é, aquele motivado por atividades profissionais realizadas fora do entorno habitual do visitante.

Tais viagens, a partir de uma perspectiva sempre genérica, apresentam como características e usufruto de estruturas e serviços padronizados, sofisticados, práticos e rápidos, em que a interação autêntica e detalhada com a localidade visitada e seus moradores ficam em segundo plano.

A partir de então, pode-se dizer que as viagens que não negam o ócio, ou simplesmente aquelas motivadas pelo lazer são as que, em tese, podem absorver modalidades turísticas mais humanizadas e preocupadas com os impactos causados.

Antes de esmiuçar o turismo de lazer, é preciso considerar ainda as demais categorias principais – em uma perspectiva compartimentalizadora industrial, diga-se – de viagens estabelecidas pela OMT, que são aquelas motivadas prioritariamente por questões acadêmicas, religiosas, de saúde e pautadas nas visitas a amigos/parentes.

As viagens de estudo, especialmente aquelas de longa duração para a realização de um intercâmbio em outro país, representam também uma possibilidade de viajar mais profunda, lenta e autêntica, aproximando-se, em alguns aspectos, do chamado *Slow Travel*. Já as demais categorias, salvo situações excepcionais, não apresentam por parte do visitante e da oferta a preocupação com a interação pormenorizada e sustentável com a localidade, atendo-se em termos dinâmicos às suas temáticas específicas.

Resta, portanto, subdividir o turismo de lazer. Novamente a OMT estabelece alguns nichos, a saber: Sol e Praia, Ecoturismo, Turismo Cultural, Esportes, Náutico, Pesca, Compras e Vida Noturna. Esta classificação, contudo, não é absolutamente precisa tampouco imutável.

Para muitos autores, por exemplo, o termo “Ecoturismo” é confundido com “Turismo Ecológico”, “Turismo Verde” e/ou “Turismo em Áreas Naturais”. Em geral, o ecoturismo

designa apenas uma modalidade de viagens vivenciada e motivada em/pelo patrimônio natural conservado e de reconhecido valor, possuindo um caráter mais contemplativo e educativo, através de práticas ambientais sustentáveis. A OMT coloca nessa subcategoria o chamado Turismo de Aventura e o Turismo Rural. O primeiro, segundo boa parte da literatura acadêmica sobre viagens, trata de atividades físicas e/ou esportivas experimentadas em ambientes naturais conservados e/ou preparados para o contato com a natureza, em que se utilizam equipamentos específicos para a prática de determinadas modalidades, tais como: rafting⁸, rapel⁹, boia-cross¹⁰, entre outros. Já o Turismo Rural seria aquele vivenciado no ambiente campestre, podendo ainda ser conceituado como agroturismo, quando prioriza alguma atividade produtiva típica deste meio, como ordenha de vacas e coleta de determinado fruta ou verdura.

Para o presente estudo, serão dissociadas as categorias de turismo em ambientes naturais conservados – ecoturismo e turismo de aventura, e agrupadas aquelas modalidades de viagem vivenciadas no ambiente rural: turismo rural/agroturismo.

O Turismo Cultural, por sua vez, também é uma categoria ampla e complexa e, por conseguinte, de difícil classificação. O Patrimônio Cultural pode ser ou não aproveitado turisticamente e pode ter um caráter material ou imaterial.

No primeiro caso, abrange as edificações, monumentos, expressões artísticas, arquitetônicas, arqueológicas, gastronômicas, festivas, religiosas e folclóricas manifestadas fisicamente. Já a memória imaterial abarca todo o amálgama de costumes, tradições, ritos, mitos, lendas e símbolos de um povo vinculado a determinado lugar e momento histórico.

A título de ilustração, apenas o recorte de expressões festivas, ou acontecimentos programados de caráter cultural demandam um olhar minucioso, pois tais expressões podem conter ou não aspectos de autenticidade, apelo mercadológico e alcance midiático e de público expressado em diversas condições.

O fato é que mesmo as demais modalidades de turismo de lazer, incluindo o tradicional e historicamente massificado turismo de sol e praia, podem, ainda que de forma menos frequente e óbvia, conter expressões de sustentabilidade, autenticidade e profundidade de visitaçoão que tem sido cada vez mais valorizada nas últimas décadas e estão em consonância com o *Slow Travel*.

⁸ Rafting: prática de descida em corredeiras a partir da utilização de botes infláveis e equipamentos de segurança.

⁹ Rapel: é uma técnica de descida pela corda com o uso de equipamentos de segurança.

¹⁰ Boia-cross: consiste na descida em grandes boias redondas pelo leito de rios.

Um turista pode interagir e colaborar com a localidade visitada ficando por semanas estirado sob o sol em uma praia ou pode realizar o chamado volunturismo, ajudando a controlar a quantidade e a variedade de pescados nos confins do Pantanal ou Amazônia, entre outros exemplos. No entanto, percebe-se que se tratam de situações de exceção.

Com tudo isso, de forma a facilitar pedagogicamente e até mercadologicamente o recorte a ser feito em torno do “pós-turismo” emergente, pode-se estabelecer algumas categorias mais propensas às novas perspectivas de viagem na comparação com outras classes de destinações, atrativos e também de visitantes.

Tais modalidades estão no topo das duas tabelas seguintes, em negrito, mostrando uma relação muito próxima com elementos de sustentabilidade, experiência e criatividade. São elas: Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Rural/Agroturismo, Turismo de Intercâmbio, Volunturismo, *Slow Travel* e Turismo de Base Comunitária.

**Tabela 1 – Categorias/Segmentos de Turismo e sua relação
Com a Oferta Turística e Valores Sustentáveis**

Categoria/Segmento	Modalidade de Viagem	Tipo de Interação com a Oferta	Sustentabilidade
LAZER	Ecoturismo	Predominantemente Ambiental	Alta
LAZER	Turismo de Aventura	Mista - Técnica Turística/Ambiental	Alta
LAZER	Turismo Rural/Agroturismo	Predominantemente Ambiental	Alta
ESTUDOS	Turismo de Intercâmbio	Predominantemente Cultural	Alta
LAZER	Turismo Cultural	Predominantemente Cultural	Alta
LAZER/ESTUDOS	Volunturismo	Mista - Ambiental/Cultural	Alta
LAZER	Slow Travel	Mista - Ambiental/Cultural	Alta
LAZER	Turismo de Base Comunitária	Mista - Ambiental/Cultural	Alta
LAZER	Sol e Praia	Predominantemente Ambiental	Baixa
LAZER	Esportes	Técnica Turística	Baixa
LAZER	Náutico	Mista - Técnica Turística/Ambiental	Baixa
LAZER	Pesca	Mista - Técnica Turística/Ambiental	Baixa
LAZER	Compras	Técnica Turística	Baixa
LAZER	Vida Noturna	Mista - Técnica Turística/Cultural	Baixa
RELIGIÃO	Religiosa	Mista - Técnica Turística/Cultural	Baixa
NEGÓCIOS	Trabalho	Técnica Turística	Baixa
SAÚDE	Tratamento de Saúde	Técnica Turística	Baixa
VAP	Visita a Amigos e Parentes	Irrelevante	Baixa

Fonte: Elaboração Própria

Nota-se que as sete modalidades conceituadas como mais brandas – destacadas em negrito - e, conseqüentemente, mais valorizadas na atualidade em termos de realização de uma viagem, são ligadas a motivações de lazer e/ou estudos e demandam o uso e

reconhecimento prioritário dos patrimônios naturais e/ou culturais das destinações, deixando a oferta complementar – denominada “técnica turística” – em segundo plano.

De forma complementar, duas terminologias muito em voga nos dias atuais também podem servir de parâmetro para a comparação das diferentes modalidades de viagens: Turismo Criativo e Turismo de Experiência – as quais serão esmiuçadas abaixo. Com isso, apresenta-se a seguir tabela comparativa dos citados segmentos e sua relação com os parâmetros experienciais (demanda) e criativos (oferta). Por fim, ressalta-se mais uma vez que se tratam apenas de referências prévias e que, invariavelmente, estão sujeitas não somente a um perfil motivacional – em termos de demanda, e estruturante – em termos de oferta, mesclados.

Além disso, fatores como a duração da viagem, o estado de espírito do visitante, a história da localidade, empreendimento ou atrativo visitado e o desenrolar da experiência turística são alguns dos aspectos que podem tornar a vivência de viagem mais propensa a determinada (s) categoria (s) e possibilidades de aproveitamento.

**Tabela 2 - Categorias/Segmentos de Turismo e
Sua relação com a Experiência e a Criatividade**

CATEGORIA/SEGMENTO	MODALIDADE DE VIAGEM	EXPERIÊNCIA	CRIATIVIDADE
LAZER	Ecoturismo	Alta	Alta
LAZER	Turismo de Aventura	Alta	Alta
LAZER	Turismo Rural/Agroturismo	Alta	Alta
ESTUDOS	Turismo de Intercâmbio	Alta	Alta
LAZER	Turismo Cultural	Alta	Alta
LAZER/ESTUDOS	Volunturismo	Alta	Alta
LAZER	Slow Travel	Alta	Alta
LAZER	Turismo de Base Comunitária	Alta	Alta
LAZER	Sol e Praia	Alta	Baixa
LAZER	Esportes	Alta	Baixa
LAZER	Náutico	Alta	Baixa
LAZER	Pesca	Alta	Baixa
LAZER	Compras	Baixa	Baixa
LAZER	Vida Noturna	Alta	Alta
RELIGIÃO	Religiosa	Alta	Baixa
NEGÓCIOS	Trabalho	Baixa	Alta
SAÚDE	Tratamento de Saúde	Baixa	Baixa
VAP	Visita a Amigos e Parentes	Baixa	Baixa

Fonte: Elaboração Própria

Uma das terminologias mais utilizadas recentemente na literatura acadêmica e para a inovação mercadológica do setor de viagens é o denominado Turismo Criativo. Gonçalves (2008), aponta que na Era da Economia Criativa, o universo das viagens começa a se repaginar, utilizando-se de novos paradigmas filosóficos, que exigem posturas cada vez mais conscientes, participativas e criativas de todos os envolvidos com o ato de viajar.

Turismo Criativo (*Creative Tourism*), constituindo-se como aquele tipo de turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em experiências de aprendizagem que são características do destino de férias onde são levadas a cabo (tradução nossa a partir de Richards, 2001:65).

O advento do turismo criativo resulta de uma sociedade contemporânea mais instruída, mais exigente, mais experiente, mais independente. Algumas atrações culturais já reorientaram a sua oferta para estes “novos” públicos (ou para estas novas motivações e comportamentos), oferecendo oportunidades de lazer associadas a escrita criativa, a produção de artesanato local, aos *workshops* de música, aos ateliers pedagógicos, etc.

A relação entre a criatividade e o turismo ainda está a dar os primeiros passos, mas possui na nossa perspectiva, um grande potencial de desenvolvimento em face da emergência de novas necessidades de lazer, da crescente necessidade de reinvenção das economias, dos novos consumos, das novas tendências de regeneração urbana. (GONÇALVES, 2008, p.2)

Contudo, considera-se conveniente destacar que apesar da sagacidade da interpretação dos citados autores no sentido de uma perspectiva de mudança dos valores estruturais vinculados ao turismo, é preciso ter bastante parcimônia ao interpretar tais sinais. Estes, sem dúvida, representam uma tendência de mudança, mas que parece ocorrer em ritmo moderado e que é capaz de atingir, apenas, parte da população, entre outros aspectos, pelo impacto que os valores capitalistas industriais representaram e continuam representando no Ocidente, ao menos nos três últimos séculos. Por mais que as mudanças estejam em curso, inclusive na esfera do turismo, elas ainda estão consolidadas entre uma minoria, ainda que cada vez mais representativa e fortalecida.

Não obstante, autores como Pacheco; Mendez & Jiménez (2010, p.122) mostram-se bastante reticentes em relação ao aproveitamento verdadeiramente sustentável nos dias atuais. Para eles, as modalidades verdes e aparentemente conscientes de viagem são, invariavelmente, modelos predatórios maquiados e que permanecem em consonância aos desejos do Deus-mercado. Os autores apontam que:

Surge um novo grupo de consumidores de produtos turísticos em todo o mundo, arrastados pelo auge do chamado Novo Turismo, que não é outra coisa senão a extensão do turismo tradicional, mas de forma maquiada, com novos cosméticos (a

conservação de recursos naturais, a preservação de culturas autóctones, etc.), uma nova realidade de turismo sobreposta a anterior e que dá como resultado uma “nova realidade fictícia”. Tal transformação é conhecida por distintos nomes: turismo alternativo, ecoturismo, turismo não convencional.

Segundo Gonçalves (2008), o elemento-chave de uma atividade turística plena, consciente e equilibrada envolve, inexoravelmente, a participação ativa do indivíduo naquilo que se designa por experiência turística – o que dá estofos para a criação e disseminação do chamado Turismo de Experiência, tema que será esmiuçado adiante. Tal postura significaria o abandono da “bolha turística” massificada e alienada, predominante no universo das viagens até os anos 1970, caracterizada pelo distanciamento dos visitantes em relação às comunidades receptoras e pela postura alienada e predatória.

Pode-se, com tudo isso, dizer que as bases do chamado pós-turismo estão sendo constituídas. Seu aspecto primordial alinha-se com a preocupação global mais em voga nas últimas décadas: o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Korossy (2008) foi em um contexto de crescente degradação ambiental que a preocupação com aspectos relacionados ao ambiente despontou globalmente. Neste processo, a Conferência do Meio Ambiente da ONU realizada em Estocolmo em 1972, assim como o documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão do Meio Ambiente em 1987, representam marcos ideológicos na construção de uma nova visão humana na sua relação com o meio.

O Turismo, por sua vez, passou a ser contemplado nas discussões sobre sustentabilidade oficialmente e em âmbito global apenas em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a famosa ECO-92, no Rio de Janeiro, vinculando o desenvolvimento turístico à Agenda 21. Todavia, Swarbrooke (2000 apud Korossy 2008) aponta que evolução da construção do pensamento ambientalmente sustentável relacionado à atividade turística é um processo em maturação há bem mais tempo:

O conceito de desenvolvimento sustentável é o ápice de um amadurecimento teórico que tem início na década de 1960, com o reconhecimento dos impactos potenciais do turismo de massa; segue-se através da década de 1970, com as primeiras preocupações com a gestão de visitantes; e culmina com a emergência de turismo verde (*green tourism*) na década de 1980.

Neste sentido, as estratégias e ações vinculadas ao aproveitamento turístico, proveniente tanto da esfera pública, como privada ou comunitária deveriam, a partir de então, seguir os preceitos de atendimento das necessidades presentes sem o comprometimento das gerações futuras em atenderem seus próprios – conceito base do desenvolvimento sustentável.

Além disso, a atividade turística, pelo menos em tese, passou a ser regida pelo reconhecido tripé da sustentabilidade: crescimento econômico, proteção dos recursos naturais e busca da equidade social.

Contudo, o marco conceitual mais relevante para o Turismo ocorreu em 1995 quando foi celebrada a Conferência Mundial de Turismo Sustentável a qual teve como resultado principal a Carta do Turismo Sustentável que, chamando a atenção para:

O desenvolvimento da atividade turística não deve ultrapassar os limites do ambiente natural, deve ser economicamente viável e equitativo para as comunidades locais; Deverá haver a participação dos atores sociais envolvidos em nível local, regional, nacional e internacional; O planejamento do turismo deve ser elaborado por governos e entidades competentes, contando com a participação das comunidades locais e de organizações não-governamentais, de forma integrada; Defende a adoção de códigos de conduta; Promoção de formas alternativas de turismo. (KOROSSY, 2008, p.60)

A partir deste, foram realizadas iniciativas que viessem ao encontro das propostas. Um exemplo é a adoção do Código Mundial Ética do Turismo, desenvolvido em 1999 pela OMT, sob as bases conceituais da sustentabilidade.

Com tudo isso, o desenvolvimento de modalidades mais harmonizadas e integradas com os ambientes naturais preservados e conservados ganhou força, fazendo surgir modalidades de viagem categorizadas mercadologicamente como segmentos, conforme dito anteriormente que são: ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, agroturismo, entre outras nomenclaturas menos usuais.

Porém, a ênfase cultural que em um primeiro momento pareceu alijada do processo, pela promoção de novos parâmetros ambientais emergentes, logo ganhou força no espectro da busca por modalidades mais brandas de viagem. Despontaram modalidades ligadas à educação e interação cultural, entre as quais se destacam: turismo de base local/comunitária, turismo étnico, turismo científico, turismo de intercâmbio, volunturismo. Com isso, o aproveitamento cultural das viagens mudaria paulatinamente seu foco, saindo da esfera do exótico, superficial e discriminatório para algo mais autêntico, profundo e colaborativo.

Além disso, a visão da inter-relação entre natureza e cultura se evidencia. Documentos da própria UNESCO discutem que valores paisagísticos são também construções histórico-sociais e que por isso, devem ser levadas em conta como parâmetros ligados ao resgate das memórias, dos patrimônios e das identidades. Neste cenário, já no limiar do século XXI, nasceu também o chamado *Slow Travel*.

Porém, antes de discutir pontualmente esta modalidade/filosofia específica de viagens, vale lembrar dois aspectos primordiais: 1) Os segmentos turísticos citados terem apresentado

considerável fluxo de visitantes, inclusive em ritmos de expansão proporcionalmente maiores que os do turismo tradicional, como aquele motivado pelo binômio Sol-Praia. Isto representa, de certo modo, uma contradição com a proposta de minimização de impactos causados pelos grandes deslocamentos humanos, tais quais ocorrem em destinos e atrações turísticas muito visitadas. Por isso, a importância do planejamento, da gestão e da mensuração de impactos tornou-se premente à atividade turística no século XXI. 2) O turismo, mesmo com modalidades aparentemente menos danosas às localidades receptoras, viver sob a sombra do hipercapitalismo, o qual também se remodelou aos novos paradigmas ambientais, sem, no entanto, atacar a principal questão de interferência ao meio: o consumismo. Assim, há uma série de conflitos filosóficos em relação ao aproveitamento das viagens, tanto por quem a vivencia como por aqueles que a oferecem enquanto produto ou experiência, representando um período de transição entre: valores industriais x pós-industriais; tradição x inovação; indústria cultural x contracultura; turismo de massa x turismo brando. Como exemplos, tem-se o turismo de elite, que apesar de causar menos impactos ecológicos por conta da baixa quantidade de visitantes, ainda enseja uma série de reflexões acerca de seu aproveitamento econômico e sociocultural, especialmente às localidades receptoras.

O próprio município de Tiradentes (MG), uma das destinações que serão analisadas neste documento no contexto da inserção do *Slow Travel* no Brasil, pode ser considerado exemplo dessa relativa dicotomia, conforme Campos (2013), aponta:

A ação conjunta dos setores privado e público na cidade, através de investimentos que promoveram a sua preservação e a implantação de equipamentos turísticos, ressaltaram os atrativos de Tiradentes, proporcionando sua real inserção em diversos roteiros turísticos regionais e até nacionais. Isso resultou em grande divulgação da cidade nas revistas especializadas. (p.78)

É justamente com esses ingredientes – restauro, revitalização e requinte – que a cidade vai passar a conhecer novas situações: a migração e a gentrificação “incompleta”. (p.78)

Heitor Frúgoli Jr. - apoiado nos estudos de Harvey, Anderson e Zukin - afirma que a (...) *gentrification* - ou “enobrecimento” -, [é o processo] em que geralmente áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à criação de novos enclaves residenciais e à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores (2000, p.22). (p.80)

Tiradentes vive entre a opacidade e a luz repentina que os eventos turísticos criam em certos momentos do ano. Isso faz da cidade um espaço dual, mas combinado, expresso aqui em algumas exemplificações: convivem, na cidade, os intelectuais e os artistas plásticos, com pessoas de baixa escolarização e que apenas conhecem as cidades mais próximas de Tiradentes; na gastronomia, a cidade convive com a simplicidade e a tradição da comida mineira, ao lado de restaurantes que reproduzem a cozinha internacional, de certos países; o comércio local vive a euforia dos

eventos, principalmente, e também dos finais de semana, em oposição aos dias de semana, quando está voltado prioritariamente para a população fixa da cidade. (p.85)

Ademais, nos dias atuais boa parte dos empreendimentos e turistas têm procurado associar sua imagem a uma perspectiva mais sustentável de se fazer turismo, ainda que boa parte delas não compreenda os reais mecanismos para a busca da sustentabilidade ou não se importa, de fato, com as ações vinculadas a tal filosofia. Neste mosaico conceitual, uma modalidade específica parece despontar no novo milênio como a mais abrangente e, ao mesmo tempo, aparentemente vinculada aos novos e difusos valores da sociedade contemporânea, abrangendo, ao mesmo tempo, valores éticos, sustentáveis e criativos: o Turismo de Experiência.

Sobre este tema, Zaoual (2008) contextualiza:

Os indivíduos não parecem mais procurar, exclusivamente, a mudança de hábitos, mas também as diferenças culturais locais ignoradas ou redescobrir o que lhes parece ser suas próprias raízes. O conjunto dessas motivações parece expressar um tipo de turismo de emoções e de assombro. Essas necessidades são, cada vez mais, sentidas pelas coletividades locais, que reorientam seus esforços em direção à proteção da variedade dos patrimônios locais. (p. 6)

Na verdade, através dessas novas figuras do turismo, os atores tendem a participar de uma renovação econômica e social que não renega suas tradições, raízes e suas novas crenças que esgotam sua razão de estar no desencantamento do mundo moderno. Por esta escolha, os atores indicam os impasses da economia despersonalizada do velho capitalismo industrial, uma economia baseada na acumulação do capital, na consumação de bens materiais e na destruição da natureza sem limite. Os indivíduos são, hoje, requerentes de serviços de qualidade, de relações e de sentido. Aqui, a racionalidade do lucro a qualquer preço cede lugar à relação e à comunicação cultural e intercultural. O serviço turístico é um dos serviços mais relacionais. A relação é o intercâmbio, e o intercâmbio é aqui, antes de tudo, de natureza simbólica antes de ser monetária. É este incalculável que está no coração do valor econômico dos novos serviços turísticos. (p.10)

A emergência de um turismo de profundidade baseado em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural é um dos sinais da crise da civilização industrial. Esta última foi construída sobre uma cultura que produz e sobre iniciações de multiplicação ao infinito de necessidades frequentemente artificiais. A demanda que se exprime através do turismo pós-industrial é também um verdadeiro retorno de valores e de imagens da sociedade. A nova demanda turística é uma demanda existencial. É um sintoma de necessidades e de atividades cujo conteúdo civilizacional ainda não está decifrado em toda a sua profundidade, na medida em que ele somente é definido pelo mesmo paradigma de antigamente, ou seja, aquele da economia. No entanto, esta revolução silenciosa, interpretada por novas aspirações cujo sentido foge ao reducionismo, estabelece a utilidade que tem a análise econômica de se abrir às outras ciências do homem e à pluralidade das culturas humanas. Esta necessidade de referências simbólicas de existência está na raiz do turismo alternativo. Ele estabelece, ao mesmo tempo, a necessidade de uma governança turística, valorizando não somente os atores do sítio turístico, mas também os turistas, colocando-os em um intercâmbio autêntico. Deste ponto de vista, o turismo situado organiza o intercâmbio intercultural e assegura as durabilidades sociais e ecológicas. (p.11)

Além da essência filosófica ilustrada detalhadamente pelo autor supracitado, é importante apresentar e discutir a origem conceitual do Turismo de Experiência. Esta nasceu a partir da concepção da ideia de Economia da Experiência, que, por sua vez, é baseada na teoria apresentada em 1999, através de duas consagradas obras: *The Experience Economy* (Economia da Experiência), de Joseph Pine II e James Gilmore e *The Dream Society* (A Sociedade dos Sonhos), do dinamarquês Rolf Jensen.

Sua referência é destacada na principal obra brasileira sobre o tema, justamente *Turismo de Experiência*, organizado por Alexandre Panosso Netto e Maria Cecília Gaeta (2010, p.28-29). No capítulo que trata da viagem como experiência significativa, Luiz Gonzaga Godoi Trigo apresenta as vantagens da categoria experiência sobre bens e serviços, segundo os citados autores criadores do conceito da Economia da Experiência:

Bens são tangíveis e serviços são intangíveis, mas experiências são memoráveis; Bens são relacionáveis e serviços são sob demanda e logo vivenciados, mas experiências desdobram-se ao longo do tempo, estocadas na memória; Bens são padronizáveis e serviços são personalizáveis, mas experiências são pessoais; Uma experiência teria quatro domínios: entretenimento, educação, fuga (escapismo) e estética.

Assim, nota-se uma aproximação clara deste novo valor mercadológico com o âmbito da cultura e do próprio turismo. Porém, o autor alerta de forma pertinente as possíveis armadilhas de análise de seu aproveitamento na esfera das viagens:

Muitos textos e palestras sobre serviços, viagens e experiências foram baseados nessas considerações, que, em análise mais profunda em termos filosóficos, são simplistas e superficiais.

O problema, como já foi discutido, é que não há um conceito simples de experiência na história do pensamento humano. Diversas escolas filosóficas ocidentais ou linhas de pensamento oriental analisam esse fenômeno de diferentes formas. Inserir o mundo dos serviços no arcabouço teórico do que denominamos experiência ajuda a entender a complexidade do setor terciário, desde que também se compreenda mais profunda e amplamente esse conceito.

Quando, no caso de viagens e turismo, propaga-se um segmento denominado turismo de experiência sem analisar as implicações do conceito, corre-se o risco de discorrer ao mesmo tempo sobre tudo e sobre nada ou de ficar em estereótipos como aventura, esporte, natureza, arqueologia ou, simplesmente, no âmbito do fake e do kitsh, remodelados como produtos inéditos. Ou, ainda pior, de usar do emocionalismo rasteiro, tão presente em parte da mídia, para maquiagem uma experiência banal e transformá-la em algo pretensamente relevante.

A compreensão da experiência como um diferencial a ser oferecido aos consumidores foi um avanço importante em termos mercadológicos, mas, em tantos outros estudos e tentativas de denominação ou classificação na área de gestão de negócios, o termo caiu em um modismo superficial, que, em boa parte, neutralizou os avanços conquistados.

Esses modismos repetiram-se sistematicamente ao longo das últimas décadas, à medida que as sociedades tornaram-se mais complexas, pluralistas e problemáticas, um mundo cada vez mais difícil de ser interpretado e comentado por especialistas, além de muito menos previsível. (TRIGO, 2010, p.29)

A relação entre cultura e mercado não pode, nos dias atuais, ser desconsiderada. Na verdade, a compreensão da aproximação entre cultura e sociedade, economia e ecologia, tempo e espaço é uma das chaves do desenvolvimento de percepções holísticas e mais próximas da realidade em um planeta cercado de contradições e fusões conceituais.

Lipovestky (2007, apud Trigo, 2010, p.34) complementa a análise da emersão da economia da experiência em uma perspectiva mais ampla, porém, novamente sob enfoque mercadológico:

Além dos equipamentos e dos produtos acabados, as indústrias do lazer trabalham com a dimensão participativa e efetiva do consumo, multiplicando as oportunidades de viver experiências diretas. Já não se trata mais apenas de vender serviços: é preciso oferecer experiência vivida, o inesperado e o extraordinário capazes de causar emoção, ligação, afetos, sensações. (...) A civilização do objeto foi substituída por uma “economia da experiência”, a dos lazeres e do espetáculo, do jogo, do turismo e da distração. É nesse contexto que o hiperconsumidor busca menos a posse das coisas por si mesmas que a multiplicação das experiências, o prazer da experiência pela experiência, a embriaguez das sensações e das emoções novas: a felicidade das “pequenas aventuras” previamente estipuladas, sem risco nem inconveniente.

Trigo (2010, p.31) avança em sua análise, considerando a viagem uma experiência em si e a necessidade de uma percepção cultural, mesmo na esfera de produção, distribuição e consumo ensejada pela dinâmica de mercado:

Viagens são, no sentido literal, experiências, mas ficam aquém do sentido e do significado de uma experiência mais profunda nos sentidos épico, filosófico, epistemológico e, especialmente, no sentido existencial. Há experiências medíocres, ordinárias, banais. Há serviços prestados e recebidos com absoluta frigidez, de forma mecânica e sem nenhum impacto. (...) Uma viagem especial exige pessoas e condições especiais. Isso não implica apenas poder econômico, mas fundamentalmente atitudes e posturas sociais, culturais, estéticas e políticas. A antropologia é uma das ciências essenciais para saber como desfrutar melhor uma viagem e aproveitar seus conteúdos culturais.

Gonçalves (2008, p.2) destaca ainda que as viagens motivadas por aspectos culturais acabam por valorizar as chamadas experiências turísticas, contribuindo para que as mesmas se tornem memoráveis e, por conseguinte, diferenciadas do ponto de vista humano e mercadológico.

Aquilo que se acusou o turismo de estar a fazer a cultura e ao patrimônio cultural – pelo processo de transformação em mercadorias padronizadas (*commodification*)

– deu lugar a experiências turísticas únicas e individualizadas. Numa economia de experiências, o consumo passivo dos serviços culturais tendera a modificar-se e a assumir-se de forma crescente como um tipo de consumo mais participativo, envolvendo interação, aprendizagem e execução.

Novamente Trigo (2010, p.32-33) avança sua análise, relacionando a emersão do Turismo de Experiência à realidade conjuntural da globalização cultural e econômica presente na atualidade. Ao falar da importância do cenário local ante o global, começa-se uma aproximação importante com aspectos da filosofia *Slow*, as quais são mais claramente alinhavadas adiante.

Os efeitos dúbios da globalização colocaram um manto de cenários pré-estruturados sobre vários lugares do planeta, mas as regionalidades continuam a se expressar de maneira forte e constante, inclusive com o auxílio das novas tecnologias e das possibilidades abertas pela própria globalização. Contudo, os turistas ordinários continuam às cegas em seu caminho pelos fluxos do mundo.

Urbain insiste nessa divisão, afirmando que o viajante critica o turista por introduzir relações mercantis nas viagens, por reduzir práticas vitais a um mero jogo ou esporte (caça, pesca, observação da fauna e da flora), perverter as tradições e favorecer a luxúria. Mas há uma crítica maior: o turista banaliza o mundo.

Com sua presença, o turista destrói a mística da revelação. Dissolve o choque emocional e substitui a alegria do descobrimento pela diversão morna de uma visita que beira a profanação. O turista banaliza, e a banalidade turística varrerá todas as diferenças que, ao atravessá-las, davam então o sentido à viagem.

Esse é o problema que envenena a possibilidade de uma experiência com estilo próprio: a banalização ou a oferta do trivial, com engodo ou simples cenário, no lugar da profunda experiência de uma viagem destinada ao prazer mais profundo do autoconhecimento, da descoberta e da possibilidade de aventura que nos deixe mais seguros de nossa existência como seres humanos. Esse faz de conta envolve os pacotes turísticos banais, os fluxos turísticos de massa e uma série de serviços igualmente ordinários: alimentação, hospedagem, transporte, varejo, entretenimento, artes e cultura em geral.

A tentativa de inserção de qualquer tipo de serviço destinado ao lazer, ao turismo ou ao entretenimento como uma “experiência” é uma farsa, um pseudomito que encontrou um meio de expressão em técnicas elaboradas de marketing e publicidade para potencializar lucros com produtos e serviços que, na maior parte das vezes, não meramente bons ou corretos, quando não corriqueiros, vulgares, produzidos em massas para as massas.

Há evidentemente, a viagem como experiência em grande estilo, mas envolve uma série de atitude e saberes, como veremos adiante. E há as experiências dúbias e contraditórias, que mesclam o fluxo do turismo de massa com a possibilidade de vivenciar uma experiência profunda e transformadora de viagem.

Este ponto, portanto, é um dos marcos conceituais da filosofia devagar aplicada às viagens, isto é, não cair na tentação de construir um cenário turístico aparentemente pleno e profundo, mas que, no seu âmago, permanece preso ao dilema crucial do consumismo, tornando-se mais um modismo que uma alternativa de mudança sociocultural.

Por fim, os autores Panosso Netto e Trigo (2010) discorrem sobre a relação entre o Turismo de Experiência e o *Slow Travel*:

A viagem é como uma persuasão, uma possessão e fruição da própria vida, a capacidade de viver o presente sem sacrificá-lo ao futuro e especialmente sem considerá-lo um momento que tem de passar depressa para a pessoa fazer outra coisa. A viagem como experiência significativa deve ser um desfrute. Por isso existe um movimento denominado *Slow travel*, inspirado no *Slow food*, desenvolvido pelo italiano Carlos Petrini. (MAGRIS apud, PANOSSO NETTO E TRIGO, 2008)

Quando viajava pelos vastos países do Danúbio, indo em determinada direção, sempre disposto a fazer digressões, paradas e desvios repentinos, vivia persuadido, como ante o mar: vivia submerso no presente, nessa suspensão do tempo que se verifica ao abandonarmos ao seu leve fluir e ao que vida nos traz – como uma garrafa aberta sob a água e renovada pelo fluir das coisas, como dizia Goethe viajando pela Itália. Em uma viagem vivida assim os lugares passam a ser etapas e moradas do caminho da vida, paradas fugazes e raízes que induzem a sentir-se em casa no mundo. São experiências muito diferentes das viagens rápidas e tensas a trabalho, motivadas por negócios ou por compromissos acadêmicos. (TRIGO, 2010, p.35)

Uma matéria especial da revista Newsweek sobre *Slow travel* indica meios de transporte ideais para desfrutar o mundo com tranquilidade: bicicletas, casas flutuantes, ferrovias intercontinentais, navios a vapor e cavalos. Em termos de estadia, valem os spas até resorts, casas de aluguel em cidades, praias ou montanhas, private homes e qualquer tipo de lugar onde se possa ficar por longos e preguiçosos dias, sem a obrigação de cumprir tópicos de um roteiro preestabelecido nem de ticar as atrações de um guia turístico. Países e regiões como China, Índia, Rússia, Leste Europeu, interior da Europa Ocidental e Patagônia oferecem destinos para serem desfrutados com calma e serenidade, inclusive com a possibilidade de circuitos fascinantes em montanhas ou de velejar pelos mares bravios do Atlântico Norte, na Escócia, por exemplo. O prazer da experiência mais profunda é pessoal e intransferível. (TRIGO, 2010, p. 36)

Panosso Netto (2010), finalmente, ilustra desta forma a relevância do *Slow Travel* para os dias atuais:

Temos visto também o surgimento do *Slow travel*, movimento internacional que buscou fundamentos no *Slow food* para dizer que é necessário desacelerar o mundo, mudar nossas práticas, vivenciar mais e melhor cada destino. Há duas formas de *Slow travel*: uma consiste em ficar uma semana ou mais em um único lugar, ou seja, experienciar mais, viver mais, conhecer mais esse lugar; a outra consiste em conhecer o que está mais próximo no destino onde se está e em fugir de indicações dos guias de viagem a respeito do “imperdível” ou do “o que ver”. Em outras palavras, uma forma de viagem mais inteligente.

Diante disso, o *Slow Travel* não propõe somente a desaceleração. Representa, em si, um caminho alternativo de experimentar de forma profunda e autêntica as trocas culturais que o ato de viajar enseja. Propõe, em sua essência, uma ruptura com modelo industrial, mas de certa forma com o próprio capitalismo e imperialismo a ele relacionado. Pode-se dizer que expressa quase um anti-turismo, considerando a aura que as viagens trouxeram à sociedade

nos últimos séculos, especialmente após sua massificação e consequentes impactos desastrosos. O limiar entre seu aproveitamento mercadológico e cultural e entre sua perspectiva de alternativa e ruptura são os maiores desafios para seu amadurecimento filosófico, epistemológico e experiencial, a serem refletidos no capítulo seguinte, quando se buscará compreender a dimensão e a dinâmica do Movimento *Slow* e seus desdobramentos culturais, espaciais e turísticos.

Por último, cumpre realçar que as modalidades de turismo rural e turismo de base comunitária/local devem ser repercutidas, dentre todas as modalidades mais brandas de viagem, como referências fundamentais para as viagens lentas acontecerem, complementando-se conceitualmente ao que foi apresentado e discutido até o momento.

No âmbito geográfico, faz-se necessário aplicar um olhar mais focado às destinações turísticas afastadas dos grandes centros urbanos e/ou regiões costeiras. Isto porque aquelas representam, de modo geral, um ambiente mais adequado não somente às práticas sustentáveis, com elementos criativos e experienciais em voga, mas principalmente por se mostrarem como espaços ajustados aos preceitos do Movimento *Cittàslow e Slow Travel*, conforme será elucidado no capítulo seguinte.

Vale lembrar que os mesmos pregam, entre outros fatores, sua aplicabilidade em localidades com população inferior a 50 mil habitantes e que apresentem patrimônios natural e cultural autênticos e preservados, bem como formas de acesso/transporte mais brandas, que permitam contemplação e assimilação dos valores locais, incluindo o contato genuíno e profundo com as comunidades receptoras.

Neste sentido, as três regiões turísticas que apresentaram interesse em se enquadrar aos preceitos do turismo lento – serra gaúcha, sul de Minas Gerais e serra capixaba – possuem, em um primeiro olhar, características que os condicionam a tal candidatura – sendo sua espacialidade rural determinantemente representativa - ainda que outras localidades existentes tanto nessas como em outras regiões do país tenham a possibilidade – eventualmente até maior – de desenvolver de modo mais organizado e planejado o ritmo cadenciado de se fazer turismo.

Vale lembrar que muitas localidades, atrativos e/ou empreendimentos já se utilizam da filosofia *slow* no conceito e desenvolvimento de suas experiências de visita turística. Entretanto, muitas vezes isso é feito de forma intuitiva, espontânea, algo que possui um inegável valor de autenticidade e legitimidade, mas que, por um lado, pode ser potencializado em termos humanos e mercadológicos se tiverem um balizamento estratégico mais efetivo.

Voltando à questão espacial, a ruralidade das destinações turísticas brasileiras as tornam – por si, mas não somente – potenciais espaços de apropriação e disseminação de valores efetivamente sustentáveis de visitação turística. Ocorre que muitas dessas localidades mimetizam os comportamentos urbano-industriais predominantes, uma vez que há uma pressão ideológica dos grandes poderes – governos, empresas, mídia – de que a modernidade, a ordem e o progresso positivista inerente aos conglomerados metropolitanos simbolizam o ápice da civilidade humana.

Segundo Deprest apud Pimentel (2009, p. 129):

(...) mesmo nos primórdios do turismo, ainda de baixíssima densidade, pois restrito às elites rendeiças do século XIX, o turismo gerou modificações fulcrais na ordem territorial dos antigos vilarejos medievais onde se instalou a prática da villegiatura, mesmo que com poucas modificações físicas no espaço. Tais vilarejos eram palco de práticas sociais típicas da cidade, abrigando signos desse urbano fragmentado. ”

Com a massificação e diversificação do turismo, tal pressão espacial se intensificou, ainda mais porque, movimentos de escapismo urbano – tal qual o Arcadismo, movimento literário brasileiro da segunda metade do século XVIII que valorizava a fuga das cidades e a busca por lugares mais amenos - se intensificaram a partir de então, dando uma aura paradisíaca aos ambientes que remontassem as origens idílicas da civilização, formando as bases de um conceito universal de viagens a lazer qualificadas pelo ambiente rural e/ou montanhoso, além das praias.

Neste sentido, Boyer apud Pimentel (2009, p. 133) ressalta que:

(...) boa parte da demanda turística nem sempre representa em si uma busca de retorno à natureza, pois muitos destinos turísticos são urbanos, e mesmo os sítios naturais demandam uma urbanização e uma inserção na lógica de funcionamento da sociedade urbana para se constituírem em territórios do turismo. Os locais turísticos não são descobertos, são inventados.

O mesmo autor, portanto, identifica que “(...) o turismo foi inventado (...)”, uma vez que *nenhum lugar é turístico em si*, criticando a conotação predominantemente econômica da atividade e mostrando que o turismo e seus desdobramentos (destinos, atrativos, empreendimentos) são produtos da evolução sociocultural, predominantemente, conforme visto nos capítulos anteriores, capitalista, industrial, individualista e espetacularizada, o que costuma gerar efeitos negativos aos interesses da coletividade.

Por outro lado, os moradores do espaço rural e/ou de pequenos núcleos urbanos, enxergam, de forma destacada no Brasil, o Turismo como uma possibilidade concreta de

desenvolvimento equilibrado entre as conquistas tecnológicas e conceituais do homem urbano, associando-se às tradições e costumes das localidades mais ermas.

Pellin (2005, p.32-37) analisa o turismo como alternativa de desenvolvimento local sustentável no Brasil, ressaltando os seguintes aspectos:

A atividade turística vem destacando-se como uma das estratégias de desenvolvimento para espaços rurais. Esta atividade pode proporcionar uma possibilidade real de desenvolvimento local e regional sobretudo para pequenos municípios que estão, de certa forma, excluídos dos principais circuitos produtivos.

De acordo com Fucks (2001 p.57), os desequilíbrios e impactos resultantes do processo de globalização da economia e da revolução tecnológica impõe a necessidade de se buscar novas alternativas ao desenvolvimento rural e, particularmente, para a agricultura, uma vez que a situação de pobreza, de exclusão social, de degradação dos recursos naturais e de disparidades econômicas persistem no cenário do espaço rural brasileiro.

Em virtude disto, o cenário agrícola em pequenos municípios parece tentar emergir para uma busca gradual da multifuncionalidade de seu espaço. Trata-se da busca de um turismo brando, concentrado em pequenos empreendimentos, que produz menos impactos negativos que o desenvolvimento das atividades turísticas tradicionais, e que possa contribuir para a desaceleração do êxodo rural.

Espaços rurais vêm constituindo-se em uma alternativa para fortalecer o desenvolvimento local e principalmente interiorizar a atividade turística, hoje concentrada nos municípios litorâneos e durante o verão, fator este, que torna a atividade extremamente sazonal.

Campanhola & Silva (1999 p.12), reforçam as afirmações acima quando se referem ao turismo no meio rural como uma forma de valorização do território, pois, ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço local e rural para o seu sucesso, contribui para a proteção do meio ambiente e para a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural.

Para Silva, Vilarinho e Dale (1998), é importante alertar que do ponto de vista da geração de renda complementar às atividades agropecuárias, o turismo em áreas rurais tem se mostrado uma opção muito restrita. Primeiro porque a sua possibilidade de desenvolvimento, abarca um universo muito reduzido das propriedades rurais brasileiras que comportam atrativos naturais singulares. Em segundo lugar porque as rendas geradas pelo ecoturismo em geral pouco beneficiam as populações locais onde estas atividades se desenvolvem, especialmente as residentes em zonas rurais, ficando concentrada nos agentes intermediários dos centros urbanos que intermediam essas atividades e em empreendimentos externos como, por exemplo, nos serviços de transporte e hospedagem.

O turismo no meio rural pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, que haja controle dos processos de desenvolvimento por atores sociais locais, e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados. O turismo no meio rural deve, antes de tudo, ser um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes.

Desenvolver atividades turísticas em espaços rurais contribui, de certa forma, para a busca de um turismo de baixo impacto, focado em pequenos empreendimentos, aliados a preservação do meio ambiente.

Com tudo isso, destaca-se a ideia de que o aproveitamento mercadológico do espaço rural não é, por si, um problema. Pode, na verdade, tornar-se uma solução ou ao menos servir como contributo não somente econômico, mas também ambiental e sociocultural, estimulando as comunidades locais e valorizarem suas tradições e conservarem sua cultura e ambiente. Não obstante, ressalta-se na passagem acima que o envolvimento comunitário no processo de liderança e deliberação das prioridades de desenvolvimento é condição premente para a efetivação do modelo sustentável de turismo e aproveitamento espacial, algo bastante discutido em outra terminologia sustentável contemporânea de aproveitamento das viagens: o chamado Turismo de Base Comunitária ou Local.

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil apud Castro e Pinto (2003, p. 215), esta modalidade de viagens “(...) se baseia uma perspectiva de incorporação de atitudes mais responsáveis no turismo em relação às suas modalidades massivas, valorizando as práticas voltadas para a economia solidária, a autogestão da cadeia produtiva, o associativismo/cooperativismo e a valorização das culturas locais, enfatizando o protagonismo das comunidades locais (BRASIL, 2008a).”

Castro e Pinto (2003) destacam ainda as consequências positivas do adequado aproveitamento do Turismo de Base Comunitária, enfatizando:

O turismo de base comunitária é encarado como uma alternativa positiva e potencialmente sustentável de desenvolvimento econômico de pequenas comunidades autóctones (pescadores, agricultores familiares e extrativistas) na medida em que proporcionaria a manutenção das práticas cotidianas locais e a multifuncionalidade dos espaços tradicionais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009). (p.215)

É abordado como uma forma mais flexível e facilitada de envolvimento da comunidade devido à manifestação coletiva de sentidos identitários e de empoderamento local. O empoderamento deve ser viabilizado através de um ambiente que promova a informação e qualificação dos indivíduos em sujeitos, consentindo o desenvolvimento dos mesmos através do exercício da liberdade, podendo assim, a comunidade influenciar a cultura institucional e política da sociedade para o sentido de se mobilizar em busca de mudanças e condições satisfatórias e includentes. (p.216)

Assim, o turismo comunitário apresenta-se como um arranjo produtivo mais favorável à prática e ao desenvolvimento de empreendimentos solidários, mediante a relevância dada ao capital social que potencializa a gestão participativa de projetos sustentáveis agregando às atividades produtivas o valor do cotidiano tradicional das comunidades com os seus fazeres e saberes, complementando as práticas tradicionais locais, considerando a participação como um dos principais meios de tomadas de decisões coletivas e possibilitando benefícios de forma conjunta (PUTNAM, 2007; CORIOLANO, 2009). (p.215)

Pode-se observar o entendimento que se tem do turismo comunitário não é de classificá-lo como mais um tipo de turismo, mas sim de considerá-lo como um modo de desenvolver a atividade turística segundo os parâmetros – econômicos,

ecológicos e culturais – locais, respeitando-se a lógica das particularidades sociais do lugar. (p.216)

É preciso, pois, visualizar o turismo a partir de uma perspectiva sistêmica, holística e processual, entendendo-o como um subsistema inscrito numa ambiência mais ampla, multidimensional e complexa, cujos atores sociais estão constantemente interagindo num campo fluido onde as relações que definem a política, a economia, as hierarquias identitárias e até mesmo os mecanismos mais basilares de sobrevivência passam muitas vezes por centros decisórios muito distantes geograficamente daqueles locais que são afetados por elas (APPADURAI, 1995; SMITH; BRENT, 2001; SANTANA TALAVERA, 2009; PINTO, 2012b). (p.224)

Assim, o turismo tem criado, dentro de uma perspectiva comunitária, expectativas de mudanças de contextos adversos provocados em muitos casos pelo turismo massivo. Desse modo, o turismo comunitário seria um modelo de gestão mais adequado aos parâmetros de sustentabilidade local, agregando à dinâmica social do destino a importância do sujeito como catalisador e transformador da sua própria realidade. (p.224)

Concorda-se com o autor acima em relação à necessidade de empoderamento dos representantes locais das destinações turísticas ligados às comunidades autóctones. Contudo, tal processo depende da sensibilização, mobilização e identificação das lideranças comunitárias, conforme o próprio Ministério do Turismo apregoa há pelo menos uma década. Ocorre que, na maioria dos casos, essa representatividade inexistente ou é mal aproveitada, algo que gera consequências negativas ao desenvolvimento da atividade turística, mesmo a partir de modelos conceituais considerados mais brandos. Neste contexto, é preciso refletir sobre a gênese, estrutura e dinâmica de povoamento em comunidades rurais no país. Para tal, utiliza-se como referência o estudo desenvolvido por Soares e Sahr (2012, p.55-57), que ressalta:

O homem necessita, para existir, de uma comunidade, assim como esta depende dele para sua formação. Nesta relação de dependência homem-espaco ocorre a geração de características intrínsecas, que derivam das adaptações ao meio, em seus diversos aspectos. É um processo mútuo que envolve, evidentemente, um grupo de pessoas e um local com o qual este se identifica. Contudo, para que os processos de adaptação e identificação ocorram, depender-se-á de um período de tempo. Esta forma de vivência comum surge de uma associação de fatores variados, sejam eles ecológicos, econômicos e culturais.

Sendo assim, a comunidade rural é uma área importante de integração social, onde as relações de parentesco, de compadrio, religiosas e culturais são fortes e permitem uma coesão social.

Este pertencimento ao conjunto depende de alguns critérios, sendo os primários, “[...] a presença de laços ou de elos que mantém unido um grupo de pessoas essencialmente relacionadas e a interação entre essas pessoas”. Assim, ser parte da comunidade, diz respeito a permitir-se viver em comum e se fazer presente tendo seu papel social.

No entanto, para assegurar a coerência do conjunto e fazer com que cada um desempenhe seu papel, primeiramente são necessárias “Técnicas de organização do espaço e de orientações das comunicações e dos bens”. E, na sequência, “[...] adesão de todos aos mesmos valores coletivos, a interiorização das mesmas regras de comportamentos e o sentimento de solidariedade e de responsabilidade”.

Isto tudo pressupõe a necessidade de organização no espaço habitado, por meio de relações de interação e cooperação social, bem como, de normas que norteiem as atitudes dos indivíduos. Quando essas relações existem e os valores são respeitados, pode ocorrer a sacralização do vivido na comunidade e, em decorrência disso, um aumento da força e união de todos em torno destes preceitos e valores coletivos.

Tendo processos solidários que gerem unidades sociais e culturais, a comunidade pode se fortalecer e constituir “um grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua, que podem se multiplicar por emigração ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por certos traços fundamentais de cultura”.

Os mecanismos de cooperação e interação se fortalecem “[...] quando todos os seus habitantes gozam de níveis de vida elevados em relação aos potenciais da área em que vivem”.

Entretanto, se os processos que ocorrem na comunidade são antagônicos, a comunidade perde seu sentido, passando de um local de convivência harmônica, permeado por relações de solidariedade, para um meio onde operaram as relações de interesse, de caráter individual e não em prol grupo.

Ressalta-se, portanto, o conceito de que o Turismo só se sustenta de modo equilibrado em longo prazo quando ele é benéfico também à comunidade receptora. Afinal, os governos e turistas passam, mas a comunidade sempre permanece, podendo ser considerada, assim, a legítima detentora e disseminadora do patrimônio ambiental e cultural local.

Contudo, conforme destacado, tal percepção é negligenciada pela maioria dos gestores atuais, sejam eles públicos e privados, e por sua vez não percebidos e/ou valorizados pelos representantes comunitários. Tais aspectos influenciam de maneira decisiva a dinâmica do turismo e suas expressões, incluindo o *Slow Travel*. Isso será referendado no capítulo final, quando se analisa a condição específica do Brasil em termos de filosofia e desenvolvimento cultural de viagens, bem como se analisam as candidaturas fracassadas de três municípios brasileiros à obtenção da chancela do Movimento *Cittàslow* Internacional.

3. *Slow Movement* – conceito, desenvolvimento e desdobramentos no âmbito do turismo

Este capítulo pretende analisar em que contexto sociocultural surge o chamado *Slow Movement*, o que o caracteriza e quais são os seus desdobramentos em termos de valores ensejados à sociedade contemporânea. Neste sentido, pretende-se justificar os motivos metodológicos propostos no trabalho para o detalhamento de duas de suas vertentes mais relevantes para o cumprimento dos objetivos propostos nesta dissertação: o *Slow Travel* e o Movimento *Cittàslow*.

Toda a discussão parte da premissa, exposta no primeiro capítulo, de que o desequilíbrio gerado pela intensificação e disseminação da lógica industrial provocou uma reação contestatória na sociedade ocidental contemporânea. Entre elas, o *Slow Movement* aparece com destaque, pela sua autenticidade tanto em termos de ideologia com em relação à sua estrutura organizacional, pelo rápido crescimento e reconhecimento obtido em diversos países nos últimos anos; e pelo fato de dizer respeito a um tema de grande interesse aos dias atuais, ao se colocar como uma filosofia avessa aos impactos negativos da globalização econômica e cultural e que propõe, ao menos em tese, uma nova relação do homem com seu meio, seus sistemas de produção, de concepção de valores e de ordenamento institucional, a partir da transformação da relação humana com o tempo.

Na esfera acadêmica, tal assunto pode ser considerado bastante recente, uma vez que há poucas publicações sobre o tema, especialmente no Brasil, onde o Movimento Devagar apresenta poucas referências práticas e de estudo. Contudo, o interesse pelo tema parece aumentar no âmbito nacional e internacional, na esfera acadêmica e na sociedade em geral, o que reforça sua relevância enquanto objeto de estudo.

Diante disso, a primeira discussão pertinente a se realizar sobre o *Slow Movement* é em relação à sua semântica (estudo do significado) e epistemologia, ou seja, àquilo que trata da base, estruturação, metodologia, validade e veracidade do conhecimento. (CASTILLO NECHAR PANOSSO NETTO, 2010)

Do ponto de vista da tradução literal *Slow Movement* significa em português *Movimento Devagar*, termo que encontra referências em parte da literatura sobre o assunto no âmbito acadêmico nacional. Contudo, partindo da premissa que o termo em inglês *Slow*

Movement é utilizado em diversos países e funciona como referência principal sobre o assunto, o presente estudo adota-o como base semântica.

Outra questão relevante refere-se ao uso do termo *Movimento* em português, em alusão ao vocábulo *Movement*. Alguns autores, como Naigeborin (2011) preferem a terminologia *Filosofia Devagar*. Isto porque a importância ideológica desta manifestação cultural pode ser considerada mais relevante que sua concepção e formação política-institucional. Em outras palavras, o *Slow* é uma mudança de parâmetros comportamentais da sociedade de hoje, construída de modo essencialmente empírico, que independe, muitas vezes, da estruturação burocrática e/ou de um órgão oficial representativo. Na verdade, a quintessência de seu existir pressupõe tal desconstrução, descentralização, o que permite a aplicação do termo *Filosofia* ao invés de *Movimento* (este, tradicionalmente mais vinculado a algo institucionalizado, formalmente idealizado). Todavia, mais uma vez levando em consideração a literatura predominante no Brasil e, principalmente no exterior, o termo *Movimento* é utilizado no presente estudo como tradução de *Movement*.

Já a questão epistemológica apresenta um contexto mais complexo tanto porque o *Slow Movement* é um tema relativamente recente, o que dificulta sua consolidação acadêmica enquanto área de conhecimento, quanto porque as referências sobre o assunto são dispersas e provenientes de fontes nem sempre confiáveis do ponto de vista científico. Assim, optou-se em utilizar como parâmetro de informação além de livros e artigos científicos relacionados ao tema, websites de entidades representativas sobre o assunto. Neste âmbito, destacam-se os sítios eletrônicos do Movimento *Slow*, do *Slow Food* e do Movimento *Cittàslow*, pela diversidade e profundidade das informações disponíveis.

Castillo Nechar e Panosso Netto (2010) destacam, entre aspectos epistemológicos, a importância do conhecimento existente sobre determinado assunto, a problemática por trás do mesmo; e a separação dos limites das correntes de pensamento em relação à construção de um saber determinado. Além disso, apontam que a construção do conhecimento coloca em jogo um conjunto de elementos e fatores que se relacionam, começando pelos sentidos, passando pelo entendimento e culminando na razão, até que o ciclo se repita.

Assim, é importante salientar que muito do que existe sobre o *Slow Movement* parece intuitivo, algo que encontra ressonância em outras áreas do conhecimento, como por exemplo o próprio constructo do saber biológico. Diversas pessoas criticam os valores industriais na sociedade de hoje, sem, no entanto, conhecer e compreender bem as ferramentas formais de contestação deste modelo. As correntes ideológicas de contracultura, entre as quais se situa o objeto de estudo deste capítulo, se constituem desta maneira de modo alegoricamente

orgânico, flexível, com elementos complementares que combinam intuição e razão, subjetividade e objetividade, rigor científico e flexibilidade metodológica; algo bastante relacionado ao atual processo histórico de desconstrução de paradigmas culturais pautados na lógica industrial, em um contexto transitório para uma pretensa sociedade pós-industrial. Em outros termos, a abordagem essencialmente utilitarista, pragmática, positivista e sistêmica não representa por si a única nem a melhor forma de buscar sua essência epistemológica, ainda que tais elementos não devam ser descartados. Estes devem ser complementados por uma visão mais flexível e multifacetada enquanto fenômeno cultural vigente.

Outro aspecto a salientar, ainda relacionado ao tipo de abordagem do presente estudo no que diz respeito à parcialidade do investigador em relação ao fenômeno do *Slow Movement*. Por mais que, a princípio, a maioria das pessoas tenda a simpatizar com seus preceitos, já que o mesmo se baseia em uma pretensa relação mais saudável com o tempo e, por conseguinte, com a própria dinâmica social, o presente autor tem a preocupação de analisar esta recente referência ideológica com dois pressupostos: a) Faz-se prudente verificar a relevância deste movimento enquanto efetivo instrumento de transformação cultural. Para tal, analisar variáveis como sua abrangência, idealizadores, crescimento/desdobramentos e perspectivas. b) Averiguar o quão efetiva é sua colaboração para a mudança cultural vinculada à busca do desenvolvimento turístico mais sustentável.

Feita a contextualização semântica e epistêmica, apresentam-se a seguir referências históricas e conceituais do Movimento em questão. Vale ressaltar que esta abordagem desconsidera os demais movimentos de contestação à lógica industrial e, por conseguinte, a aceleração, mercantilização e padronização da sociedade e de seus parâmetros econômicos e culturais, os quais já foram abordados em seções anteriores deste trabalho.

3.1 Surgimento e abrangência do *Slow Movement*

O *Slow Movement*, propriamente dito, surge nos últimos anos do século XX. Tal movimento não desponta de modo plenamente estruturado ou coletivizado. Ele é resultado de reações pontuais de pessoas ou pequenos grupos nos mais diversos segmentos da sociedade.

Do ponto de vista conceitual, vale destacar a análise de Arins e Van Bellen (2009):

O objeto de estudo (movimento *Slow*) é percebido como resposta à lógica produtiva incrustada no estilo de vida das sociedades. Como movimento social, propõe a transição de uma sociedade com modelos culturais guiados pela eficiência e pela síndrome do tempo para uma sociedade com modelos mais holísticos e integrativos. Suas ações partem de um manifesto que critica a lógica da eficiência no cotidiano da vida social e o diagnóstico de suas mazelas, propondo a mudança de comportamento e a ressignificação de valores da sociedade.

No âmbito ideológico, tal conceituação se aproxima da proposta de Barrichello (2006) de se estabelecer como alternativa de desenvolvimento sociocultural. A citada autora afirma que: “O Movimento Devagar representa uma tentativa de conscientização e estímulo às pessoas, mostrando que existe outro caminho, uma alternativa para viver com mais qualidade neste contexto onde o turbo-capitalismo tem um custo humano muito alto”.

Como pressuposto, o Movimento não pretende negar a velocidade, mas propõe uma relação mais saudável com a mesma, como afirma Honoré (2006, p.27):

Apesar do que dizem os críticos, o Movimento Devagar não está preocupado em fazer as coisas em ritmo de cágado. Nem é uma tentativa como a movimento luddita¹¹, que outrora tentou arrastar todo o planeta de volta a uma utopia pré-industrial. Pelo contrário, o movimento é constituído de pessoas como você e eu, pessoas que querem viver melhor no moderno mundo da velocidade. Por isto é que a filosofia Devagar pode ser resumida numa única palavra: equilíbrio.

Arins e Van Bellen (2009), complementam a reflexão sobre o sentido do *Slow Movement* destacando a importância espacial e cultural do fenômeno, além da inerente questão temporal:

A aceleração constante deriva do modelo cultural vigente que é diretamente relacionado com a racionalidade dominante. Assim, o movimento sugere a desaceleração com uma nova composição de modelo cultural infringindo no estilo de vida e nas estruturas de consumo. Vai além, propondo a volta à territorialidade em processos produtivos e de consumo, além da preservação do ecossistema e da diversidade cultural.

Os mesmos autores colocam em questão o aspecto intuitivo do movimento, destacando uma reação quase espontânea da sociedade, em termos individuais e coletivos, de contestação à dinâmica industrial:

Determina-se como *Slow* o impulso na vida humana isolada e social, que projeta motivações e valores de equilíbrio do homem em relação ao meio e com sua própria identidade. Deslegitima a lógica da eficiência e pretende a construção da virtude, da inclusão, da reflexão, da cooperação e do respeito à diversidade. (Arins et Van Bellen (2009)

Para complementar, Blanco (2011, p. 126) destaca a perspectiva prática e abrangente do movimento, ao dizer que: “O relevante de todas as iniciativas do Movimento Slow é que a

¹¹ Movimento Luddita ou Ludista foi inspirado no líder operário inglês Ned Ludd, eclodindo no início do século XIX como contestação aos avanços tecnológicos ocorridos na Revolução Industrial, especialmente contra a substituição da mão-de-obra humana pelas máquinas. Disponível em: <http://srv.emc.ufsc.br/nepet/Seminarios/2012_2/Rev_industrial_Fabricio_Vinicius.pdf>. Acesso: 21/05/2013

mudança de atitude da sociedade no sentido de incentivar as bases sociais para um caminho de desaceleração do crescimento”.

Com relação à abrangência e desdobramentos do *Slow Movement*, convém realçar que cada vertente apresenta um estágio de desenvolvimento e inclusão social particular, o que dificulta, inclusive, o estabelecimento de critérios de classificação ou hierarquização de sua importância.

Novamente Arins e Van Bellen (2009) servem como referências fundamentais à compreensão da dimensão e dinâmica do fenômeno *Slow*, sendo seus critérios de seleção adequados para o desenvolvimento do presente estudo.

Encontraram-se quatorze movimentos sociais com características *Slow* e crítica à conduta mecanicista. Para a seleção dos movimentos pesquisados, delimita-se como critério o tamanho do movimento considerando a sua abrangência e a penetração social, diagnosticados por: (a) abrangência geográfica em atividades; (b) número de participantes; (c) tempo de existência (ano de fundação) e atividades realizadas (descritas na análise material). Mesmo com esses critérios, percebeu-se a não formalidade de controle dos membros dos movimentos que, com exceção do *Slow Food* e *CittaSlow*, não registram seus participantes, apenas controlando o fluxo de visitas através da página virtual.

A presente dissertação detectou diversas terminologias e movimentos, formais ou não, ligadas à filosofia *Slow*. Três delas serão descritas com mais detalhes no transcorrer da dissertação: *Slow Food* (Comida/Alimentação); *Slow Travel* (Viagens/Turismo); *Slow City / Cittàslow* (Urbanização/Cidades).

Outras quatro serão conceituadas sucintamente em notas de rodapé, por constarem como referências na *Slow Movement International*. São elas: *Slow School/ Slow Education*¹² (Escolas/Educação); *Slow Book/ Slow Reading*¹³ (Livros/Leituras); *Slow Living*¹⁴ (Estilo de Vida); *Slow Money*¹⁵ (Dinheiro/Investimento).

¹² *Slow School*: É um processo menos utilitarista e mais humano de educação formal, mais focado na qualidade e nas experiências que agreguem valores, respeitem as tradições, a ética, a mora, o real propósito das coisas. Para tal, são consideradas ferramentas de aprendizado formal a adequação da estrutura curricular, a forma como é aproveitada a vivência no ambiente escolar, o processo de ensino-aprendizagem, os modelos de gestão escolar e mesmo uma postura filosófica sobre o papel das escolas nos dias atuais. Disponível em: <http://www.Slowmovement.com/Slow_schools.php>. Acessado em: 23/05/2013.

¹³ *Slow Book / Slow Reading*: tradução literal – Livro Lento / Leitura Lenta. Este movimento tem como objetivo o resgate do amor pela leitura de bons livros. Para tal, coloca em questão os benefícios oriundos de uma leitura interessada, calma e profunda: redução do estresse, aumento da criatividade, inspiração e motivação, entretenimento e diversão, perspectivas de mundo mais amplas/mente mais aberta. Disponível em: <http://www.Slowmovement.com/Slow_books.php>. Acessado em 23/05/2013.

¹⁴ *Slow Living*: tradução literal – Estilo de vida. Baseia-se na busca de uma vida mais consciente e equilibrada, através da auto-conexão, da imersão, da meditação e de tudo aquilo que permite uma ligação consigo próprio e

As demais apresentam referências conceituais apenas em *blogs* e redes coletivas e informais enciclopédicas, deixando-se, em rodapé, apenas a referência geral sobre tais temas¹⁶, que são: *Slow Sex* (Sexo/Afetividade); *Slow Family* (Família/Amizade); *Slow Fashion* (Moda/Comportamento); *Slow Aging/Medicine* (Envelhecimento/Medicina); *Slow Fish* (Pescaria); *Slow Work* (Trabalho); *Slow Leisure* (Lazer). *Slow Gardening* (Jardinagem/Paisagismo); *Slow Parenting* (Educação Familiar/Forma de Criar Filhos); *Slow Art* (Artes); *Slow Media* (Mídia/Comunicações); *Slow Software Development* (Desenvolvimento de Programas de Computador); *Slow Science* (Ciência); *Slow Goods* (Artesanato); *Slow Church* (Igrejas); *Slow Counseling* (Consultoria/Aconselhamento); *Slow Cinema* (Cinema); *Slow Design* (Arquitetura); *Slow Bicycle Movement* (Bicicletas); *Slow Core* (Música); *Slow Democracy* (Política/Democracia) (*SLOW MOVEMENT INTERNATIONAL*, 2013. *SLOW TRAVEL*, 2013. *SLOW TRAVEL EUROPE*, 2013. *SLOW MOVIMENTO PORTUGAL*, 2013. *SLOW FOOD BRASIL*, 2013. HONORÉ, 2006).

Vale ponderar, diante de tal cenário, que as citadas ramificações do Movimento *Slow* têm diferentes níveis de repercussão, estruturação e participação internacional. Além disso, algumas delas podem ser consideradas subdivisões de outras mais abrangentes. Exemplo: *Slow Fish* como parte do *Slow Food*. Ademais, outras formas de classificação são possíveis e podem constar na literatura sobre o tema. Uma ilustração deste fato é considerar que dentro do *Slow Travel* um viajante opte por realizar um *Slow Transportation* (Transporte Devagar), para contemplar de forma mais profunda, sensorial e menos nociva ao ambiente as paisagens presentes no deslocamento entre destinos, utilizando veículos como bicicletas, cavalos ou até a pé.

Na literatura acadêmica esta vertente não existe, mas seguindo a lógica supracitada, diversos desdobramentos do *Slow Movement* são passíveis de desenvolvimento e análise. Algo similar se observa, por exemplo, em relação a segmentos de viagem, isto é, existem

consequentemente com nossos desejos, necessidades e expectativas, deixando-se de lado às pressões coletivas e cotidianas, especialmente aquelas vinculadas a velocidade e artificialidade dos comportamentos. Prevê uma atenção sistemática no momento presente. Disponível em: <http://www.Slowmovement.com/Slow_living.php>. Acessado em 23/05/2013.

¹⁵ *Slow Money*: tradução literal – Dinheiro Lento. Não se refere somente ao investimento ou uso do capital. Está atrelado à sustentabilidade econômica e a resiliência de uma comunidade, cidade ou área geográfica, incluindo o fortalecimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, formas de gestão sustentáveis, humanizadas e coletivas, como cooperativas, investimento em capital produtivo, ao invés de especulativo e a longo prazo, ao invés de busca de retorno financeiro rápido. Disponível em: <http://www.Slowmovement.com/Slow_money.php>. Acessado em: 23/05/2013.

¹⁶ Disponível em: <http://www.flanancias.com/Slow-travel-a-arte-de-viajar-com-delicadeza>. Acessado em: 23/05/2013. E em <http://en.wikipedia.org/wiki/Slow_Movement>. Acessado em: 23/05/2013.

aqueles mais utilizados e/ou reconhecidos academicamente e mercadologicamente, e terminologias informais ou muito específicas, que tornam a segmentação quase sem limites.

Com isso, o presente levantamento pretende detalhar apenas aquelas mais relevantes, seja pela sua representatividade em nível mundial, estrutura organizacional e repercussão cultural e/ou pelo nível de aderência com o objeto de estudo principal deste trabalho: os desafios e perspectivas do *Slow travel* no Brasil. Desta maneira, foram contemplados para elucidação de pormenores, conforme dito, três vertentes dos mesmos: *Slow Food*, *Slow Travel* e *Slow Cities/Cittàslow*.

Independente da modalidade em questão é fundamental ter ciência que o grande ponto comum desses movimentos é a busca do equilíbrio do uso do tempo e a crítica à aceleração, mercantilização e padronização de valores culturais e econômicos da sociedade contemporânea. É importante salientar ainda que algumas dessas manifestações ideológicas não possuem registro de início de suas atividades, sendo, portanto, referências menos formais do *Slow Movement*. Neste sentido, além da questão do objeto de estudo deste trabalho tratar principalmente da questão temporal na esfera urbana e turística, cumpre salientar que alguns dos desdobramentos do Movimento Devagar também não serão detalhados por falta de referências cientificamente consolidadas.

São casos específicos de um estágio primário de formação de um movimento contestatório, que se manifesta inicialmente com a divulgação de ideias de modo informal, intuitivo e invariavelmente através apenas de *websites* e redes sociais virtuais. Contudo, como tais valores fazem parte da própria essência do Movimento *Slow*, os mesmos não poderiam ser desconsiderados. Do ponto de vista didático-metodológico a referência mais interessante encontrada sobre os aspectos conceituais da teia de manifestações de contestação à aceleração da sociedade é colocada por Arins e Van Bellen (2009), através de quadros-síntese que abordam comparativamente as questões de Estilos de Vida, Modelos Culturais e Estruturas de Consumo:

Tabela 3: Estilos de Vida (Industrialização X *Slow Movement*)

Lógica Industrial	Lógica do <i>Slow Movement</i>
Uso do tempo aprisiona	Uso do tempo liberta
Expansão	Conservação
Competição	Cooperação
Dominação	Parceria
Quantidade	Qualidade
Eficiência é fim	Eficiência é meio

Fonte: Adaptado de Arins e Van Bellen (2009)

Tabela 4: Modelos Culturais (Industrialização X *Slow Movement*)

Lógica Industrial	Lógica do <i>Slow Movement</i>
Auto afirmativo	Intuitivo
Racional	Sintético
Linear	Não linear
Reducionista	Holístico

Fonte: Adaptado de Arins e Van Bellen (2009)

Tabela 5: Estruturas de Consumo (Industrialização X *Slow Movement*)

Lógica Industrial	Lógica do <i>Slow Movement</i>
Predatório	Colaborativo
Ter > Ser	Ser > Ter
Alienador	Emancipador
Consumo material supre necessidades não materiais	Faz-se distinção de necessidades materiais e não materiais

Fonte: Adaptado de Arins e Van Bellen (2009)

Esta referência é bastante elucidativa e coerente. Colabora de maneira decisiva na compreensão da abrangência do fenômeno do Movimento *Slow*, ao colocar didática e resumidamente a perspectiva de contraposição que este oferece em relação à lógica econômica e cultural associada à Era Industrial.

3.2 *Slow Food*

Considerando seus desdobramentos ideológicos, cumpre realçar que a primeira expressão cultural de contestação ao culto velocista atrelado à filosofia lenta em questão se deu na esfera da alimentação, com o surgimento, em 1986, do Movimento *Slow Food*. Carl Honoré (2006) traz uma ideia da contraposição do movimento *Slow Food* à lógica industrial, comum aos demais desdobramentos do *Slow Movement*:

Nosso século, que começou e se desenvolveu sob o signo da civilização industrial, inventou a máquina e em seguida tomou-a como modelo de vida. Estamos escravizados pela velocidade e sucumbimos ao mesmo vírus insidioso: a Vida Rápida, que perturba nossos hábitos, permeia a privacidade de nossas casas e nos obriga a comer *Fast Food*. (p.27)

O idealizador e atual líder do Movimento *Slow Food* é o escritor e especialista culinário Carlo Petrini¹⁷. Oficialmente, o *Slow Food* defende três grandes premissas, aos quais define como Missão:

a) Defesa da biodiversidade

O prazer de saborear uma comida e bebida de qualidade deve ser combinado com o esforço para salvaguardar os inúmeros grãos, vegetais, frutas, raças de animais e produtos alimentícios que correm perigo de desaparecer devido ao predomínio das refeições rápidas e do agronegócio industrial. Através da Arca do Gosto, das Fortalezas (apoiados pela Fundação *Slow Food* para Biodiversidade) e do Terra Madre, o *Slow Food* busca proteger nosso inestimável patrimônio gastronômico.

b) Educação do paladar

Despertando e treinando nossos sentidos, o *Slow Food* ajuda na redescoberta do prazer de saborear um alimento e na compreensão da importância de conhecer sua origem, quem o produz e como é feito. As atividades do Convívium apresentam aos associados e outros interessados, alimentos e produtores da região, enquanto as Oficinas do Sabor oferecem degustações conduzidas por especialistas no assunto. Junto às escolas, o projeto Hortas Escolares oferece às crianças a oportunidade prática de aprender sobre os alimentos e ver como crescem.

c) Fortalecimento das Cadeias Produtivas Alimentares

O *Slow Food* organiza feiras e exposições locais e internacionais, para apresentar produtos de excelência gastronômica, além de oferecer aos consumidores responsáveis a oportunidade de conhecer os próprios produtores. Também apoia circuitos alternativos de distribuição como os mercados dos produtores, projetos agrícolas com o apoio da comunidade ou associações de compradores, que contribuem a diminuir a distância entre os produtores e os coprodutores. Entre os eventos vinculados a tal ação apresentam-se: Salone del Gusto, Cheese, *Slow Fish*, Aux Origines du Got e A Taste of *Slow*. (MOVIMENTO *SLOW FOOD* BRASIL, 2013).

¹⁷ Presidente do Manifesto *Slow Food* desde 1989. Considerado bastante apto a prever eventos nos campos do alimento, agricultura e eco-gastronomia (um termo cunhado por ele mesmo). Petrini vem tendo um papel decisivo no desenvolvimento do *Slow Food*, inventando e promovendo seus projetos, os quais lançaram uma grande visibilidade internacional. Entre suas muitas criações está a Universidade de Ciências Gastronômicas, em Pollenzo e Colorno, Itália, a primeira instituição acadêmica a oferecer um acesso multidisciplinar nos estudos da alimentação. Foi ele também o idealizador do Terra Madre – encontro mundial das comunidades do alimento. Petrini recebeu prestigiados prêmios por suas atividades. Em 2000, recebeu o troféu Comunicador do Ano no IWSC (International Wine and Spirit Competition) em Londres. Em 2002, o Presidente da Comissão da União Europeia, Romano Prodi, apresentou Petrini como vencedor do prêmio Sicco Mansholt Prize, da fundação holandesa de mesmo nome, pelas atividades do *Slow Food* em defesa de um novo modelo de agricultura. Em 2003, recebeu grau honorário em Antropologia Cultural do Instituto Universitário Suor Orsola Benincasa, de Napoli, Itália. Em 2004, Petrini recebeu o prêmio Eckart Witzigmann “Science and Media” oferecido pela Deutsche Akademie für Kulinaristik, de Stuttgart, Alemanha, além de ter sido nomeado “inovador” na lista dos Heróis Europeus de 2004 organizada pela Revista Time. Mais recentemente, recebeu na Universidade de New Hampshire, EUA, grau honorário em Letras Humanas por seus feitos como “precursor revolucionário e fundador da Universidade de Ciências Gastronômicas.” A Associação *Slow Food* despertou interesse mundial pela biodiversidade gastronômica e agrícola. Em setembro de 2006, Petrini recebeu, por sua contribuição à gastronomia mundial, o Prêmio Trophée Gourmet da Revista A La Carte, na Áustria. Desde março de 2007 vem contribuindo regularmente para o Gruppo Editoriale L’Espresso Repubblica, da Itália. Disponível em: <<http://terramadre.Slowfoodbrasil.com/carlo-petrini-confirma-sua-participacao-no-terra-madre/>>. Acessado em 21/05/2013.

Assim, o *Slow Food* se baliza na rejeição à tendência de padronização alimentar mundial, defendendo a necessidade de informação entre os consumidores, tornando-os coprodutores. Incentiva o direito ao prazer da alimentação, através do uso de produtos artesanais qualificados, elaborados de maneira a respeitar tanto o meio ambiente quanto as pessoas que cuidam de sua produção. (*SLOW FOOD BRASIL*, 2013). Conforme Rocha (2003, p. 24), existem dez mandamentos para a fruição de uma alimentação dita devagar, são elas:

“1) Não comer correndo. 2) Não comer em pé. 3) Não comer vendo televisão. 4) Dar prioridade aos alimentos saudáveis, mas sem neuroses com dietas. 5) Demorar-se no mínimo uma hora em cada refeição. 6) Comer sobremesas, com prazer. 7) Procurar produtos orgânicos, feitos sem agrotóxicos. 8) Repudiar e evitar a todo custo os produtos geneticamente modificados. 9) Resgatar antigas receitas. 10) Partilhar refeições com amigos e parentes.”

Com tudo isso, nota-se a valorização de premissas éticas e sustentáveis no seu desenvolvimento, primando-se por comportamentos economicamente viáveis, ambientalmente corretos, socialmente justos e culturalmente respeitados. Do ponto de vista de sua abrangência de atuação, pode-se afirmar que ocorre em diversos países, sendo sua estrutura de intervenção baseada no que se denomina *Convivium*¹⁸. São cerca de 1500 núcleos, que buscam articular relações entre os produtores, fazendo campanhas de proteção a alimentos tradicionais, organizando degustações e palestras, encorajando *chefs* a utilizar alimentos regionais, indicando produtores para participar de eventos internacionais e batalhando para levar a educação do paladar às escolas. Tudo isso permeado pelo princípio de cultivar o gosto ao prazer e à qualidade de vida cotidiana.

Ainda de acordo com Honoré (2006), o Movimento *Slow Food* tem sua origem na Itália, país com enorme tradição gastronômica e que tem como ícone cultural o *mangiare bene*¹⁹. O estopim para o surgimento de uma mobilização crítica aos preceitos industriais ligados à gastronomia ocorreu em Roma, com a inauguração de uma loja franqueada da Rede de Alimentação *fast-food* McDonalds em plena *Piazza di Spagna*²⁰. Contudo, historicamente há registros de dois momentos relevantes atrelados ao surgimento oficial do *Slow Food*. Ainda em 1986, na pequena cidade de Bra, na Itália, ocorre a reunião de 62 membros para

¹⁸ *Convivium*: é uma palavra latina que significa festim, entretenimento, banquete. O *Slow Food* utiliza este nome para denominar seus grupos locais.

¹⁹ *Mangiare Bene*: significa “Comer bem”, em português.

²⁰ *Piazza di Spagna*: é uma das praças mais tradicionais e pitorescas da Itália, com construções históricas de grande relevância e paisagem peculiar, as quais atraem um grande número de visitantes, entre visitantes e moradores.

fundar a Arcigola²¹, predecessor do Movimento *Slow Food* e com atuação apenas naquele país. Somente em 1989, em Paris, França, é constituído oficialmente o Movimento Internacional *Slow Food*, a partir da assinatura de um manifesto fundador com delegados representantes de 15 países. Durante a década de 1990 o Movimento se espalha principalmente pela Europa, sendo oficialmente constituídas suas representações na Alemanha e na Suíça. Surgem os primeiros eventos internacionais associados ao tema, como o *Salone del Gusto*²² (1996), Arca do Gosto²³ (1996) e *Cheese*²⁴ (1997). Também ocorrem os primeiros eventos oficiais da entidade, até então em território italiano. E as formas de comunicação e disseminação de sua filosofia se aprimoram, com o advento da Revista e Editora *Slow Food*. No ano 2000 os EUA aderem ao Movimento *Slow Food*, dando sinal da ampliação internacional dessa filosofia. O movimento recebe naquele ano seu primeiro prêmio atrelado à defesa da biodiversidade e lança as bases de um projeto de incentivo à produção gastronômica artesanal intitulado Fortalezas²⁵. Os primeiros anos do século XXI marcam a criação de seu website internacional (2001); abertura da Universidade de Ciências Gastronômicas (2004); inicia parceria oficial com a FAO²⁶ (2004); I Edição do *Slow Fish*²⁷;

²¹ Arcigola é uma associação criada no início dos anos 1980, cujo objetivo era promover a cultura da convivência, boa comida e bom vinho, servindo, desta maneira, de base para a criação do Movimento *Slow Food*. Disponível em:

< <http://terramadre.Slowfoodbrasil.com/index.php?s=arcigola> >. Acessado em 21/05/2013.

²² Salone del Gusto: Salão do Paladar, na tradução literal. Importante Feira de Enogastronomia ligada ao Movimento *Slow Food*, que prevê a reunião de milhares de pequenos produtores alimentícios. Em 2012 o Evento ocorreu na cidade de Turim, Itália, concomitante ao Terra Madre, outra ação do Movimento *Slow Food*. Disponível em:

< <http://www.Slowfoodbrasil.com/28-destaques/destaques/569-salone-del-gusto-e-terra-madre-2012> >. Acessado em 21/05/2013.

²³ Arca do Gosto: catálogo mundial que identifica, localiza, descreve e divulga sabores quase esquecidos de produtos ameaçados de extinção, mas ainda vivos, com potencial produtivo e comercial. O objetivo é documentar produtos gastronômicos especiais, que estão em risco de desaparecer. Desde o início da iniciativa, em 1996, mais de 1000 produtos de dezenas de países foram integrados à Arca. Este catálogo constitui um recurso para todos os interessados em recuperar grupos alimentares autóctones e aprender a riqueza que os alimentos podem oferecer. Disponível em:

< <http://www.Slowfoodbrasil.com/arca-do-gosto> >. Acessado em 21/05/2013.

²⁴ Cheese: Realizado em Bra, Itália, sede do *Slow Food*, este evento bienal ocorre desde 1997 e se tornou o principal festival internacional para produtores artesanais de queijo. Disponível em: < <http://www.Slowfoodbrasil.com/eventos> >. Acessado em: 21/05/2013.

²⁵ Fortalezas: são pequenos projetos dedicados a auxiliar grupos de produtores artesanais e preservar os produtos artesanais de qualidade. Suas estratégias variam conforme os projetos e os produtos, e vão desde aproximar produtores, coordenar a promoção e estabelecer guias de autenticidade, a um investimento direto em equipamentos para os produtores. As Fortalezas *Slow Food* podem trabalhar de modos diferentes, mas os objetivos são os mesmos: promover os produtos artesanais; estabelecer padrões de produção com os produtores para assegurar a qualidade do produto e, acima de tudo, garantir a viabilidade futura para os produtos tradicionais. Disponível em: < <http://www.Slowfoodbrasil.com/fortalezas> >. Acessado em: 22/05/2013.

²⁶ FAO: sigla em inglês (*Food and Agriculture Organization*) que designa a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

²⁷ *Slow Fish*: tradução literal - Pesca Devagar. Lança iniciativas e compartilha materiais de consulta capazes de promover a pesca artesanal, as espécies negligenciadas, o consumo consciente e responsável, além de buscar inspirar a reflexão sobre as condições e gestão dos recursos marinhos e costeiros. Baseia-se em 03 princípios: 1)

participação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil (2005); além da disseminação do movimento em locais distintos como Reino Unido, Japão e Quênia. O Movimento *Slow Food*, com tudo isso, pode ser considerado o grande expoente do *Slow Movement* em nível mundial. Sua disseminação e repercussão são maiores que qualquer outra vertente ligada à citada filosofia. Isto pode ser demonstrado através do exemplo destacado por Rocha (2003, p.23), que aponta a conexão entre o crescimento do Movimento *Slow* ligado à alimentação com sua vertente urbana, que surgiu alguns anos depois:

“O movimento Slow Food consistiu como o impulso inicial para a formação do Slow City, sendo que vários membros fundadores deste último também são ativos participantes do primeiro. Assim como o Slow Food busca uma maior valorização da cultura autóctone e da qualidade de vida através da gastronomia, o Slow City vem a ser a cidade ideal dos fruidores ideais”.

Segundo a Associação Internacional do *Slow Food*, o movimento conta com mais de 100.000 membros e possui escritórios em diversos países, tais como: Itália, Alemanha, Suíça, EUA, França, Japão e no Reino Unido. Cerca de 150 países possuem apoiadores e/ou entusiastas do *Slow Food*, algo que ocorre, inclusive, no Brasil, através de Movimento *Slow Food* Brasil e seus desdobramentos.

3.3 *Slow Travel*

Já o Movimento *Slow Travel* (também referenciado como *Slow Tourism*) trata da filosofia contrária a modalidades de viagens e turismo massificadas, consolidadas na segunda metade do século XX especialmente no eixo Atlântico Norte. Posiciona-se contra, portanto, uma estrutura de visitação pautada em voos *charters*²⁸, sistema *all-inclusive*²⁹, hospedagem em *resorts*³⁰, excursões e roteiros programados de forma detalhada, imposição de horários, entre outros fatores relacionados à padronização e industrialização das experiências de viagens. Blanco (2011, p. 127), contextualiza:

Peixe Bom – fresco, saboroso e da estação, que satisfaz os sentidos e está associado à própria cultura e à identidade local. 2) Peixe Limpo – produzido por métodos que respeitam o meio ambiente e a saúde humana. 3) Peixe Justo – preços acessíveis para os consumidores que ao mesmo tempo garantem condições dignas de trabalho e de vida para os produtos familiares. Disponível em: <<http://www.Slowfoodbrasil.com/Slowfish>>. Acessado em 22/05/2013.

²⁸ Fretado: previamente combinado para um grupo, geralmente grande, com perfil e motivação específicos.

²⁹ All-inclusive: do inglês, “tudo incluído”. Modalidade de alimentação oferecida em pacotes turísticos em que os turistas não precisam sair dos mesmos de hospedagem para se alimentar, ou devem voltar em horários pré-estipulados para usufruir do café-da-manhã, almoço e jantar e eventuais lanches inclusos na diária de hospedagem e/ou do pacote oferecido.

³⁰ Resorts: são meios de hospedagem luxuosos, com ampla estrutura de lazer e geralmente situados em paisagens de alto apelo turístico, como praias e montanhas pitorescas e isoladas, que costumam oferecer uma ampla programação recreativa, sistema de alimentação all-inclusive, fazendo com que o hóspede não tenha maiores estímulos para deixar as dependências do complexo de hospedagem, alimentação e entretenimento oferecidos.

A filosofia *Slow* implica um consumo responsável, a percepção do lazer e do turismo como satisfação e recuperação tanto física quanto psíquica, cultural e social, além da convicção de que a qualidade deve prevalecer ante a quantidade. Assim, o turismo *Slow* vai supor o uso de tecnologias eco eficientes, contrário ao avião e a favor de outros meios de transporte menos danosos por parte de um consumidor responsável, que pretende a redução de sua demanda e a redução do gasto energético, de matérias-primas e da emissão de gás carbônico. Isto implica em viagens mais próximas e de maior duração, cujo objetivo é desfrutar de seu tempo livre para recuperar-se, desenvolver-se como pessoa e aprender durante o encontro de pessoas na localidade.

O *Slow Movement Portugal* (2013) traz algumas definições e explicações detalhadas sobre esta nova e crescente modalidade de viagem.

O conceito de “*Slow Travel*” é uma tendência crescente. A segunda metade do século XX pode ser definida como o período de afirmação do turismo, mas também a etapa em que se iniciou o processo de massificação dos destinos e a perda de originalidade dos territórios. A construção desenfreada, as cargas turísticas excessivas, a sobrecarga dos recursos naturais e culturais, tudo foi possível em nome de um desenvolvimento rápido e de uma avidez de consumo. Como resultado, deparamo-nos hoje com territórios descaracterizados, onde a cultura local desapareceu, ou foi profundamente alterada, espaços onde as populações locais viram defraudadas as suas expectativas e, em vez do suposto desenvolvimento estruturante, os destinos viram todas as suas oportunidades de sustentabilidade comprometidas. O turismo massificado é impessoal, onde o turista é um número e não vivencia o destino, mas sim um “faz de conta” folclorizado.

O “*Slow Travel*”, em contrapartida, pode ser definido como a oportunidade do visitante em se tornar parte integrante do destino, contactando com a população e com o território, num ritmo adequado à apreensão da cultura local. Este movimento silencioso contraria o estilo de turismo que se afirmou no século passado, ou seja, os *charters* turísticos, os *all-inclusive*, as excursões programadas e planeadas, os horários, etc. O “*Slow Travel*” valoriza a estada prolongada, com tempo suficiente para ir mais além do que o “*must see*”³¹. Contatar com espaços locais, de pequena dimensão, com os produtores, com os mercados, com as populações, visitar aquela pequena igreja ou restaurante que não constam dos guias, ou seja, explorar, descobrir, usufruir, são os princípios do “*Slow Travel*”. O “*Slow Travel*” é uma “forma de estar” que surge como um contra ciclo ao que é estipulado pelos grandes operadores turísticos. (*SLOW MOVEMENT PORTUGAL*, 2013)

De forma complementar, Matos *apud* Blanco (2011, p. 128) defende o turismo *Slow* como: “(...) um tempo de férias para a recuperação e diversão próximas ao entorno natural onde a lentidão e a tranquilidade se estabelecem como pontos fundamentais para o alcance do conceito de bem-estar”. Fica clara, portanto, uma contraposição à lógica industrial também nesta modalidade *Slow*. A entidade de referência explica ainda que pequenos gestos mais humanos e tranquilos ajudam a tornar a viagem mais lenta, profunda, autêntica e consciente.

³¹ *Must See*: do inglês, “Aquilo que se deve ver, contemplar”. É uma expressão utilizada no âmbito do turismo referente aos atrativos consagrados, que geralmente são procurados de forma ávida por visitantes interessados no status de ter passado e fotografado aquele local, sem usufruí-lo com a calma e profundidade devida.

Algo que, a princípio, se enquadraria à primeira vista em alguns segmentos específicos do turismo, como aqueles ligados à natureza, algo que o Movimento *Slow* de Portugal trata de desmistificar:

O “*Slow Travel*” não está vocacionado unicamente para os espaços rurais, apesar desses possuírem especificidades para a sua prática. Os espaços urbanos podem e devem ser alvo da interpretação segundo os padrões do “*Slow Travel*”, potenciando a sustentabilidade, as economias locais e uma verdadeira nova experiência ao visitante. E de acordo com o *Global Trends Report*, publicado no *World Travel Market* de 2008, este será um movimento que se afirmará nos próximos anos. A atual conjuntura económica e o debate sobre as alterações climáticas vêm reforçar o potencial de crescimento deste mercado, sugerindo aos destinos a aposta de produtos que os valorizem. Uma vez que se assume como um movimento alternativo aos padrões turísticos atuais, o “*Slow Travel*” não é uma moda, mas sim um estilo de vida baseado nos novos padrões comportamentais assumidos por uma sociedade responsável. (*SLOW MOVEMENT PORTUGAL*, 2013)

Entre as ações vinculadas a um turista *Slow*, destacam-se: “Tornar-se parte do local que se visita, apreciar as esplanadas³², conversar com quem ali vive, procurar entender as pessoas, os modos de viver, os espaços. Escolher os locais com que mais nos identificamos e passar lá horas. Conhecer a pé, de bicicleta, de comboio. Participar das atividades locais, contribuir para o seu desenvolvimento”. (*SLOW MOVEMENT PORTUGAL*, 2013). Tais referências são completadas pela Associação Internacional do Movimento Devagar (*SLOW MOVEMENT INTERNATIONAL*), a qual aponta como aspectos inerentes ao *Slow Travel* a oportunidade de se conectar a um lugar e seu povo, imergindo na cultura alheia; explorar com detalhes os arredores do local de estada, sentir-se confortável por estar um local despojado e aconchegante de hospedagem; e/ou envolver-se com uma causa local, como um trabalho voluntário, gerando uma nova modalidade de viagem: o “volunturismo³³”. (*SLOW MOVEMENT INTERNATIONAL*, 2013). Segundo a Entidade Europeia de Viagens Lentas (*SLOW TRAVEL EUROPE*, 2013), existem alguns princípios³⁴ para se realizar uma Viagem

³² Esplanadas: no Brasil se utiliza mais o termo “paisagens”.

³³ “Volunturismo”: do inglês, “voluntourism”, seria algo como viajar tendo como motivação principal alguma ação voluntária, uma ocupação em prol das pessoas da localidade visitada.

³⁴ São 10 princípios de Viagens Lentas, expressos através de um Manifesto e traduzidos livremente pelo autor. São eles:

1. Comece em casa. A chave para viajar é um estado mental. Isso pode ser desenvolvido em casa.
2. Viaje devagar. Se for possível, evite totalmente os aviões e, ao invés disso, viaje em balsas, ônibus locais e maria-fumaça. A velocidade destrói a conexão com a paisagem. Viajar devagar reestabelece tal conexão.
3. Você pode estar ansioso por chegar ao destino escolhido. Não deixe que a ansiedade diminua o prazer da viagem em si.
4. Vá aos mercados e lojinhas locais.
5. Frequente os Cafés locais. Ao se sentar em um Café, você se torna parte da paisagem da cidade, não apenas um observador transitório.
6. Dedique um tempo para sentir um pouco os idiomas e dialetos das áreas que visitar. Aprenda algumas frases, use dicionários e compre jornais do local.
7. Envolver-se nas comunidades de modo certo. Escolha opções de alimentação e acomodação que estejam de acordo com os valores do local visitado.
8. Procure opções de lazer semelhantes realizadas pela própria população local, não somente o que os guias turísticos e guias de turismo dizem.
9. Saboreie o inesperado.

Lenta. Essas contemplam a mudança do estado mental para se viajar, preparando-se para a ocasião sem ansiedade; o uso de meios de transporte mais lentos, ecológicos, coletivizados e com possibilidades de contemplação paisagística profunda; visitas a estabelecimentos locais, como cafês, lojas e mercados; envolvimento com o idioma local; procurar opções de lazer vivenciadas pelos próprios moradores; retribuir afetivamente o intercâmbio humano estabelecido. O movimento europeu de viagens lentas destaca a desvalorização da viagem em si, na sua própria causa, ressaltando que a mesma é vista como um obstáculo à dinâmica preestabelecida pelo cotidiano. Seu manifesto oficial aponta tal ideia da seguinte forma: “Slow Travel é sobre fazer escolhas conscientes. Trata-se de desaceleração ao invés de velocidade. A viagem torna-se um momento para relaxar, ao invés de um interlúdio estressante imposto entre a casa e o destino”. (*SLOW TRAVEL EUROPE*, 2013). A mesma entidade também destaca que:

A viagem remodela nossa relação com os lugares, incentivando e permitindo-nos envolver mais intimamente com as comunidades por onde viajamos. Em outro trecho de seu manifesto, identifica-se seu caráter contestatário, ao afirmar que Viagem lenta não é sobre dinheiro ou privilégio. *Slow Travel* é um estado de espírito. É sobretudo ter a coragem de não seguir o caminho da multidão. Por fim, valoriza seu viés de preocupação com a sustentabilidade, nos seguintes dizeres: Agora estão surgindo novas prioridades: o turismo de baixo impacto, que pressupõe a interação com as pessoas, trazer algo não mercantil para as comunidades que visita-se, e estar ciente de nossas pegadas de carbono.

Para a completude, destaca-se a provocação feita pelo manifesto lento, ao colocar em xeque a relação do viajante com o espaço, ressaltando que a relação entre ambas precisa mudar e se pautar em uma postura mais intensa, profunda e qualitativa:

Como um escritor de viagens, acho que o processo de vivenciar um lugar é essencialmente fenomenológico. A praça da cidade não foi concebida como um lugar para turistas, mas sim como o contexto para a vida quotidiana. Ele merece mais do que um olhar casual - paisagens urbanas estão aí para ser observada e estudada em detalhe. Eles são esporas para meditação, e só muito mais tarde, as palavras podem fluir. É o que é verdadeiro das cidades é muitas vezes ainda mais nas comunidades rurais. Mas este modo de abordar o mundo não é apenas uma prerrogativa do escritor de viagens, estas são ideias que têm sido parte da base do pensamento geográfico ao longo de décadas. Geógrafos franceses como Vidal de La Blache ficaram imersos em ambientes que eles estudaram. Agora, tais ideias estão sendo descobertas por um público mais amplo. Como você realmente quer capturar a essência de uma região ou de um país? Será que eu entendo os Estados Unidos melhor se eu passar um mês em Nova York ou fizer um rápido tour por todas as 52 capitais do país (algumas das quais com improvável apelo turístico), ou dirigir

“Perder-se” ou “atrasar-se” pode criar novas oportunidades experienciais. 10. Pense no que pode fazer para retribuir de modo não mercantil às comunidades visitadas. Disponível em: <<http://www.Slowtraveurope.eu/Slow-travel-manifesto>>. Acessado em 23/05/2013.

lentamente de costa a costa, apreciando as mudanças de paisagens e de comunidades ao longo do percurso? Os viajantes estão começando a perceber que eles enfrentam escolhas reais. Uma semana em uma aldeia na zona rural de Provence pode contar mais da França do que passar um dia em cada uma das sete cidades mais urbanas francesas. Um dia inteiro de caminhada pela periferia de Berlim, cruzando de leste a oeste, certamente vai trazer melhores insights sobre a vida cotidiana na capital alemã do que uma caminhada em torno das suas consagradas atrações turísticas. (*SLOW TRAVEL EUROPE*, 2013).

É sempre relevante lembrar que se trata de um Movimento consolidado há muito pouco tempo. A Espanha por exemplo, uma das precursoras de sua formalização, iniciou a certificação de cidades aptas ao turismo *Slow* em 2008, gerando os seguintes resultados principais, de acordo com Blanco (2011, p.129-132):

O turismo *Slow* no país costuma gerar um incremento econômico e populacional, este especialmente por conta do aumento de estrangeiros com mais de 65 anos de idade que passam a viver na localidade em questão devido à qualidade de vida oferecida. Do ponto de vista de dinamização econômica, o turismo é uma atividade absolutamente relevante para tais municípios.

Em muitos casos o certificado *Slow* passa a ser um selo de garantia da qualidade tanto para a comunidade local como para o visitante, ao refletir um estilo e filosofia de vida próprios.

No processo de implantação de sua filosofia, cabe esperar para ver como se modificará a oferta turística da localidade envolvida ao longo dos anos, comprovando-se se o desenvolvimento do turismo *Slow* se dá de fato como uma nova filosofia ou apenas como uma estratégia de marketing.

Em relação à estada, alguns dos municípios oferecem estadas longas, como seria desejável pela teoria do turismo *Slow*, contudo isso tem a ver em muitos casos com o turismo residencial. Existe, portanto, um risco que o turismo *Slow* seja entendido como um desdobramento do turismo residencial. Desta forma, o risco potencial é o aumento da especulação imobiliária e a construção de diversas segundas-residências nas localidades em questão.

Não foi possível detectar que algumas das partes envolvidas, oferta e demanda, tenham de fato compreendido essa ideologia e a tenha colocado plenamente em prática. Portanto, atualmente, as *Cittàslow* da Espanha ainda não se adequam perfeitamente à prática do turismo *Slow*. Todavia, isso não significa que a esta prática turística não possa se consolidar em tais localidades e até em outras.

Concorda-se com o autor acima especialmente no resguardo destacado em relação aos resultados supra mercadológicos e às dificuldades de assimilação e articulação dos envolvidos – o que serve, de certo modo, como referência para a análise a ser apresentada do caso brasileiro de candidaturas à chancela *Slow*. Isto destacado, considera-se, portanto, que o Movimento *Slow Travel*, apesar de bastante desmembrado e pautado em uma pseudofilosofia, por não demonstrar coerência e profundidade mais ampla, apresenta consonância com algumas correntes de pensamento da sociologia do lazer e do turismo, com relativo destaque nas últimas décadas.

Entre elas, apresentam-se as seguintes ideias: da Sociedade do Tempo Livre que ainda não se tornou uma Civilização do Lazer (DUMAZEDIER, 1979); da necessidade de recuperação de uma morada acolhedora, de uma relação entre trabalho e não-trabalho menos mecanicista e compensatória, de viajar-se menos e com mais qualidade (KRIPPENDORF, 2004); de valorização do turismo enquanto experiência autêntica e memorável (PANOSSO NETTO E GAETTA, 2010); e de se estabelecer como parâmetro de uma nova sociedade os valores pós-industriais de feminilidade, acolhimento, multifuncionalidade, sustentabilidade, emotividade e qualidade, em contraposição ao paradigma da separação e padronização das relações culturais (DE MASI, 2000).

3.4 *Cittàslow / Slow City*

O terceiro alicerce do Movimento *Slow* em termos urbanos e turísticos é o chamado *Cittàslow/Slow City* (Cidades Lentas, na tradução literal) que possui uma terminologia menos óbvia no Brasil, de acordo com sua origem idiomática, que é italiana. São traduzidas como “Cidades do Bem Viver”, em alusão ao termo italiano *Città del buon Vivere*. O Movimento das Cidades do Bem Viver surgiu em 1999, idealizado pelo ex-prefeito do município italiano de *Greve in Chianti*, Paolo Saturnini. A ideia central é promover um desenvolvimento diferente às cidades, com a premissa de melhorar a qualidade de vida da população local, usando o turismo sustentável como uma de suas bases. Neste sentido, nota-se de forma evidente uma relação de complementaridade e dependência entre o *Slow Travel* e o Movimento *Cittàslow* e o próprio *Slow Food*, tendo como base a busca do bem-estar de todos os envolvidos. Em outras palavras, qualquer intervenção precederia um questionamento fundamental: “Será que isto contribui para melhorar nossa qualidade de vida?” (HONORÉ, 2006). De acordo com Rocha (2003, p.13), seus objetivos e valores inerentes são:

O movimento *Cittàslow* foi fundado com o propósito de perseguir objetivos comuns, coerentes com um comportamento compartilhado e verificado através de auditores independentes. Os valores de referimento são periodicamente discutidos sob o perfil técnico e científico e periodicamente são redefinidos. a) os objetivos, as iniciativas de interesse geral, os parâmetros de previsão e de estrutura necessários de serem avaliados; b) a atualização dos requisitos para acesso ao movimento com os relativos pesos e o tempo de adequação; c) o padrão, os objetivos de melhoramento relativos à missão e à política. Os valores são inspirados na qualidade da hospitalidade, de serviço, de tecido urbano, de ambiente e de boa mesa.

A abordagem coletiva e local é a essência do movimento, que logo ganhou adeptos em municípios italianos próximos à sua origem: Bra, Orvieto e Positano. Os prefeitos dessas cidades foram inspirados também por Carlo Petrini, fundador do Movimento *Slow Food* 13

anos antes. Boa parte desta filosofia foi incorporado ao Movimento das Cidades Lentas, como por exemplo o desenvolvimento da ecogastronomia³⁵ nas cidades envolvidas. Do ponto de vista de sua evolução, pode-se dizer que durante o início do século XXI o Movimento vem se estruturando e crescendo. Filosoficamente, o *Cittàslow* engloba “a oportunidade de desfrutar de soluções e serviços que permitem aos cidadãos viver sua cidade de modo mais fácil e agradável”. Pressupõe ainda uma busca do conhecimento do passado para que se possa aproveitar melhor o presente e garantir melhores possibilidades no futuro. Busca o resgate, portanto, do comum e do humano, com valores ambientalmente sensatos. Respeita as pequenas realidades locais em um contexto de integração global entre municípios. A partir desses fundamentos surgiu um Manifesto que prevê, entre outros aspectos:

Cidades onde os homens ainda estão curiosos dos velhos tempos, cidades ricas de teatros, praças, cafês, oficinas, restaurantes e lugares espirituais, cidades com paisagens intocadas e encantador artesanato, onde as pessoas ainda são capazes de reconhecer o curso lento das Estações e seus produtos genuínos respeitando gostos, a saúde e os costumes espontâneos (MOVIMENTO CITTASLOW, 2013).

Em outras palavras, as Cidades do Bem Viver buscam promover o uso da tecnologia de forma orientada a melhorar a qualidade ambiental, além de salvaguardar a produção de alimentos e bebidas, valorizando as características locais, sempre em sintonia com os preceitos de outras manifestações *Slow*, como o *Slow Food* e o *Slow Travel*. Isto posto, é importante salientar que o processo de inclusão de uma cidade neste movimento é razoavelmente complexo. Parte-se do cumprimento de uma série de 55 predicados, baseados em sete diretrizes, formalizadas através de uma Carta de Intenções e avaliada periodicamente por um Comitê. Tais fundamentos são:

- 1) Implementar uma política integrada, visando manter e desenvolver as características ambientais e do tecido urbano, valorizando as técnicas de preservação, recuperação e reutilização.
- 2) Implementar uma política de infraestrutura voltada para o aprimoramento do uso da terra e não para sua simples ocupação.
- 3) Promover o uso das tecnologias orientadas à melhoria da qualidade do ambiente natural e urbano.
- 4) Incentivar a produção e consumo de produtos alimentares obtidos a partir de técnicas naturais e compatíveis com o meio ambiente, excluindo produtos transgênicos. Estabelecem, onde necessário, procedimentos e fomento para salvaguardar e desenvolver produtos típicos ameaçados de extinção, em estreita colaboração com o Projeto Arca do *Slow Food*.
- 5) Oferecer salvaguarda para a produção autóctone enraizada na cultura e no modo tradicional do fazer, fortalecendo a identidade local, preservando costumes e

³⁵ Ecogastronomia: prevê o uso de produtos locais, orgânicos e não-industrializados como referência alimentar de determinada localidade.

promovendo, através de eventos, o contato direto entre os consumidores e os produtores preocupados com a qualidade.

6) Promover a qualidade da hospitalidade como elo real entre o visitante e a comunidade local com suas características, removendo obstáculos físicos e culturais que possam prejudicar o uso de recursos da cidade.

7) Promover a conscientização de todos os cidadãos, de que eles vivem em uma *Cittàslow*, especialmente dos jovens e nas escolas, por meio da educação para o paladar e para o viver. (MOVIMENTO *CITTÀSLOW*, 2013).

Rocha (2003) aponta ainda quais os critérios para uma localidade aderir formalmente ao Movimento *Cittàslow*, bem como os procedimentos necessários para manutenção do título de “cidade do bem viver”. Estes são:

Podem aderir à Associação todas as cidades italianas e estrangeiras que, por norma, não possuem mais de 50 mil habitantes e que não são capital de província ou região (na concepção italiana do termo) e que possuem características aceitáveis previstas no Estatuto e no específico Regulamento de Adesão.

O título de *cittàslow* possui duração trienal, e a sua manutenção é veiculada à persistência no tempo dos requisitos de referimento já em posse de cada cidade, também ao cumprimento dos objetivos de melhoramento definidos. A partir do momento em que a qualificação *cittàslow* prevê um empenho dobrado, em comparação à cidade inserida na rede, é necessário que cada cidade, através do seu próprio administrador e dirigente, organize-se para colocar em prática um sistema de controle e de melhoramento contínuo para adquirir com o tempo os requisitos. Para garantir o respeito aos requisitos da cidade inserida ao movimento *cittàslow* serão realizadas visitas periódicas (cada três anos) e a verificação sob os cuidados do Comitê de Coordenação. Ao invés de consentir à cidade de qualificar-se é aparentemente previsto um tempo mínimo de ingresso, codificado no regulamento de qualificação formalizado pelo Comitê de Coordenação. A sequência envolve categorias contendo os requisitos de referimento necessários para obter a qualificação. Como nenhuma cidade apresenta as mesmas características urbanísticas e ambientais então nem todos os requisitos estabelecidos são necessariamente relevantes e obrigatórios.

Os requisitos de certificação das *Cittàslow*

A. Política Ambiental

- a. Existência de sistema de controle de qualidade do ar e controle da sua condição.
- b. Existência de um “regulamento” hídrico e de distribuição das águas.
- c. Existência de aplicação de um plano para difusão e promoção de novas tecnologias para a compostagem e promoção da compostagem doméstico.
- d. Existência de um sistema de controle de poluição luminosa e relativo programa de intervenção.
- e. Existência e aplicação de um plano de incentivo da utilização de fontes de energias alternativas.
- f. Existência de um sistema de controle de poluição eletromagnética e relativo programa de intervenção.
- g. Existência de um sistema de controle de ruído e existência de plano de intervenção para redução.
- h. Plano para eliminação do emplacamento deturpador (poluição visual)
- i. Aplicação do regulamento EMAS ou ISO 14000.
- j. Participação no Projeto Agenda 21.

B. Política de Infraestrutura

- a. Existência de áreas verdes equipadas.
- b. Presença de calçadas sem barreiras arquitetônicas.
- c. Acesso e aproveitamento de locais públicos por portadores de deficiências.
- d. Existência de infraestrutura para favorecer a mobilidade alternativa.

- e. Existência de toaletes públicos com livre acesso.
 - f. Existências de locais de pausa não somente nos centros históricos.
 - g. Horário de acesso aos escritórios (prefeitura, repartições, etc.) da Cidade homogêneos, pelos vários setores.
 - h. Presença de um Relações Públicas.
 - i. Central de Atendimento “Bom Viver” dedicado ao cidadão.
 - j. Existência de um plano de horário para o exercício comercial coerente com a exigência dos cidadãos.
- C. Qualidade Urbana
- a. Existência de plano de intervenção para restauração das condições originais dos centros históricos e/ou obras de valor cultural e históricos.
 - b. Existência e ampliação de um plano para a abolição do uso de alarmes sonoros, auxiliado por um programa adequado de proteção à propriedade.
 - c. Incentivo do uso de recipiente reciclável (garrafas) dentro das estruturas públicas.
 - d. Contextualização dos contêineres de dejetos, com sua remoção em tempo hábil.
 - e. Promoção e difusão de programa para a permanência e demora nos lugares públicos e privados com plantas perfumadas ou edificações ambientadas.
 - f. Existência e aplicação de plano de desenvolvimento e de sensibilização ao uso da rede pública – transmissão de dados.
 - g. Existência de plano de sensibilização para a arquitetura biológica.
 - h. Existência de programa e atividade de valorização e fruição dos centros históricos.
- D. Valorização da produção autóctone
- a. Censo anual da produção típica de qualquer natureza.
 - b. Programa de valorização e conservação da manifestação cultural local.
 - c. Plano de desenvolvimento de “Mercado” dos produtos naturais, promoção de espaço de valorização.
 - d. Programa de educação do gosto e da alimentação.
 - e. Programa de melhoramento qualitativo coerente com as leis vigentes que regulam restaurantes populares em estrutura protegida e no meio escolar.
 - f. Programa de sensibilização quanto à biotecnologia natural.
 - g. Guarnição enogastronômica.
 - h. Plano de desenvolvimento de agricultura biológica e certificação da qualidade dos produtos.
 - i. Programa de valorização da tradição alimentar.
 - j. Programa de proteção aos produtos e as manufaturas tradicionais das cidades.
- E. Hospitalidade
- a. Existência de um plano que verifica o respeito das regras no padrão dos locais públicos.
 - b. Plano de sinalização internacional.
 - c. Plano de treinamento de informações turísticas.
 - d. Existência de percurso turístico guiado com sinalização e descrição.
 - e. Existência de impressões com os dizeres “slow” da cidade.
 - f. Aplicação de um regulamento de “preços expostos”.
 - g. Presença de estacionamentos protegidos nas zonas adjacentes ao centro da cidade.
 - h. Política de acolhimento e plano para facilitar o acesso dos visitantes na ocasião de manifestações (eventos).
 - i. Existência de plano para o desenvolvimento de iniciativas coerentes com o objetivo do *cittàslow*.
- F. Conhecimento
- a. Casa de serviço da *Cittàslow*
 - b. Presença do marco *Cittàslow* nos documentos da cidade.
 - c. Existência de programa de difusão das atividades do movimento.
 - d. Website dedicado ao *Cittàslow* aplicado à cidade.
 - e. Promoção de programa para facilitar a vida familiar, como: atividades recreativas, assistência domiciliar aos idosos e doentes crônicos.
 - f. Existência de programa econômico para promover o desenvolvimento de programa de aplicação dos requisitos e plano de melhoramento.
 - g. Presença no noticiário da cidade de artigos relativos à iniciativa *Cittàslow* e difusão da comunicação em mídia nacional.

- h. Programa para o desenvolvimento de iniciativas de envolvimento dos “formadores de opinião” e da imprensa local para aplicação dos requisitos.

Comprovando sua notória aplicabilidade mercadológica, o mesmo autor destaca ainda a existência de empresas aderentes aos preceitos do movimento. Para tal, as corporações privadas devem obedecer aos seguintes requisitos:

A entidade qualifica a empresa residente no próprio território que requer usar o logo *Cittàslow* com o fim de promover a imagem da empresa aderente aos valores da Associação. A empresa qualificada pode utilizar a marca *Cittàslow* em sua publicidade em manifestações e eventos de promoção. O processo de qualificação envolve empresas manufatureiras e comerciais de caráter nacional e regional e empresa com características tipicamente locais (lojas típicas, artesanato local, albergues, agroturismo, etc.).

Dados comparativos entre o número de municípios possuidores da chancela do Movimento *Cittàslow* nos anos de 2013 e 2015 indicam que houve um pequeno acréscimo no número de localidades participantes, bem como de países com municípios reconhecidos como “Cidades do Bem Viver”. Em abril de 2013, o Movimento possuía 176 municípios chancelados distribuídos por 27 países. Já em junho de 2015, o número de localidades contempladas com o selo de “Cidade do Bem Viver” é de 185 municípios, situados em 30 países, distribuídos pelos cinco continentes. Na Tabela 06 apresentam-se dados comparativos de países e respectivos número de municípios contemplados pelo Movimento *Cittàslow* nos anos de 2013 e 2015.

**Tabela 6 – Evolução de Países e Municípios
Chancelados pelo Movimento *Cittàslow* (2013-2015)**

PAÍSES - 2015	MUNICÍPIOS 2013	MUNICÍPIOS - 2015	PAÍSES - 2015	MUNICÍPIOS 2013	MUNICÍPIOS - 2015
ÁFRICA DO SUL	1	1	GRÃ-BRETANHA	5	5
ALEMANHA	12	12	HOLANDA	5	7
AUSTRÁLIA	3	3	HUNGRIA	1	1
ÁUSTRIA	3	3	IRLANDA	1	1
BÉLGICA	5	5	ISLÂNDIA	1	1
CANADÁ	2	2	ITÁLIA	72	75
CHINA	1	2	JAPÃO	1	1
CHIPRE	0	1	NORUEGA	3	4
COLÔMBIA	0	1	NOVA ZELÂNDIA	1	1
COREIA DO SUL	12	11	POLÔNIA	10	20
DINAMARCA	2	2	PORTUGAL	6	6
ESPANHA	6	6	SUÉCIA	1	1
EUA	3	2	SUIÇA	1	1
FINLÂNDIA	1	1	TAIWAN	0	1
FRANÇA	8	8	TURQUIA	9	9
			TOTAL	176	185

Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2013, nota-se uma grande concentração de municípios lentos na Itália, país de origem do movimento (mais de um terço da amostra total), além de uma maioria considerável de *Slow Cities* concentradas na Europa, especialmente nos países mais desenvolvidos daquele continente. A questão do desenvolvimento econômico e social, inclusive, é um indicativo forte para a inserção no seletivo grupo de comunidades do bem viver. Apenas um país de economia considerada emergente e não pertencente ao G-7, África do Sul, possuía solitário representante. Por último, destaca-se que somente a América Latina é uma das poucas regiões que não havia sido contemplada até então com uma cidade do bem viver. Já em 2015 o Movimento teve um pequeno acréscimo no número de participantes, tanto em termos municipais como no âmbito dos países envolvidos. Além disso, nota-se uma distribuição geográfica mais ampla, contemplando alguns países em desenvolvimento, tais como Colômbia, Chipre e Taiwan. Assim, o Movimento parece ganhar força, a partir de maior participação e repercussão em termos internacionais, especialmente fora da Europa Ocidental, onde se consolidou inicialmente. Isso faz supor um alcance mais democrático, possivelmente por questões de simbologia geopolítica e cultural. Mas o fato é que ainda predomina em países ricos, situados principalmente no continente europeu.

4. *Slow Travel* no Brasil – contextualização, desafios e perspectivas

No presente capítulo, serão discutidas as peculiaridades, desafios e perspectivas do cenário cultural-turístico do Brasil para o aproveitamento filosófico do *Slow Travel*. Para tal, é importante contextualizar alguns traços característicos da formação da cultura geral brasileira analisando-se como a mesma pode influenciar a dinâmica das viagens no Brasil. Além disso, é relevante considerar ainda a evolução do panorama político, econômico e social do país nos últimos anos, ressaltando-se o cenário atual.

Na sequência, apresenta-se o caso de três localidades brasileiras que aventaram com a possibilidade de formalizar a adesão aos preceitos do movimento *Slow*, através de suas candidaturas à chancela de Cidades do Bem Viver: Tiradentes (MG), Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS).

A ruptura das citadas candidaturas também é objeto de análise, considerando-se para tal, informações sobre a caracterização geral e turística dos municípios envolvidos e os processos de candidatura, através de dados obtidos em livros, artigos científicos, reportagens em jornais e revistas, além de *websites* oficiais.

Contudo, a contribuição mais relevante para a elucidação de tais candidaturas é oriunda de entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo realizada pelo autor com gestores públicos da atividade turística que contextualizam as particularidades de cada local, bem como os empecilhos políticos, econômicos e socioculturais para a aplicação formal da filosofia *Slow Travel* em suas respectivas localidades.

Por fim, consta a análise dos desafios e perspectivas de aproveitamento da filosofia *slow* no contexto turístico do país, a partir da análise dos seus valores e características atrelados ao Turismo de Experiência, Turismo Sustentável, Turismo de Base Comunitária e Turismo Rural/Agroturismo, destacada como modalidades de viagem mais sintonizadas com os preceitos do *Slow Travel*, e por representarem referências conceituais e práticas de desenvolvimento cultural e turístico no cenário nacional.

4.1 Cultura do Turismo no Brasil – disposições preliminares

O ato de viajar possui um caráter simbólico bastante representativo e, conforme visto em seções anteriores, faz parte do sistema de organização social predominante, tanto no exterior como no Brasil. Ao longo do tempo, os hábitos e costumes relacionados ao oferecer e

realizar viagens têm se alterado, fazendo-se oportuno dimensionar o novo cenário e, a partir de então, projetar os novos desafios e potencialidades, em termos mercadológicos e socioculturais.

Entre diversos aspectos indicativos de tais transformações, convém destacar que o Brasil é um país ideologicamente colonizado também no espectro turístico, uma vez que mimetiza, na maioria das vezes, estratégias e ações estrangeiras de desenvolvimento e aproveitamento da atividade. Um exemplo disso é o predomínio mercadológico e cultural pela modalidade de sol e praia.

Independente das belezas naturais da costa brasileira, evidentes, mostra-se com isso uma subserviência ideológica para a *práxis* de viagens, especialmente no âmbito mercadológico, alimentada tanto pelos gestores públicos e privados da atividade, como pelos próprios visitantes, sejam eles estrangeiros ou residentes no país.

Além disso, o papel do poder público ao longo do desenvolvimento do turismo no Brasil ilustra bem um cenário de dependência, imediatismo e relativo descaso, aspectos característicos da formação política e cultural brasileira, conforme será discutido a seguir.

Considerando tal premissa, inicia-se a reflexão sobre as particularidades do contexto cultural de viagens no país a partir da explanação proferida por Mário Carlos Beni, Professor Decano do Turismo no Brasil, ao proferir a Aula Magna do Programa de Mestrado em Turismo da EACH-USP no dia 31/03/2014, destacando os seguintes aspectos:

O Turismo funciona em rede, no formato de cluster³⁶. A maior lacuna de planejamento turístico no país é a falta de inventário da sua oferta. Quem determina onde e como é aproveitado o turismo no Brasil são as operadoras e agências de viagem. Na teoria, as diretrizes estratégicas da Política Nacional de Turismo são pertinentes, mas falta interlocução com a ponta institucional mais sensível: o agente público de turismo, especialmente representados em suas secretarias e departamentos municipais.

A articulação entre o poder público, empresariado e comunidades receptoras, incluindo o terceiro setor, são cruciais para o desenvolvimento turístico. Um dos raros exemplos disso vem da Serra Gaúcha, com o trabalho originado e desenvolvido em base local, concatenando-se os arranjos produtivos locais.

Turismo é o único setor de serviços que propicia oportunidades de negócios a todos, independentes de sua condição econômica. Entre as tendências do processo de gestão do turismo estão aspectos como a preocupação com a resiliência sustentável, grau de funcionalidade e criatividade cultural. (BENI, 2014)

³⁶ Cluster é um conceito disseminado por Michael Porter no final do século XX e que foi destacado por Gonçalves (2008, p.2) como *interesses que formam coligações de ação coletiva, que se constituem como pré-condições para a inovação e para a capacidade de construção da comunidade*. Tal conceito, portanto, se aproxima da ideia apresentada por Castells sobre a consolidação contemporânea de uma Sociedade em Rede, a qual foi destacada em capítulo anterior deste trabalho.

Com tudo isso, destaca-se que mesmo priorizando um olhar mercadológico em sua palestra, Beni ilustra a preocupação com valores ligados à sustentabilidade, como capacitação, articulação, governança, sustentabilidade e criatividade.

O panorama de descabro do processo gerencial do turismo no país é bastante discutido no meio acadêmico e conhecido pelos empresários do setor, os quais costumam desenvolver seus negócios com um olhar individualista e ainda pautado nos preceitos industriais. Tal característica foi um dos aspectos principais na abordagem de campo feita com os gestores municipais turísticos ligados aos municípios candidatos à recepção da chancela do Movimento *Cittàslow*, algo que será esmiuçado em tópico posterior do presente capítulo.

Alguns traços culturais brasileiros foram destacados por Fernandes (2006), em dissertação que ressalta a percepção comportamental predominante no Brasil a partir do olhar de autores consagrados como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta.

Tais elementos ajudam a compreender comportamentos de ordem política e cultural predominantes entre os segmentos sociais envolvidos com a atividade turística, servindo também de balizamento para a análise derradeira deste trabalho, no que concerne aos desafios e perspectivas de aproveitamento do *Slow Travel* no país.

Dito isso, enaltece-se que Fernandes (2006) aponta inicialmente que o Brasil, de modo geral, “(...) apresenta tendência de dependência em relação às várias instâncias de poder”. A concentração em países latinos, de modo amplo, seria proporcionalmente maior que aquele observado em países nórdicos, por exemplo.

Em termos de gestão, isto significaria que os processos diretivos e gerenciais tenderiam a ser mais centralizadores, resultando em uma menor participação de colaboradores e demais interessados no processo administrativo e decisório.

Isto ajudaria, por exemplo, a explicar a dificuldade em ceder ao residente comunitário o poder deliberativo no processo de gestão turística.

Na maioria dos casos, os líderes locais participam de reuniões administrativas apenas de modo consultivo, ou seja, sem poder interferir em termos práticos na dinâmica da atividade. A falta de noção de cidadania, de isonomia e o desinteresse da maioria da população por questões políticas e ideológicas também encontra respaldo no citado estudo, que considera: “(...) a alta concentração de poder na sociedade leva a crer aos subordinados que eles não são responsáveis pelas decisões e nem pela implementação do que foi decidido”.

Ainda levando em conta as características administrativas gerais predominantes no Brasil, Barros *apud* Fernandes (2006, p.28-29) ressalta:

A relação líder/liderado parece ser a de troca de proteção por lealdade, seguindo uma antiga tradição familiar. A quebra na relação entre o líder e o liderado pode significar uma derrota moral para o líder. Para os subordinados a chefia ideal tende a ser vista como um autocrata benevolente e as relações entre chefes e subordinados são muitas vezes carregadas de emoções.

O estilo brasileiro é descrito como possuidor de “traços fortes de hierarquia e grande capacidade de lidar com a incerteza, refletida no jeitinho – uma característica brasileira que reúne flexibilidade, adaptabilidade e criatividade.

Na dimensão relacionada a individualismo e coletivismo, o Brasil apresenta-se como uma nação mais coletivista.

Na visão de Barros (2003), o traço coletivista interage com a faceta personalista. Recorre para isso ao estudo de DaMatta (1978) que discorre sobre as diferenças entre o indivíduo e a pessoa.

O indivíduo é um ser anônimo, sem relações e para o qual vale a frieza da lei. Já a pessoa é construída por meio de suas relações. É merecedora de confiança por pertencer a um grupo e para ela a lei apresenta algumas facilidades.

No trabalho a relação entre empregador e empregado é semelhante às relações familiares em que impera a lógica de proteção por lealdade.

Este último apontamento ajuda a compreender a tradição paternalista das lideranças políticas do país e a falta de continuidade nas estratégias públicas, já que os projetos invariavelmente adquirem conotação pessoal e são abandonados quando outro grupo político assume o poder, em sinal de lealdade à liderança anterior.

Não é por acaso que as relações institucionais no país são historicamente pautadas no compadrio, em detrimento, por exemplo, da meritocracia. Além disso, critérios técnicos são muitas vezes suplantados por aspectos pessoais e exceções conjunturais, característica sobre a qual modelos de gestão estrangeiros costumam ser menos tolerantes, como é o caso dos critérios rígidos definidos pelo movimento *Cittàslow* Internacional para obtenção da chancela de Cidade do Bem Viver.

Ainda segundo Fernandes (2006), alguns dos grandes pensadores da formação identitária cultural do povo brasileiro ressaltam outras características importantes. A seguir apresenta-se sua percepção acerca dos principais traços culturais formadores do povo brasileiro, baseando-se na interpretação dos cânones de estudos culturais do país.

Gilberto Freyre, por exemplo, destacaria em sua obra que a identidade cultural brasileira se baseia no perene processo de busca de equilíbrio dos antagonismos sociais existentes, sendo o mais relevante deles a relação entre o senhor e o escravo.

Já Sérgio Buarque de Holanda ressaltaria o lado cordial do brasileiro, aproximando-o a um aspecto ético e, portanto, positivo. Ele ainda destacaria a valorização do ócio e a flexibilização do trabalho como aspectos intrínsecos aos povos mediterrâneos, que acabaram influenciando a identidade cultural brasileira.

Darcy Ribeiro enalteceria três grandes forças diversificadoras do povo brasileiro: a ecológica (fazendo surgir paisagens humanas distintas de acordo com as condições ambientais); a econômica (com novas e diferenciadas formas de produção) e, por fim, a étnica (denominada “imigração” pelo citado autor, em que estariam se introduzindo novos contingentes humanos no país, em especial europeus, árabes e japoneses).

Por fim, DaMatta destaca, entre outros aspectos, o lado ambíguo dos brasileiros, o autoritarismo de suas lideranças e a interpretação de que o espaço público não merece a mesma atenção que o espaço pessoal/familiar, pelo fato da maioria da população não se sentir corresponsável e coproprietária daquele.

Com tudo isso, percebe-se como alguns aspectos notórios da identidade da cultura nacional ajudam a explicar certos comportamentos em termos mercadológicos e filosóficos. O contraste, o conflito e a contradição, por exemplo, são bastante evidenciados pelos citados autores, reforçando a imagem de um povo adaptável, criativo, mas pouco confiável pela sua postura ambígua, especialmente em relação às formalidades.

O lado hospitaleiro e tolerante predominante no país é destacado por Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, apresentando-se como traços culturais consolidados e benéficos ao Turismo. Por fim, o descaso em relação ao patrimônio público/comunitário indica que o processo de conscientização das pessoas em relação a uma participação política mais engajada encontra barreiras históricas.

O Turismo, neste sentido, acaba sendo influenciado por tais traços característicos – ainda que, ressalte-se novamente – sejam apenas representações generalistas de caráter histórico e que não podem ser tomados, neste sentido, como verdades inquestionáveis e sim

como importantes referências, por se tratarem de pensadores clássicos acerca da formação e comportamento geral da sociedade brasileira.

Um exemplo cultural que prejudica o processo de planejamento sustentável do turismo é a dificuldade de articulação política entre gestores públicos e representantes das comunidades locais, bem como a falta de visão voltada para o longo prazo; além do favorecimento personalista e a subserviência/dependência em relação às políticas e aos projetos governamentais, algo que foi citado e detectado nas entrevistas realizadas com os gestores públicos turísticos dos três municípios brasileiros candidatos à chancela do Movimento *Cittàslow*.

4.2 Cenário atual e futuro de desenvolvimento turístico no país

O turismo interno do Brasil, composto por residentes no exterior e do território brasileiro que visitam o país, apresentam algumas características marcantes. Inicialmente, deve-se considerar o tímido aumento do fluxo de estrangeiros no país, com pouco mais de 6,4 milhões anuais, patamar praticamente igual ao dos últimos dez anos.

Pode-se considerar um número relativamente baixo de visitantes residentes no exterior, especialmente a partir da comparação com destinos turísticos como a França, que recebe 90 milhões de turistas estrangeiros anuais e mesmo países com condição socioeconômica semelhante a do Brasil, como é o caso do México, que recebe aproximadamente 22 milhões de visitantes internacionais por ano – ainda que beneficiado pelo seu posicionamento geográfico próximo aos Estados Unidos, que se configura como um dos principais emissores de turistas internacionais do planeta (BRASIL, 2014).

Já no cenário nacional, houve um incremento robusto de viagens de caráter doméstico, isto é, ocorridos dentro do país. Dados obtidos nos principais aeroportos do país apontam que no período entre 2008 e 2013 houve um aumento de aproximadamente 100% de desembarques de passageiros de voos domésticos, saltando de pouco mais de 40 milhões de pessoas para quase 90 milhões neste íterim (BRASIL, 2014).

Contudo, o parâmetro quantitativo recente não representa necessariamente uma melhora nas condições turísticas, seja para o visitante, muito menos às comunidades receptoras. Fatores qualitativos de ordens ambientais, sociais, culturais, jurídicos, políticos, econômicos e temporais devem sempre ser consideradas, ressaltando-se que cada localidade possui um histórico e uma dinâmica específica de desenvolvimento da atividade turística.

Não obstante, há fatores conjunturais específicos que ajudam a explicar tais oscilações numéricas. Entre elas, destaca-se a mobilidade socioeconômica promovida nos últimos anos,

com a ampliação do público consumidor interno do país, classificado como uma nova classe média, alçada pela melhoria das condições de crédito, associadas a um crescimento econômico razoavelmente contínuo e relevante, e a valorização de programas sociais de inclusão.

Soma-se a isso a perspectiva recente e contínua de incremento do Agronegócio no país e a realização de importantes eventos de repercussão global, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, os quais têm incentivado a dinamização dos chamados Turismo de Negócios e Turismo de Eventos, atraindo investimentos, produtos, serviços e demanda para a atividade.

Além da contextualização mercadológica, há que se considerar também o aspecto cultural ligado ao universo de viagens. Neste sentido, a citada nova classe média brasileira tem buscado experiências similares as que a elite já teve o privilégio de usufruir, entre as quais as viagens, invariavelmente para destinos e atrativos consagrados, as quais viram objetos de ostentação da nova condição de consumo.

Assim, o turista brasileiro das classes mais favorecidas tende a migrar para destinos e experiências mais exclusivas, sendo muitas delas encontradas no exterior ou em localidades menos massificadas.

Soma-se a isso, certamente, o desejo de diferenciação dos mais abastados em relação às massas. Em outras palavras, a massificação tardia do turismo brasileiro está ocorrendo, ao lado de formas mais exclusivistas e/ou alternativas de viagem.

Não à toa destinos menos conhecidos e até isolados do grande público acabam atraindo um público elitizado, o que, por um lado, incentiva o surgimento de novas alternativas de viagem – inclusive, ou principalmente, sustentáveis –, por outro lado, incentiva os gestores turísticos de localidades com potencial mais brande de aproveitamento da atividade a transformá-las em bolhas de prosperidade turística econômica e cultural, incentivando o caráter exclusivista de destinações com potencial à apropriação dos preceitos do *Slow Travel*.

Contudo, o Turismo é um setor econômico reconhecidamente volátil, isto é, bastante suscetível a intempéries de diversas ordens, alterando-se o panorama mercadológico e consequentemente cultural em relação às viagens. O ano de 2015 desponta, neste sentido, como um período de relevante ilustração deste fenômeno.

Isto porque trata-se de um momento histórico consideravelmente distinto daquele vivenciado no início do século XXI, por expressar um contexto político e econômico marcado por consideráveis turbulências e incertezas, os quais tem gerado mudanças conjunturais

relevantes. Como exemplo, ressalta-se a contenção de consumo e a mudança de hábitos de boa parte da população brasileira que, com a renda sendo deteriorada pela inflação elevada e sob ameaça crescente de desemprego, têm se caracterizado por investimentos mais conservadores, inclusive do ponto de vista temporal e econômico.

Isto significa que as viagens deixam de fazer parte, muitas vezes, do planejamento familiar e passam a ser preteridas na comparação com necessidades mais urgentes, como o pagamento de contas, alimentação e moradia. Outro sintoma de mudança é a deterioração do valor internacional da moeda do país. A desvalorização cambial do real observada nos últimos meses fez com que o perfil de viagens de brasileiros ao exterior mudasse, diminuindo-se o consumo, alterando-se os destinos, produtos e experiências consumidas, especialmente àquelas de caráter mais alternativo e/ou exclusivo, as quais costumam ter um custo mais elevado.

Por outro lado, a recepção de turistas estrangeiros tende a sofrer efeito inverso, ou seja, o país torna-se um destino mais barato e, portanto, atraente para quem reside no exterior, fazendo com que mais estrangeiros venham visitar o país, procurando inclusive roteiros e destinos menos massificados.

Assim, em um primeiro olhar, mais estrangeiros procurariam destinos com perfil turístico *Slow*, enquanto os brasileiros tenderiam a buscar elementos mais massificados, que costumam ser mais baratos, por virem pré-fabricados e baseados em economia de escala de preços.

Todavia, ao fazer uma leitura mais cuidadosa da conjuntura política e econômica atual e sua relação com o turismo, é preciso ter a parcimônia de levantar algumas relevantes indagações, tais como: A) Quanto uma mudança de ideologia em curso de parte crescente dos fornecedores e consumidores da experiência de visitação afeta tal dinâmica mercadológica, mesmo em períodos de instabilidade? B) Quanto um destino rural com características menos massificadas pode, ao mesmo tempo, abarcar visitantes que queiram fugir do convencional, mesmo que com opções estruturais simples e econômicas e atrair visitantes com perfil exclusivista, dispostos a gastar muito dinheiro por uma experiência exclusiva e/ou o isolamento? Todas as regiões e destinos turísticos brasileiros se estruturam e reagem da mesma maneira em relação a fatores de oportunidades e ameaças externos?

A resposta para tais questões não pode ser imediata, tampouco definitiva. Os elementos internos e externos que interferem no desenvolvimento do universo de viagens são claramente complexos e dinâmicos, fazendo com que as análises conjunturais devam ser menos simplificadas e rígidas e sim, buscando aspectos mais aprofundados e relativizados, o

que significa a necessidade de valorização de uma reflexão não apenas de modo científico, mas também pautado em caráter filosófico, algo intrínseco aos preceitos do presente trabalho

É importante destacar, como forma de corroborar com tal perspectiva, o autor Canclini, que em *Culturas Híbridas* ressalta que a América Latina vive uma crise de identidade entre o passado, o presente e o futuro. Neste sentido, o Brasil apresenta um contexto concomitantemente pré, trans e pós-turístico, o que dificulta uma reflexão conjunta sobre o cenário geral das viagens no contexto brasileiro, algo notadamente difuso.

Isto posto, é importante compreender quais tipos de viagem são predominantes e/ou têm sido valorizados dentro do país. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo do Brasil (2015), em termos de segmentação de mercado, nota-se um predomínio de viagens motivadas pelo lazer no país, tanto para o público estrangeiro como nacional, seguidas por viagens a negócios e realizadas prioritariamente para a visita de amigos/parentes.

As destinações mais visitadas são capitais estaduais, especialmente porque possuem uma estrutura de visitação mais desenvolvida, tanto em termos estruturais como do ponto de vista da capacitação da mão-de-obra. Além disso, muitas dessas capitais possuem atrativos de caráter natural e cultural diferenciados, como praias, eventos e edificações de grande valor simbólico aos visitantes, potencializados pela propaganda massiva.

Os segmentos de Turismo Cultural, Turismo em Áreas Naturais (Ecoturismo, Aventura e Rural/Agroturismo), além do próprio Turismo de Estudos – incluindo intercâmbio, têm crescido em termos de oferta e demanda nos últimos anos, muitas vezes em ritmo mais intenso que modalidades mais tradicionais e urbanas de viagem, como Turismo de Sol e Praia e Turismo de Negócios.

Isto pode significar, de um lado, um amadurecimento não apenas mercadológico, mas filosófico e conceitual dos atores principais da atividade turística – aqueles que provêm oferta e os próprios visitantes.

Mas também, dado o histórico de desarticulação, imediatismo e degradação ambiental e cultural inerentes à atividade, podem representar uma ameaça a novas localidades, empreendimentos e atrativos que emergem no cenário atual de diversificação da oferta e da demanda.

Algumas regiões e municípios brasileiros despontam para o aproveitamento menos massificado da atividade turística. Contudo, é praticamente impossível mapear com precisão quais são eles, pela falta de dados confiáveis e pela ausência de um planejamento estratégico conjuntural nacional nessa direção, conforme mostrado na citação de Beni colocada no início

da seção. Isto significa que uma mesma localidade pode ter atrativos, produtos e serviços massificados e não-massificados, sustentáveis e não-sustentáveis.

São poucos e inconsistentes os exemplos de uma conscientização de caráter cultural e política mais aprofundada no sentido de tornar a sustentabilidade um paradigma filosófico, não meramente mercadológico.

Contudo, o elemento educacional, baseado na assimilação e aproveitamento de conhecimento relevante, é o aspecto primordial neste processo. Cidadania, participação política, engajamento social e ambiental são decorrentes disso. E conforme visto, são as bases de qualquer atividade de fato sustentável, inclusive as de cunho turístico.

Com tudo isso, as regiões brasileiras teoricamente mais aptas ao aproveitamento pleno da filosofia sustentável *slow* em termos de viagem são justamente aquelas em que as políticas públicas de turismo já se encontram em nível de amadurecimento acima da média do restante do país, especialmente por considerar os interesses comunitários e de longo prazo.

Neste sentido, as regiões envolvidas nas candidaturas à chancela do Movimento *Cittàslow* Internacional – Serra Gaúcha, Serra Capixaba e Sul do Estado de Minas Gerais – parecem contempladas, por se situarem em localidades de reconhecido valor turístico ambiental e cultural; por serem geridas, em termos estaduais, por instâncias governamentais que dão maior valor à atividade turística que em outras unidades federativas; e por não se situarem histórica e geograficamente no eixo central do turismo de massa do país, que está concentrado, essencialmente, em cidades e regiões com grande adensamento urbano, em porções litorâneas ou próximas e com uma dinâmica industrial e de serviços bastante consolidada.

A Serra Gaúcha, inclusive, é reconhecida como região pioneira em termos de regionalização do turismo, fortalecendo a participação comunitária e a cadeia produtiva local, entre outros aspectos de desenvolvimento considerados mais sustentáveis. Porém, engana-se que se tratam das únicas regiões com potencial para tal atividade.

Há destinos como Petrópolis (RJ), que aparentemente obedece muitos preceitos sustentáveis e associados ao Turismo Lento, ainda que de modo informal, que merecem ser considerados em termos de potencialidade de transformação filosófica e cultural da atividade turística para os próximos anos, ampliando as possibilidades de disseminação do movimento no país. Sarate (2009, p.56), comenta este caso, destacando:

Em recente experiência a cidade de Petrópolis/RJ, na administração do prefeito Rubens Bomtempo (2000-2008) aderiu a uma série de preceitos do movimento como o “alargamento das calçadas, a retirada de grande parte dos ônibus do centro

da cidade, dos estacionamentos públicos do espaço central [...] entre outras” (CUNHA, 2008, p. 1), visando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e tornar-se mais atrativa ao turismo. O plano de reurbanização primou pela circulação dos pedestres em detrimento ao trânsito via automóveis, aumentando assim, o tempo de permanência das pessoas no centro da cidade, tornando-se este não mais um local de passagem e, sim, de encontro (CUNHA, 2008, p. 5-6). Estas ações tornaram a cidade mais atraente para o turista, porém criaram alguns transtornos para os moradores. A cidade sofreu um grande decréscimo no número de vagas de estacionamento na sua área central, a fim de possibilitar o alargamento das calçadas. Com as calçadas ampliadas, as ruas ficaram mais estreitas, o que ocasionou em problemas de engarrafamento. (CUNHA, 2008, p. 9-10). A população da cidade, segundo dados do IBGE (IBGE, 2008), em 2007, era de 306.645 pessoas, muito acima do limite da *Città Slow*, de 50 mil habitantes.

Ademais, porções relevantes de outras regiões brasileiras, como por exemplo o Pantanal, as grandes Chapadas (Guimarães, Veadeiros e Diamantina) e as serras catarinenses, representam a mesma possibilidade de construção de uma perspectiva de viagens com perfil menos industrializado e mais humanizado, ainda que, como dito, sejam ainda muito influenciadas por valores do capitalismo industrial, pelo *marketing* e pela difusão e contradição de desenvolvimento turístico predominante no país, em termos políticos, econômicos e culturais.

4.3 O processo de candidaturas de municípios brasileiros à chancela do Movimento *Cittàslow* – os casos de Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG)

Oficialmente, apesar de muitas localidades brasileiras possuírem potencial para o desenvolvimento de um olhar turístico mais lento, equilibrado e profundo, apenas três demonstraram, até o presente momento, a intenção clara de formalizar um caminho de desenvolvimento turístico alinhado com o que está sendo discutido e desenvolvido em outros países, através de entidades representativas do Movimento *Slow*.

A mais relevante delas em termos urbanos e turísticos, conforme visto, é o Movimento *Cittàslow* Internacional, que apresenta uma série de requisitos e exigências para oferecer a chancela de “Cidade do Bem Viver”, reconhecida globalmente.

Desde o início do século XXI ocorreram tentativas de aproximação entre a citada organização e algumas localidades brasileiras com potencial de atendimento de tais aspectos, através essencialmente do diálogo estabelecido com suas respectivas representações governamentais municipais.

Contudo, nenhuma delas se estabeleceu de forma duradoura, o que incita uma reflexão dos motivos da interrupção dessas parcerias. As três localidades que buscaram, sem sucesso até o momento, formalizar um vínculo com a filosofia *Slow Travel* são Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG).

Assim, para melhor compreensão de tais candidaturas não exitosas, faz-se premente a contextualização geral e turística de tais localidades, bem como a comprovação de que as tentativas ocorreram, mas acabaram não vingando, impossibilitando o Brasil de possuir o primeiro município *Slow* da América do Sul, algo conquistado pela Colômbia no ano de 2015. Para tal, buscou-se recorrer a artigos científicos, reportagens e publicações em geral sobre tais aspectos, disponíveis em meio eletrônico, tendo como resultado poucas e rasas informações, oriundas especialmente de portais eletrônicos das citadas localidades.

4.3.1 Santa Teresa (ES)

Segundo *website* oficial da localidade, Santa Teresa é um município situado na Serra Capixaba desde 1874, ano de sua fundação. É considerado o berço da colonização italiana no Brasil, ao receber a primeira sua remessa massiva de imigrantes, em Expedição conhecida como “Tabacchi”: “Contudo, oficialmente, a imigração teve início no Brasil com a chegada do navio “Rivadavia”, que aportou em 31 de maio de 1875, com 150 famílias italianas, encaminhadas para Santa Leopoldina, dentre as quais 60 famílias seguiram para Timbuí, onde no dia 26 de junho de 1875 foram contempladas com lotes territoriais, fundando assim Santa Teresa, denominada então, a primeira cidade de colonização italiana no Brasil.”

As correntes migratórias oriundas da Itália continuaram e somaram-se a chegada de imigrantes de outros países europeus, como Alemanha, Suíça e Polônia, ainda no final do século XIX. Os colonos se dedicaram à agricultura, com destaque para as lavouras de café, cereais, além das videiras e da seda, estas heranças culturais de Trentino, região italiana reconhecida por sua produção.

Atualmente, 90% da população têm ascendência italiana, mantendo uma série de características culturais peculiares deste país, representada por atividades econômicas, expressões culturais e atrativos turísticos. Um exemplo é o fato do município se caracterizar por ser “o maior produtor de uva e vinho do Espírito Santo, representando 80% da sua produção estadual”. Além da destacada identidade cultural, o município também possui relevante patrimônio natural. Afinal, “possui 40% de seu território coberto por Mata Atlântica preservada, com rica biodiversidade”.

Com isso, o Turismo é uma de suas mais relevantes atividades. “Cultura marcante, meio ambiente preservado, clima agradável e gastronomia são os principais atrativos de Santa Teresa. Recentemente, por meio da Lei 226/2012, se tornou a Capital Estadual do Jazz e do Blues e é também conhecida como Terra dos beija-flores, das orquídeas e de Augusto Ruschi, Patrono da Ecologia no Brasil”.

Assim, entre seus principais atrativos estão:

- Casa Lambert, que abriga a memória da colonização italiana no município através de um Museu;
- Igreja Matriz, construída na virada dos séculos XIX e XX;
- Praça Augusto Ruschi, relevante do ponto de vista paisagístico e cultural, por abrigar monumento que homenageia ex-combatentes da II Guerra Mundial;
- Rua do Lazer, *com belos e antigos casarios da época da colonização*, com opções diversificadas e qualificadas opções de entretenimento e gastronomia;
- Museu de Biologia Professor Mello Leitão, com acervo importante sobre a Mata Atlântica realizado pelo pesquisador Augusto Ruschi;
- Vale do Canaã, nas imediações da cidade, dando nome ao romance de Graça Aranha ambientado na região ao final do século XIX;
- Rampa de Voo Livre, com 900m de altitude;
- Reserva Biológica Augusto Ruschi, área de 04 mil hectares com casa de apoio para pesquisadores e centro de vivência para educação ambiental;
- Estação Biológica de Santa Lúcia, que abriga 400 hectares de Mata Atlântica preservada, além do túmulo do naturalista Augusto Ruschi, “Patrono da Biologia no Brasil”.

Oferece, ainda, estações de pesquisa e estrutura para práticas pedagógicas de campo; Parque Natural Municipal de São Lourenço, com 265 hectares de Mata Atlântica de encosta e incentivo às práticas ecoturísticas.

Sua candidatura à chancela do Movimento *Cittàslow* Internacional ocorreu em 2012, quando o idealizador e presidente honorário do movimento, o italiano Paulo Saturnini, visitou a localidade capixaba com o intuito de se estabelecer uma parceria.

Segundo reportagem publicada no portal eletrônico do município, o prefeito municipal de Santa Teresa no período, Gilson Amaro, teria enfatizado a importância da localidade obter tal certificação, comprometendo-se a seguir os predicados elencados como requisitos pelo Movimento.

Paulo Saturnini, inclusive, teria ressaltado as qualidades e características do município adequadas à recepção da chancela, tais quais receptividade da população, boa gastronomia e variedade de frutas e artesanato, além de possuir um agroturismo consolidado. Contudo, não há nenhum documento oficial que discorra sobre o cancelamento da parceria, tornando a

entrevista realizada com o representante governamental do município para este trabalho uma referência ainda mais relevante.

4.3.2 Antônio Prado (RS)

Segundo o portal oficial do município, Antônio Prado constituía-se como localidade quase inacessível até os anos 1880, pela densidade florestal que a cercava. Assim: “Antônio Prado foi a sexta e última das chamadas “antigas colônias da imigração italiana” no Rio Grande do Sul, e foi fundada em maio de 1886.

A partir daí, criada a nova colônia, começaram a ser destinadas verbas públicas para a abertura de estradas, construção de balsas, medição de terras, construção de barracões, transporte e acolhimento dos colonos”. Nos anos seguintes, a localidade teria se mantido praticamente alheia aos grandes acontecimentos políticos nacionais e locais, como a Proclamação da República (1889) e a Revolução Federalista (1893), graças à falta de recursos econômicos, humanos e estruturais, como a ausência de comunicação viária consolidada.

Com isso, mais de mil famílias de origem italiana puderam se adaptar e arraigar seus costumes naquele rincão, criando uma identidade forte e perdurável para a localidade. Tal herança foi reconhecida pelo IPHAN, tornando seu acervo arquitetônico preservado uma mancha histórica tombada nacionalmente.

Em tais edificações encontram-se mais de 500 objetos característicos do período de colonização, as quais, ao lado da gastronomia, festividades e conservado patrimônio natural de seu entorno, tornam este município bastante peculiar e relevante em termos turísticos, ainda mais por se situar próximo a destinos reconhecidos em todo o país e até do exterior, na região denominada Serra Gaúcha.

Assim, o turismo, ao lado da agricultura, configura-se como propulsora econômica da localidade de pouco mais de 14 mil habitantes e elevado índice de desenvolvimento humano – 0,926. Entre seus atrativos principais, destaca-se justamente o conjunto de 48 edificações tombadas pelo IPHAN como marcos preservados da memória arquitetônica italiana, oriundos da virada entre os séculos XIX e XX, configurando-se assim como o maior e mais relevante patrimônio arquitetônico deste tipo no país.

Em relação à candidatura do município à chancela do Movimento *Cittàslow*, consta no portal eletrônico da Serra Gaúcha que a localidade chegou a receber o título de Cidade do Bem Viver no ano de 2001, sendo a primeira a receber tal honraria na América Latina. Todavia, não há nenhum registro de domínio público eletrônico de perda desta certificação, tampouco o assunto é citado no portal oficial do município.

4.3.3 Tiradentes (MG)

Historicamente, a localidade despontou em 1702, quando foi descoberta grande quantidade de ouro nas suas imediações. Sua pujança arquitetônica, característica do período colonial brasileiro conhecido como “Ciclo do Ouro”, deve-se à abundância do metal precioso na localidade, que rapidamente tornou-se um dos principais centros urbanos do sudeste brasileiro no século XVIII.

Seu nome é uma homenagem ao mártir da Inconfidência Mineira, Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes por sua profissão de dentista. Tal referência se oficializou com a Proclamação da República, no final do século XIX.

Campos (2013, p.70-76) ressalta os seguintes aspectos gerais e turísticos da formação histórica de Tiradentes:

A formação urbana de Tiradentes foi dividida em dois momentos: antes e depois do advento do turismo.

O primeiro, até o final da década de 1970, mostra uma cidade que viveu o apogeu e a decadência da atividade mineradora e da pecuária até meados do século XX. O segundo momento, derivado da hegemonia econômica que foi implantada via atividade turística, que suplanta a timidez das décadas anteriores e se fortalece a partir dos anos 1980. O turismo inaugura e marca um período em que as modificações foram aceleradas e que vêm conduzindo a atual formação socioeconômica e espacial de Tiradentes.

Primeiramente, predominaram as edificações térreas, evoluindo logo depois, já na segunda metade dos setecentos, para a construção dos sobrados com funções comerciais e residenciais. Entretanto, deve-se ressaltar que foram as edificações religiosas e públicas que determinaram os arruamentos e a teia urbana. Data do século XVIII, a definição urbanística da futura cidade de Tiradentes (Figura 2), onde a maior concentração de edificações se dava ao longo da via principal, que saía da Matriz em direção ao Chafariz.

Durante parte do século XIX Tiradentes sofreu uma grande estagnação econômica. Os moradores começaram a se dedicar à agricultura, à criação de animais e ao artesanato de prata (PELLEGRINI FILHO, 2000, p.30). Tiradentes entrou no século XX em franca decadência.

A decadência econômica deixou seus bens culturais em total abandono: pessoas demoliram casas e os casarios estavam em ruínas, desvalorizados. Entretanto, as características arquitetônicas estavam intactas. Em 1938, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) promoveu o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes (ROCHA, 1998, p.31), na esteira do Movimento Modernista, que alavancou a discussão interna no Brasil a respeito da cultura nacional, da necessidade de preservação da memória e do patrimônio.

Nas décadas de 1960 e 70, Tiradentes passa a conhecer uma outra atividade econômica, essa perdurando até os atuais dias: o turismo. Inicialmente, 30 casas foram recuperadas. Depois, em convênio com a Fundação Roberto Marinho, outras casas foram recuperadas, incluindo o Solar dos Ramalhos, que hoje abriga a sede da própria SAT (Sociedade de Amigos de Tiradentes) e também do IPHAN.

O turismo já se incorporava como atividade central na economia local, respondendo pela densidade de ocupação descrita anteriormente, além do fenômeno da gradativa saída da população nativa do Centro Histórico, em direção à periferia.

O Centro é caracterizado pelo conjunto tombado do casario setecentista e também pelo eixo adensado posteriormente, que liga o núcleo histórico até a Estação Ferroviária. O uso das edificações é predominantemente voltado para a atividade turística. Dos 219 imóveis utilizados para fins comerciais na área urbana, 117 encontram-se no centro: 42 pousadas e hotéis, além de 38 restaurantes e 37 lojas (CAMPOS, 2006, p.148).

Além da atividade comercial, o Centro é o cenário dos vários eventos turísticos realizados na cidade. Além dos eventos tradicionais, como a Semana Santa e o Carnaval, foram criados na década de 1990 vários atrativos com o objetivo de uniformizar o índice de frequência de visitação à cidade, como a Mostra de Cinema e o Festival de Cultura e Gastronomia. Dentre tais eventos, os de maior porte são o Carnaval e a Mostra de Cinema, que atraem entre 30 e 40 mil visitantes cada, o que corresponde a aproximadamente 4 a 5 vezes a população municipal, estimada em 7.143 habitantes em 2012, chegando a quase 8 vezes a população urbana, com 5.375 moradores em 2010 (IBGE, 2010).

Com relação ao envolvimento do município com o Movimento *Cittàslow*, não há nenhuma referência relevante disponível em meio eletrônico, ficando a citação de sua candidatura restrita a alguns blogs particulares, sem qualquer registro em reportagens, páginas oficiais e afins.

4.4 Descrição das entrevistas feitas com os gestores públicos turísticos de Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG)

Esta seção trata da apresentação e avaliação dos resultados da pesquisa de campo realizada junto a representantes municipais das localidades pleiteadoras da chancela *Slow*. Ressalta-se que tais entrevistas foram realizadas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com as respectivas candidaturas e/ou com a gestão turística governamental do município.

As mesmas foram baseadas em um roteiro de perguntas semi estruturado (Apêndice A), que trata de alguns temas específicos sobre as respectivas candidaturas, tais como: origem; objetivos do município; esclarecimentos sobre objetivos do movimento e formas de participação; resultados de tais esclarecimentos; envolvimento dos atores turísticos locais (população, empresariado, localidades de entorno); envolvimento institucional geral do Movimento *Cittàslow*; motivo de desistência; opinião sobre a vocação da localidade em aderir os preceitos do Movimento *Cittàslow*; sugestões de mudanças em termos urbanos e turísticos a partir da hipotética vinculação do município ao Movimento *Cittàslow*; opinião sobre os benefícios turísticos oriundos da adesão ao Movimento *Cittàslow* no município; comentários

complementares sobre as candidaturas (formalização, dificuldades, resultados); perspectivas de retomada.

As entrevistas foram registradas através de gravadores sonoros e transcritas na íntegra, de forma a registrar as opiniões e esclarecimentos dos representantes locais. Foi solicitada por e-mail e verbalmente a autorização para publicação dos resultados da entrevista, sendo as mesmas encaminhadas previamente aos interlocutores para apreciação e aprovação.

Sua duração média foi de 40 minutos, sendo a mais longa realizada em Santa Teresa (50 minutos), seguida da entrevista feita em Porto Alegre (RS) sobre a candidatura de Antônio Prado (35 minutos) e a mais curta em Tiradentes (30 minutos).

Os interlocutores selecionados, a partir de prospecção junto às respectivas Secretarias Municipais de Turismo foram os senhores Murilo Bosa Vago – Secretário de Turismo e Cultura de Santa Teresa (ES); Claudete Rodrigues Graziotin – Representante Municipal da Candidatura do Município de Antônio Prado à participação no Movimento *Cittàslow* Internacional, Antônio Prado (RS); Ralph Justino – Prefeito Municipal de Tiradentes (MG).

Os representantes do sexo masculino foram entrevistados em seus próprios gabinetes governamentais, enquanto a Sra. Claudete foi entrevistada em sua residência, no município de Porto Alegre (RS). Tais entrevistas ocorreram nos dias: 29/08/2014 em Santa Teresa (ES); 01/09/2014 em Tiradentes (MG) e 29/09/2014 em Porto Alegre (RS), referente a candidatura de Antônio Prado (RS). Cumpre realçar ainda que, nesse mesmo período, houve uma tentativa de realização de entrevista junto à Secretária Municipal de Turismo de Antônio Prado, Sra. Lis Caberlon, a qual não ocorreu por conta da indicação de contato da Sra. Claudete Rodrigues Graziotin, envolvida diretamente com a candidatura do município de Antônio Prado ao Movimento *Cittàslow* no ano de 2001.

As respostas e considerações dos citados entrevistados encontram-se a seguir, separadas por tópicos destacados em maiúsculas, formatadas com linguagem por vezes coloquial e baseada na sequência dos questionamentos, já com alguns apontamentos analíticos do entrevistador/autor do presente trabalho de modo a facilitar a compreensão do leitor.

4.4.1 Santa Teresa (ES): Murilo Bosa Vago – Secretário de Turismo de Cultura

HISTÓRIA / ASPECTOS GERAIS / ECONOMIA:

Em 1774 iniciou-se a colonização italiana na região, considerada a primeira do Brasil levando-se em conta que os mesmos receberam lotes de terra, tornando-se proprietários, e não

somente empregados de propriedades rurais como ocorrera em outras localidades do país até então, como é o caso do interior do estado de São Paulo.

Os italianos vieram colonizar terras capixabas inicialmente em Aracruz. Mas houve rebeliões. Depois, por questões de adaptação climática, subiram a serra e chegaram a Santa Teresa. Houve uma distribuição de lotes de terras doadas aos imigrantes italianos em 1775, representando o marco inicial da Imigração. Em 1891, Santa Teresa desmembrou-se de Santa Leopoldina, tornando-se um município.

Além da imensa maioria de descendência italiana – cerca de 90% da população atual do município – há alguns representantes das etnias alemã, austríaca, holandesa e da Pomerânia no município. Sua população é de cerca de 24 mil habitantes em 2014, sendo a base econômica da localidade a agricultura.

Há também um pouco de extrativismo vegetal. Os principais produtos agrícolas de Santa Teresa são o café e a uva, sendo o município considerado o maior produtor de vinhos do Espírito Santo, abrangendo 70% da produção estadual. Além disso, o Turismo tem se destacado como alternativa econômica, ajudando a gerar emprego e renda, conservar o meio ambiente e valorizar a cultura local.

TURISMO

O Conselho Municipal de Turismo existe desde 1996. Assim, a Secretaria de Turismo de Santa Teresa deve ter surgido um pouco antes desse período. É importante salientar que por vezes a mesma esteve vinculada a outros setores/pastas governamentais, como ocorre atualmente quando é ligada à Cultura.

Há alguns anos atrás, Santa Teresa foi considerada como o principal destino serrano capixaba. Contudo, tal contexto se modificou, pelo próprio ciclo de vida natural das destinações turísticas e pela emergência de novas destinações próximas, tais como Pedra Azul e Domingos Martins. Atualmente, considera que Domingos Martins e Santa Teresa são os dois principais destinos turísticos da região serrana capixaba.

Em termos de segmentação, o município tem trabalhado prioritariamente a questão cultural, especialmente no âmbito da gastronomia, da história ligada à imigração italiana (há o *Circolo Trentino de Santa Teresa*³⁷ que, em parceria com a Prefeitura, realiza projetos e ações de valorização étnica-cultural).

³⁷ Segundo a entrevistada, o *Circolo Trentino di Santa Teresa*, fundado em 28 de julho de 1987, na cidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, onde tem sede e foro, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal estreitar os laços entre os descendentes de italianos, por meio de iniciativas sócio-culturais, mantendo vivas as raízes da imigração italiana na forma de costumes, músicas, danças, na fabricação de vinho dentre outras atividades. Possui uma ligação direta com Trento - IT, através da

Também trabalham com Agroturismo, com foco principal na produção de vinhos e massas, além do ecoturismo, turismo pedagógico, até porque Santa Teresa é a cidade natal de Augusto Ruschi (considerado o Patrono da Ecologia no Brasil e que terá seu centenário celebrado em 2015), o qual fundou o Museu de Biologia do município em 1949 (que seria transformado ainda em 2014 em Instituto Nacional de Mata Atlântica - no momento da entrevista em vias de concepção institucional e normatização). Assim, Santa Teresa está associada à preservação ambiental.

O município possui 40% de seu território coberto por mata atlântica preservada. Existe na localidade a Reserva Biológica Augusto Ruschi, de âmbito federal; a Estação Biológica de Santa Lúcia, mantida pelo Museu de Biologia em parceria com a UFRJ; e o Parque Natural Municipal de São Lourenço, fora as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN's).

O Turismo não foi planejado no município, tendo surgido a partir dessas características ambientais e histórico-culturais, além do legado preservacionista de Augusto Ruschi. A partir desta matéria-prima procurou-se essencialmente agregar valor a tais atributos, como o que ocorre com a gastronomia atualmente.

ORIGEM DO MOVIMENTO *SLOW*

Antes de comentar este tópico, Murilo ressaltou que trabalha na secretaria há sete anos, sendo o Secretário de Turismo e Cultura há apenas um ano (dando a entender que talvez não estivesse a par de todos os detalhes relacionados ao Movimento *Slow* no município). O processo de candidatura à condição de *Cittàslow* surgiu em Santa Teresa no ano de 2012. Nessa época havia uma ONG atuando no município com foco na potencialização do turismo, através da formação de circuitos turísticos, qualificação da mão-de-obra, detalhamento da oferta turística do município. Neste período, surgiu o interesse da Secretaria de Turismo e Cultura, a partir da reportagem do Programa “Globo Repórter” da TV Globo, de conhecer melhor a proposta das Cidades do Bem Viver, vinculadas ao Movimento *Cittàslow*. Iniciou-se uma ampla pesquisa sobre o tema, com apoio da ONG citada, o que culminou no envio de uma comitiva do município à Itália, aproveitando-se da origem étnica do município e do próprio Movimento *Slow*, procurando saber como o mesmo funcionava. Procuraram o idealizador do Movimento *Cittàslow*, Paolo Saturnini.

Trentini Nel Mondo, entidade SEDE dos Circolos Trentinos no mundo, promovendo assim a cultura italiana nas suas origens.

Algum tempo depois, o próprio Paolo veio a Santa Teresa e conheceu durante uma semana diversos projetos, avaliando alguns pontos ligados à obtenção da chancela do Movimento *Cittàslow*, como o processo de recolhimento de lixo, tratamento dos recursos hídricos, além de conhecer a realidade turística da localidade, como por exemplo o aproveitamento turístico ligado à produção de vinho; à questão ambiental; conscientização da população, apresentando um relatório dos pontos positivos e daqueles que precisariam ser melhorados, vindo como uma espécie de consultor (Paolo não era presidente da entidade na época), apadrinhando a candidatura de Santa Teresa.

Murilo enfatizou que já se trata de um grande passo o fato de um município se candidatar à chancela do Movimento *Cittàslow*, apontando que o mesmo está no caminho para obter a certificação.

ENVOLVIMENTO DO EMPRESARIADO E TERCEIRO SETOR

Paolo Saturnini, representante do Movimento *Cittàslow* que veio a Santa Teresa, acabou se envolvendo inicialmente com o grupo da ONG que trabalhou o desenvolvimento turístico do município. Contudo, se envolveu mais com as instâncias governamentais locais relacionadas aos requisitos exigidos pelo movimento, tais como: secretaria de obras, meio ambiente, agricultura (enfocando mais projetos ligados à agricultura familiar), turismo (enfocando mais a questão das tradições culturais).

O empresariado teria tido pouca participação, sendo os mais interessados aqueles relacionados à produção de vinho artesanal. No processo de interação com a comunidade local, foram realizadas – segundo Murilo – apenas duas reuniões de apresentação do Movimento *Cittàslow*, mostrando seus benefícios potenciais. A primeira ocorreu na própria Secretaria de Turismo, com ênfase nos empresários deste setor e a segunda na Casa da Cultura.

A comunidade geral, que pouco se envolveu na época, começa a despertar para a importância do turismo, ainda que essa percepção não seja unânime. Considera que apesar de poucos envolvidos, o público interessado mostrou-se bastante qualificado e engajado, a ponto de perguntarem sobre o andamento da candidatura do município até os dias atuais.

INTERESSE PELA CERTIFICAÇÃO

O interesse pela certificação permanece, com alguma evolução até 2013, quando representantes do movimento indicaram o interesse em visitar novamente a localidade. Contudo, houve um período de fortes chuvas naquele verão que trouxeram grandes prejuízos econômicos ao estado, incluindo a região de Santa Teresa, o que fez com que as prioridades orçamentárias mudassem e a interlocução esfriasse. Assim, desde 2014 houve uma ruptura de

comunicação com o Movimento *Cittàslow*, supostamente também por conta de alguma mudança interna ocorrida na Instituição.

Com isso, atualmente (setembro de 2014) o projeto encontra-se parado. Todavia, o município, mesmo sem a manutenção do contato com o Movimento *Cittàslow*, tem desenvolvido políticas públicas ligadas às recomendações da entidade, especialmente em iniciativas de valorização ambiental. Acredita que se fosse realizada outra avaliação da entidade na atualidade seria notada uma evolução nos itens requisitados pelo Movimento *Cittàslow*. Este teria, portanto, ajudando a definir as diretrizes de desenvolvimento e de gestão do próprio município.

Os valores sustentáveis seriam a base, inclusive, da gestão pública em nível estadual. Estaria ocorrendo um movimento de valorização da agricultura familiar no país, para evitar o êxodo aos grandes centros urbanos e por ser, na opinião do entrevistado, o principal responsável por levar alimentos à mesa da população brasileira. Tais incentivos estariam ligados ao aprimoramento de elementos estruturais, como acesso à internet, além do incremento da educação profissionalizante, como o exemplo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Teresa.

COMO FUNCIONA A CERTIFICAÇÃO

A princípio não é necessário o cumprimento imediato de todos os requisitos exigidos pelo Movimento *Cittàslow* (apenas de um percentual pré-estipulado), mas deve-se, ao menos, ter um projeto ou proposta de encaminhamento dos ajustes necessários aos aspectos ainda deficitários. Além disso, representantes do movimento seriam responsáveis pela interlocução com a governança local e pelo monitoramento dos indicadores periodicamente.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO

Murilo disse desconhecer tal necessidade, talvez porque o município de Santa Teresa não ter atingido tal estágio de negociação. Considera como ínfimo, contudo, o suposto investimento de R\$ 3.000,00 anuais comentados em consulta realizada informalmente junto à Secretaria de Cultura de Antônio Prado em janeiro de 2014, levando em conta os benefícios que a obtenção do selo do Movimento *Cittàslow* pode acarretar.

Considera que além do notório aspecto promocional do município, o mesmo passa a ser monitorado, o que exige uma responsabilidade de toda a comunidade local, tal qual os municípios considerados Patrimônio Mundial pela UNESCO. O entrevistado suspeita que a desistência de Antônio Prado esteja mais relacionada à dificuldade em arcar com os custos de adequação aos requisitos exigidos pelo Movimento *Cittàslow* e não a suposta taxa anual de vinculação à entidade.

QUAIS BENEFÍCIOS A CHANCELA TRARIA

Inicialmente a visibilidade de ser um município preocupado com a qualidade de vida de seus habitantes, tornando-o sustentável. Em seguida, os benefícios que a localidade obtém ao atender os requisitos exigidos.

O envolvimento e beneficiamento local passam a ser considerado inclusive um ponto bastante relevante de atratividade turística e de escolha da destinação por parte do turista, auxiliando a divulgação do município, especialmente no sentido de sua identidade e valor ambiental e cultural. Simbolizaria também a fuga do estresse dos grandes centros urbanos. Assim, a visita à localidade com o selo de qualidade *Cittàslow* representaria a própria busca de uma vida mais calma, tranquila e qualificada.

PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA

Crê, inclusive, que os turistas de hoje podem se tornar os moradores de amanhã, especialmente no período de aposentadoria, uma vez que a localidade estaria associada a questão de uma vida mais saudável. O perfil dos visitantes ao município também se transformaria, na opinião do entrevistado, a partir da adoção e manutenção dos preceitos do Movimento *Cittàslow*, indicados por seu selo de qualidade. Todavia, tal mudança seria mais no sentido de ampliar a atual demanda, formada por pessoas que buscam um destino mais tranquilo, que valoriza a qualidade gastronômica, de hospedagem, de lazer e da própria qualidade de vida. Algo que ofereça mais que a beleza natural. Crê que Santa Teresa já atende as necessidades deste tipo de público especialmente por conta de seu desenvolvimento ambiental.

Atualmente atende um turista com perfil mais aventureiro, mas tem interesse em atrair um público mais escolarizado, qualificado economicamente, mas que mantenha preocupações sustentáveis. Para tal, pensa ser necessária a qualificação de Eventos e do próprio trade turístico, propiciando experiências tranquilas e ao mesmo tempo requintadas, tendo interesse em atender tanto os aventureiros quanto os refinados, imaginando que esta é a tendência para o turismo no município.

Em relação a origem do público, considera que a maioria é proveniente do próprio Espírito Santo, seguidos de turistas oriundos da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, estados limítrofes, além de São Paulo. Acha que a chancela do Movimento *Cittàslow* pode diversificar a origem do público visitante, especialmente provenientes do exterior (atualmente recebe muitos ecoturistas e pesquisadores italianos e norte-americanos), que vive e busca a filosofia *slow*. Novamente ressalta que o perfil dos turistas não deve se transformar tanto, mas sim a quantidade e o alcance geográfico dos mesmos.

Santa Teresa ainda é pouco conhecida no Brasil e no exterior. Seria preciso correr atrás do que os destinos estrangeiros estão fazendo em relação à certificação (Como aproveitam? Em quais aspectos inovam?).

RESULTADOS DA CERTIFICAÇÃO

Devem ocorrer a médio prazo, em consonância com a própria proposta do Movimento *Cittàslow*. Acha muito difícil uma cidade obter a chancela num primeiro momento, já que a ideia é justamente ajustar as diretrizes de desenvolvimento aos preceitos das Cidades do Bem Viver. Na sua opinião, o Projeto *Cittàslow* tem como objetivo mudar a realidade local. Crê que o objetivo do *Slow Movement* International não é o de identificar cidades com perfil adequado para seguir seus preceitos. Na realidade, a ideia é a cidade perceber sua consonância com os ideais do projeto e se propor, a partir de então, a abraça-los.

Apesar de ser um projeto de implementação a médio e longo prazo, Murilo, enquanto representante da Secretaria de Turismo, pretende retomar isso em breve, até para avaliar em que ponto o município já conseguir chegar.

Também acha que o projeto não morre, já que depende de constante monitoramento. Acha que as políticas estratégicas devem ser contínuas e sempre que possível ampliando e melhorando suas ações.

RETOMADA DE CONTATO

Quem trouxe o projeto para o município foi a Secretaria de Turismo (a ida à Itália, a vinda do consultor Paolo, foi dentro do orçamento da secretaria). E quer retomar. Tem pavor de projeto inacabado. Contudo, ele precisa novamente fazer aquele trabalho de integração com outras secretarias, sendo a Secretaria de Turismo Estadual o link para gestão e monitoramento do projeto em Santa Teresa.

CONCORRÊNCIA NO BRASIL

“Caso algum município obtivesse a chancela atrairia a atenção de outros?” Acredita que sim. Mesmo porque passaria a ter uma chancela da entidade aqui no Brasil.

Caso isso ocorresse até o Governo Federal deveria dar uma atenção ao projeto, funcionando como um articulador, um mobilizador, até mesmo porque eles têm estatisticamente aqueles municípios que já estão em um grau mais elevado de planejamento e sustentabilidade.

Com a certificação de uma cidade no Brasil você passaria a criar uma rede local. Até como referência a outras localidades isso tornaria as coisas mais fáceis, pois atualmente as referências principais vêm da Itália.

PRINCIPAIS ENTRAVES

Talvez não conseguir sensibilizar todos os envolvidos no processo, como por exemplo uma secretaria municipal que coordenasse uma das ações prioritárias do projeto e ela não se engajasse para tal, ou o empresariado não se envolver da forma que poderia, deveria. A falta de envolvimento, dedicação e de entender a importância do projeto. Fora isso, acha que não existiriam maiores problemas. Recurso, por exemplo, não é problema.

Mudança de governo poderia atrapalhar, uma vez que um gestor pode identificar como uma bandeira de um adversário que governou anteriormente e a partir daí não segue com o projeto.

O SELO É NECESSÁRIO

O selo serviria para mostrar que você tem. “A filosofia é importante de ser seguida, mas é necessário também validar através do selo. Não basta mostrar que está no caminho da sustentabilidade (ainda que isso já seja um resultado muito importante), é preciso comprovar isso, com a chancela de um grupo de pesquisadores e um grupo gerencial”.

Segundo o interlocutor, tal selo não é garantir qualidade de vida, mas as ações que o município fez para garantir o selo gerariam qualidade de vida para a localidade. Mesmo que não se busque a certificação, sua adoção é válida como diretriz de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

Quando se obtém a certificação junto a ela viria uma responsabilidade permanente que é da população como um todo, nas mínimas ações que estiver realizando, o que representa algo que vai ter um peso.

Mas a gestão existiria para isso, direcionar o desenvolvimento, gerando aquilo que se compreende como benéfico à localidade.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Murilo se colocou à disposição para enviar material referente à candidatura de Santa Teresa ao Movimento *Slow*.

“O Governo Estadual tem uma proposta de incentivo de participação dos municípios no Projeto Cidades Criativas. São 25 cidades contempladas no Espírito Santo, sendo Santa Teresa uma delas”. Até onde sabe a proposta é encampada pela Secretaria Estadual de Planejamento em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo, sendo um de seus eixos o Turismo e a Gastronomia. Tem um foco meio parecido com o Projeto *Cittàslow* pelo que já ouviu falar, o que indica que têm ocorrido ações de outras instâncias governamentais que têm caminhado nessa linha de desenvolvimento sustentável, com objetivos parecidos e resultados semelhantes, facilitando a certificação. Um exemplo seriam, de acordo com o entrevistado, os termos de compromisso ambiental (TCA). Há também os programas de agricultura, os quais

seguem a mesma linha do Movimento *Cittàslow*. Este ano é o ano internacional da agricultura familiar.

Atrativos: Museu de Biologia, Casa Lamberti (residência mais antiga do município – 1876, remetendo a estrutura inicial dos imigrantes no estado, sendo um bem público adquirido junto à iniciativa privada), Rua do Lazer (em processo de tombamento ao lado da Igreja Matriz, abrigando os mais importantes imóveis de Santa Teresa em termos de importância e conservação histórica, tem bons bares e restaurantes, juntando a gastronomia com a cultura e a história, a Praça Augusto Ruschi, data de 1936, nos moldes dos jardins europeus, sendo toda de areia com canteiros de flores, no caminho para o Museu de Biologia, a própria Igreja Matriz que é centenária, que remete à arquitetura italiana.

Na parte rural há mais empreendimentos privados, com o Circuito Caravaggio encabeçando o Agroturismo, encontrando o primeiro espumante capixaba, as vinícolas (sendo a Marcello a maior do estado), rampa de voo livre com vista panorâmica, sucos caseiros e a gastronomia, radar do CINDACTA – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (com agendamento).

Os eventos são mais fortes na alta temporada, que ocorre no inverno. Os principais são o Festival Internacional de Jazz, que está na terceira edição. Evento de maior gasto médio de turista do estado. Junto ao de Domingos Martins são os principais festivais de música do Espírito Santo. Ocorre entre o final de maio e o início de junho em parceria com o Festival de Jazz de Rio das Ostras. Depois vem a Festa do Imigrante Italiano no mês de junho, que comemora a data de 23 de junho, quando ocorreu a distribuição dos lotes, promovendo a cultura italiana através da culinária e de apresentações culturais durante dez dias.

Há a Festa da Uva e do Vinho que ocorre em agosto, divulgando sua produção na localidade e incentivando o Agroturismo. Depois há eventos mais específicos e espalhados durante o ano, como o Encontro de Carros Antigos (maior do estado), Encontro de Motoclubes (mês de junho), Festival Gastronômico (final de setembro), para 2015 há a ideia de um Festival Regional de Gastronomia, envolvendo 25 municípios. E em março de 2015 deve surgir um evento intitulado “Santa Teresa: gastronomia e arte”.

Próximo ao natal há apresentações musicais de orquestras, faculdades de música do Espírito Santo, apresentações de dança, teatro, na Igreja Matriz, Rua do Lazer, Casa da Cultura. Há também o Caminho do Imigrante (01/05), saindo de Santa Leopoldina pelo caminho que os imigrantes faziam, indo até Santa Teresa (3500 participantes, admirando a paisagem e a importância ambiental e histórica do trajeto).

4.4.2 Antônio Prado: Maria Claudete Rodrigues Graziotin – representante municipal na candidatura do município ao Movimento *Cittàslow* em 2001

HISTÓRIA/ECONOMIA/TURISMO

Antônio Prado foi a última cidade da Serra Gaúcha com colonização italiana que teve acesso ao “progresso”, pois não tinha acesso por estrada asfaltada. Por isso, preservou de modo muito forte todas as características da imigração, algo que em outros municípios foi se perdendo. Contudo, quando o asfalto chegou, passou-se a despertar o interesse pela cidade, acentuado pela iniciativa de um morador, de transformar as edificações baseadas na arquitetura italiana em um atrativo da cidade, buscando-se a partir de então um processo de tombamento desse patrimônio.

Em cima disso, os demais proprietários passaram a buscar o mesmo, a partir do encantamento de arquitetos vindos de outras localidades, abrindo os olhos dos moradores em relação ao potencial (trata-se de um conjunto de 48 casas próximas com o mesmo estilo arquitetônico tradicional, algo que não existe em outras localidades).

O IPHAN fez os tombamentos e classificou esse conjunto de edificações como patrimônio histórico nacional.

A partir de então houve uma polêmica, pois as pessoas não estavam preparadas para isso, isto é, verem os imóveis do centro da cidade serem tombados, o que gerou um atrito no sentido de não poder realizar qualquer intervenção nessas construções sem o aval do IPHAN, gerando um efeito negativo de descontentamento de parte da população.

Segundo Claudete, isso ocorre, pois o italiano não se conforma em não ser dono de seu patrimônio, que na virada do século pensava em modernizar suas edificações, mas não puderam mais fazer isso em virtude do tombamento. As casas de madeira demandam um trabalho complexo de conservação, sem ter a perspectiva do que fazer com aquilo. Não era uma cidade turística até então, e sim eminentemente agrícola.

Neste contexto, tentou-se uma alternativa de desenvolvimento do turismo para que os moradores que fossem proprietários das edificações pudessem explorá-las de modo mais interessante, surgindo a ideia de adesão ao movimento das *Cittàslow*, no ano de 2001.

Claudete participou do processo já em andamento.

Contudo, quem começou esta aproximação com o Movimento foi o Sr. Jorge Onassai (o qual não pôde ser contatado à realização do presente trabalho), médico que começou a fazer um trabalho de desenvolvimento turístico no município, trabalhando as pessoas para mudar a mentalidade em relação ao tombamento. Ele começou a fazer os contatos com a

prefeitura, a qual se mostrou sensibilizada, mas a população não aceitava, a ponto de buscar reverter alguns tombamentos.

Claudete viu as notícias sobre a tentativa de sensibilização do Dr. Onassai nos jornais gaúchos e voltou à sua cidade natal, Antônio Prado, para ajudá-lo. Seu pai já havia sido prefeito da cidade duas vezes e vislumbrava o desenvolvimento turístico da mesma.

Assim, Claudete resolveu abraçar esta causa, tendo como pano de fundo a oportunidade que o Projeto *Cittàslow* poderia trazer. O Dr. Onassai prontamente aceitou, especialmente porque Claudete era nascida lá e conhecia bem os problemas da localidade. Atualmente ele mora em Washington, EUA, onde trabalha e vem eventualmente ao Brasil. Na época ele era o Presidente do Movimento *Slow Food* no Rio Grande do Sul. Pois o processo começou com o *Slow Food*, sendo o *Cittàslow* seu desdobramento urbano, segundo a entrevistada.

Inicialmente o critério fundamental era ter menos de 50 mil habitantes para se candidatar a ser uma *Cittàslow*, mas com o tempo seus representantes estão percebendo que as capitais têm aderido aos seus preceitos com mais força que as pequenas cidades. O Dr. Onassai nunca ocupou cargos públicos, apenas queria aproveitar o tombamento das edificações tornando-as atraentes a seus proprietários, usando como pano de fundo o desenvolvimento turístico que o Movimento *Cittàslow* poderia acarretar.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

A entidade governamental local que se encarregou de trabalhar em cima da proposta de envolvimento de Antônio Prado com o Movimento *Cittàslow* foi a Secretaria de Cultura e Educação. Em seguida foram feitas reuniões com a Câmara de Vereadores para explicar o que era o Movimento, qual era o potencial, o que era necessário.

Vale lembrar que, segundo Claudete, a partir da ECO-92 surgiu em Antônio Prado o movimento de Agricultura Ecológica, pioneira no país naquela oportunidade, e que tem reconhecimento mundial e regional até hoje, o que pode ser observado através de entidades como a AECIA – Centro Cooperativo de Agricultura Ecológica.

Considerava-se a cidade com o perfil para o *Cittàslow*, ainda mais porque havia um convênio com uma ONG sueca chamada “Amigos da Terra”. Esta trazia pessoas de diversos países para instrumentalizar princípios ecológicos em uma fazenda doada por um de seus membros. Antônio Prado seguia as recomendações dessa ONG e estava 10 anos na frente de outras localidades brasileiras no âmbito da agricultura ecológica.

Contudo, a entrevistada considera que a houve uma falha de comunicação dos participantes do Movimento *Slow Food* em todo o Brasil ao lançar-se na mídia a proposta do

Movimento *Cittàslow*, uma vez que foram traduzidas como “Cidades Lentas” ou “Cidades Devagar”. Com isso, a população local, já incomodada com a questão do tombamento, passou a questionar este título, pois isso significaria, na sua interpretação, a ideia de uma cidade atrasada, que não iria progredir.

“Já somos parados, já estamos atrasados, não queremos isso”, diziam boa parte dos moradores. Portanto, foi muito difícil fazê-los compreender que não era este o espírito, mas sim o espírito que a própria população já tinha, que era a coisa da preservação da agricultura, o patrimônio histórico tombado, a hospitalidade, a excelente gastronomia, enfim, todos os elementos requisitados para obter a chancela do Movimento. Só faltava assimilar isso e começar a vender. Mas acabaram não entendendo. Fixaram-se na ideia de cidade lenta, devagar, mesmo com as reuniões de sensibilização e conscientização.

A propaganda usando o termo e a ideia de cidade lenta teria sido a grande responsável pelo fracasso da iniciativa. Tanto é que a população zombava do caracol, símbolo do movimento, como algo sempre atrasado e lento. “Nós não queremos ser lesmas”.

Claudete foi à Câmara dos Vereadores, até pelo capital político que seu pai deixara de legado. A Prefeitura e a Câmara acabaram aceitando, tanto é que acabaram fazendo a primeira Carta de Intenção de recebimento do Certificado do Movimento *Cittàslow* dentro do Brasil. Isso chegou a ser concedido para o município (em 2001).

Foram enviados representantes do Movimento *Cittàslow* a Antônio Prado para o oferecimento da chancela provisória. Contudo, faltou o último passo para ganhar o título definitivo: passar por uma auditoria do Conselho Internacional do Movimento *Cittàslow*. Faltou a formalização do município de se comprometer a seguir o estatuto do Movimento e pagar as taxas relativas à adesão da marca.

Não eram valores extraordinários, de acordo com a entrevistada, mas as prefeituras viviam um período de contenção de despesas e Antônio Prado alegou falta de verbas. Mesmo assim foi concedida a Carta de Intenção para que a prefeitura estudasse a possibilidade de reverter este impeditivo. Chegaram a permitir a utilização do selo do *Cittàslow* por um tempo.

A alegação da Prefeitura é que não havia dinheiro, não sabiam direito como proceder e que não haviam pessoas preparadas para isso. Além disso, durante as negociações houve eleição municipal e o grupo político que estava no poder foi derrotado. A nova gestão preferiu priorizar outras iniciativas de parceria, como com o Projeto Monumenta do IPHAN. Aos poucos a iniciativa foi perdendo força até morrer.

Contudo, Claudete alertou que o município continuava usando o selo de *Slow City* mesmo abrindo mão de seguir formalmente seus preceitos, sem ter concluído o processo. As empresas também começaram a usar a marca, também de forma indevida.

EVOLUÇÃO DO TURISMO

Contudo, o empresariado e a comunidade local não se aperceberam das oportunidades que viriam a partir da adoção da marca.

Claudete e algumas pessoas ainda buscaram trazer os Grupos de Convívio, explorando a gastronomia, ensinando a montar os restaurantes para o Turismo, forçando cursos de capacitação do SENAC e entidades similares, porém, sempre por iniciativa do poder público. Alguns poucos entenderam e passaram a usar o selo, sendo ensinados a mostrá-lo em embalagens, etc. Isso deu repercussão nos negócios. Contudo, quando foram obrigados a retirar a marca, sentiram.

Claudete foi a Ovietto, sede do movimento na Itália, e levou todo o material de Antônio Prado, e mostrou que o município estava usando indevidamente a marca. A entidade queria saber o motivo pelo qual Antônio Prado não deu sequência na iniciativa e se prontificou a fazer contato. Neste meio tempo, o principal interlocutor do município, Dr. Onassai, se afastou do processo por motivos pessoais.

Assim, Claudete, que apenas auxiliava, não podia fazer muito mais, pois também não ocupava nenhum cargo político. Um exemplo de sua cooperação voluntária foi o fato de ter pago o coquetel de recepção do representante do movimento quando da assinatura da Carta de Intenções, devido a alegação da Prefeitura de falta de verbas.

Depois disso tudo, o município perdeu a Escola de Gastronomia, o Museu do Pão que foi para localidade próxima, entre outras oportunidades de desenvolvimento. Todavia, se o município tivesse concluído o processo e se inserido de fato no movimento, estaria dez anos à frente dos demais municípios brasileiros. Isso representou grande angústia e tristeza pessoal. O uso indevido da marca durou sete anos.

Contudo, por e-mail, os representantes do Movimento, mesmo após o fracasso das negociações de 2001, se prontificaram a retomar as tratativas, ressaltando que se o problema fosse financeiro também poderiam fazer algum tipo de acordo. Claudete encaminhou isso à Prefeitura, mas não houve retorno. Suas tentativas ocorreram até 2011.

Sua conclusão é de que havia um problema político nessa história, no sentido de conflito de interesses.

POTENCIAL TURÍSTICO

Acha que, mesmo com tudo isso, Antônio Prado ainda tem total potencial de se envolver com o Projeto. É uma cidade que tem a filosofia da Agricultura Ecológica e um Patrimônio Cultural preservado e tombado.

A questão seria que a maioria das pessoas não percebeu que isso poderia ser uma oportunidade mercadológica, ou seja, de aumento de lucro para seus negócios. Também não se empreendia, por não se acreditar no Turismo.

Claudete bateu na tecla da necessidade de execução de um Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, a qual finalmente começou a ser realizada em 2014. Julga ser necessária uma articulação, um conjunto de iniciativas. Por exemplo, a criação de um meio de hospedagem mais qualificado para receber visitantes. Só existem meios de hospedagem semelhantes a pensões familiares na localidade, em sua opinião.

Os gestores turísticos não enxergariam oportunidades nos cursos de capacitação, como os ofertados pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Também não despertaram para a valorização do ato de servir. Acha que os italianos gostam muito de mandar.

Crê que somente com empreendedores de fora poderiam incrementar os equipamentos turísticos do município. Apenas na vida noturna houve uma iniciativa, com um bar em formato de *Pub* na Casa de Pedra. São empreendedores jovens que estudaram fora e trazem as ideias de volta à cidade natal. Contudo, eles não têm o dinheiro para empreender, algo que acha que viria se o *Cittàslow* vingasse.

O PDDT – Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico - não trata, contudo, do *Cittàslow*. O principal evento da cidade hoje, é a FENAMASS – Festival Nacional da Massa. A, feira que trata de massas e que mexe com cultura, gastronomia, história e ocorre na Praça principal do município, no Centro Histórico. Contudo, tem os produtos orgânicos, ecológicos, mas sem o selo do Movimento *Cittàslow*. Há uma Festa Italiana que vem sendo aperfeiçoada a cada ano que atrai visitantes de outros estados, ainda que a maioria seja de visitantes regionais e de Porto Alegre. Este evento atrai cinco mil visitantes, mesmo com apenas duas pousadas na cidade. Contudo, não há maiores atrações para os visitantes. Falta capacitação e estrutura, especialmente de leitos. Falta também agências de receptivos, ônibus ou veículos locais para passeios e itinerários turísticos.

Em 2001, por exemplo, chegou-se a fazer um roteiro regional chamado Caminhos do Imigrante, que foi esquecido. Acha que os gestores estão, desde então, regredindo nas iniciativas de desenvolvimento turístico. Somente em 2014 parece que as iniciativas estão sendo retomadas, a partir da consolidação dos roteiros integrados, especialmente de caráter

rural, que é o espírito da cidade, ao contrário de Tiradentes que segundo a interlocutora tem outra vocação.

Apesar de tudo, Claudete mostra-se otimista quanto a retomada do movimento *Cittàslow* e ao próprio desenvolvimento turístico de Antônio Prado. Acha que a população, especialmente jovem, está mais preparada para entender e aceitar as mudanças preconizadas pelo Movimento, na comparação com o que aconteceu na década anterior.

Falta um pouco mais de recursos (financeiros, humanos, estruturais) que propiciassem ao município um pouco mais de preparo e sofisticação para receber turistas.

Acha que o IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - poderia ajudar na articulação de um turismo melhor, com profissionais mais qualificados (ex. incentivo à escola de restauração em madeira, que é o tipo de material das edificações típicas da localidade). Mas novamente faltam recursos ou um bom projeto que conseguisse captar recursos para dinamizar o patrimônio do município. Não sabe se deve ser uma iniciativa pública ou privada. Sente o problema, mas não sabe como solucioná-lo.

A cidade precisa corrigir a poluição visual (já foi feita a fiação subterrânea depois do filme “O Quatrilho”, que foi filmado em Antônio Prado). É preciso ser notado pelos empreendedores o potencial de retorno financeiro.

Por fim, indicou o contato do vice-prefeito da época da candidatura, em 2001, que chegou a ir para a Itália para conhecer a aplicação dos preceitos do Movimento *Slow* em cooperativas vinícolas. Seu nome é Volmir Forlin, o qual hoje trabalha como empresário desse setor usando as bases do *Slow Food*.

A cidade, resumindo sua análise, tem potencial, é uma questão de ter as pessoas certas, nos lugares certos, trabalhando.

4.4.3 Tiradentes (MG): Ralph Justino – Prefeito Municipal

HISTÓRIA/ECONOMIA/TURISMO

Tiradentes tem 303 anos agora, mas era uma cidade que estava um pouco esquecida até os anos 1970, por causa do desenvolvimento de São João Del Rey. De certa forma, isto foi positivo, à medida que manteve a cidade de Tiradentes preservada.

A partir dos anos 1970 a cidade se modificou e passou a se preparar para o Turismo, graças a pessoas como Yves Alves, da TV Globo, Dona Vivi Nabuco, os quais começaram a restaurar alguns imóveis antigos do município. Criaram a SAT – Sociedade Amigos de Tiradentes, a qual conseguiu alguns recursos. O Seu João Passos também foi importante pois

há 40 anos atrás montou o Hotel Solar da Ponte, próximo à ponte de pedra, o qual já mostrou certo requinte, direcionando de certa forma o perfil de visitantes que a cidade poderia ter.

Segundo Ralph, busca-se em Tiradentes o que se chama de “Turismo de Raridade”, de qualidade, com pessoas que respeitam o patrimônio.

Nos últimos 20 anos houve um desenvolvimento turístico muito grande. Nos anos 1990 o entrevistado, atual prefeito municipal de Tiradentes, era o Secretário de Cultura e Turismo do município, criando o Festival de Gastronomia e a Mostra de Cinema, dois eventos que deram visibilidade grande para Tiradentes, e que acabaram trazendo um público melhor e mais direcionado, por terem a característica de eventos culturais, que sempre foi o segmento prioritário para Tiradentes. Crê que atualmente Tiradentes apresenta o patrimônio histórico mais bem preservado do interior do Brasil.

PREFEITURA

Está há um ano e meio no cargo, com uma preocupação com a questão da sustentabilidade. Começou o processo de coleta seletiva de lixo recentemente, assim como está em vias de extinguir o lixão municipal.

Vai abrir uma licitação para retirar o calçamento do Centro Histórico, acertar o piso e voltar com ele mais harmonioso, para que as pessoas possam andar com mais facilidade, e a partir de então proibir que os automóveis circulem nos finais de semana no centro da cidade.

MOVIMENTO *SLOW* – O INÍCIO DO PROCESSO

Isso começou de certa forma com o *Slow Food*. O entrevistado, como coordenador do Festival Gastronômico, teria começado a ouvir falar desse movimento durante a terceira edição do Evento em Tiradentes, passando a considerar tal tendência interessante. A partir de então, trouxeram o filho do fundador do Movimento *Slow Food* na Itália, Carlos Petrini.

Depois de um tempo, um senhor de origem japonesa, cujo nome não se recorda e que era representante do Movimento *Cittàslow* no Brasil procurou Tiradentes. Este homem é do Rio Grande do Sul e reside nos EUA atualmente (tal referência foi citada pela entrevista de Antônio Prado, conforme exposto, e se trata do Sr. Onassai).

Passou a visitar o Festival Gastronômico do município e articular o envolvimento de municípios brasileiros com o Projeto das Cidades do Bem Viver.

A partir disso, Tiradentes chegou a receber uma placa de certificação do Movimento *Cittàslow*, ao lado de Antônio Prado, no ano de 2001.

Tiradentes não recebeu, contudo, nenhum documento oficial. Ralph acompanhou o processo na época pela imprensa e com o citado representante brasileiro do movimento, para saber qual perfil a cidade deveria ter para obter tal chancela, tal como ser uma cidade

pequena, com pouco movimento de tráfego de carros, essa preocupação do governo local em querer fechar o centro histórico para veículos, ser uma cidade que cuide do meio ambiente, que tem uma preocupação com um turismo de qualidade, que tenha um movimento tranquilo, sem obter algo mais concreto e objetivo.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

Não houve envolvimento da comunidade tampouco do empresariado. Somente o setor público.

POR QUE NÃO DEU CERTO?

Depois que o entrevistado Ralph Justino, Secretário de Cultura e Turismo de Tiradentes em 2001, saiu do cargo o processo parou. Houve uma ruptura de comunicação. Gostaria de obter os contatos dos representantes da entidade para poder retomá-los.

PERSPECTIVAS

Gostaria de retomar a discussão acerca da candidatura de Tiradentes. O município estava empossando em setembro de 2014 – período da entrevista – uma nova Secretária de Cultura e Turismo para se envolver com isso.

Ocorre que o município acabou se focando muito na questão gastronômica nos últimos tempos, tornando-se um polo gastronômico importante, a ponto de estar prestes a receber o título da UNESCO da Cidade Criativa da Gastronomia (apenas 05 cidades no mundo possuíam este selo até então). Funciona na mesma sistemática do Movimento *Cittàslow*, isto é, existem requisitos a serem cumpridos e se o município dá conta de atendê-los recebe um selo de certificação.

No caso da Gastronomia, Ralph considera que o município está em boas condições para concorrer, uma vez que possui sete restaurantes com estrelas destacadas pelo Guia 04 Rodas, sendo a quinta cidade com mais restaurantes nessa condição (muito mais que a maioria das capitais), têm o Festival de Gastronomia, a Feira Gastronômica, Banquete da Inconfidência, enfim, várias ações gastronômicas que já acontecem e que estão surgindo, como a futura Rota do Sabor, que vai ajudar a fortalecer Tiradentes como polo gastronômico e à obtenção desse título.

CONSEQUÊNCIAS DA OBTENÇÃO DE CHANCELAS

“O Turismo hoje é muito disputado em todo o mundo. Há destinos fantásticos em toda parte. Portanto, quanto mais você posiciona a cidade para um tipo de público que você deseja isso é importante. Neste sentido, o Movimento *Slow Cities* seria muito importante, para consolidar a imagem da cidade no sentido de respeito à qualidade de vida de seus habitantes”.

Por isso, o entrevistado ressaltou querer receber todas as informações referentes à pesquisa da dissertação, especialmente no sentido de saber quais cidades já possuem o selo de certificação, quais são os contatos, o que precisam fazer para retomar este caminho.

“Nós estamos caminhando também para o lado da sustentabilidade, para ser uma “Cidade Verde”, além da coleta seletiva e do fim do lixão, vão limpar o esgoto do Ribeirão Santo Antônio, pretendem criar uma estação de tratamento de esgoto, até o final do mandato pretende ser a primeira cidade histórica brasileira com 100% do esgoto tratado”.

Assim, segundo o entrevistado, há boas chances de ampliar o perfil já qualificado de visitantes, reforçando a imagem de uma cidade sustentável. Trazer mais visitantes nem é o intuito do município. A maior preocupação atual é trazer movimento de turistas durante a semana. Isso porque a cidade já tem um bom movimento nos finais de semana a ponto de não buscar criar novos eventos nesses períodos para atrair visitantes.

INICIATIVAS DA PREFEITURA

A partir de janeiro vai municipalizar o trânsito no sentido de adequar às exigências do Movimento *Slow City*. Pensa que já estão se preparando com avanços no sentido dos preceitos do movimento para quando retomarem o contato já estarem em melhores condições de pleitear a chancela, algo que pretende fazer no primeiro semestre de 2015.

ENTRAVES

“O maior problema é ter agentes capazes de controlar o trânsito, criar bolsões de estacionamento afastados do centro. Além disso, a sensibilização do turista, pedindo para deixarem os carros nas pousadas. Por fim, a divulgação na mídia, especialmente espontânea”.

COMO PERCEBE O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E DO EMPRESARIADO

Há 20 anos isso seria um problema. Todavia, neste período, a população, em sua opinião, tem percebido que o caminho de desenvolvimento é baseado na sustentabilidade.

4.5 Análise dos resultados das entrevistas

Considerando os objetivos essenciais do levantamento de campo supracitado, que envolvem a compreensão mais adequada dos processos não exitosos de candidaturas dos municípios de Santa Teresa (ES), Antônio Prado (RS) e Tiradentes (MG) à chancela do Movimento *Cittàslow*, a partir da opinião de representantes governamentais direta e indiretamente envolvidos com tais candidaturas e/ou com a gestão turística municipal, apresenta-se a seguir a síntese analítica dos desafios e perspectivas de aproveitamento do *Slow Travel* nas localidades em questão:

4.5.1 Santa Teresa (ES)

O contato realizado com o Secretário de Turismo de Santa Teresa (ES) foi muito proveitoso, em virtude de grande interesse e conhecimento demonstrado pelo interlocutor sobre o assunto. O Sr. Murilo destacou que o município já é consolidado turisticamente em termos regionais, mas que precisa ser mais divulgado e reconhecido em termos nacionais e internacionais. Considera-se tal ponto de vista pertinente, desde que haja uma preocupação com o crescimento ordenado da atividade turística, a partir de uma filosofia sustentável.

O entrevistado considerou que a candidatura à chancela ainda está em curso e se trata de um processo de médio prazo, em que as ações e informações devem se consolidar aos poucos. Tal percepção é holística e adequada, à medida que prepara o município de modo mais assertivo e maduro não só para a obtenção do selo, mas para sua manutenção.

Um exemplo da necessidade de maturação da filosofia foi a citação do Sr. Murilo em relação ao envolvimento da comunidade local com o Turismo, a qual considerada ainda tímida, díspar, mas em crescimento de interesse.

O Sr. Murilo tem a correta percepção de que a obtenção do selo gera vantagens promocionais práticas, as quais ajudam a consolidar a filosofia *Slow* entre os atores turísticos locais. Em outras palavras, a maior visibilidade do município permitirá a busca efetiva de práticas e modelos sustentáveis de desenvolvimento.

Considera que há espaço para os dois perfis de público principais teoricamente interessados em visitar uma destinação chancelada pelo Movimento *Cittàslow*: os aventureiros com perfil econômico restrito, que atualmente abrangem a maioria dos visitantes, e aqueles de maior escolaridade e ambientalmente conscientes, que apresentem, por sua vez, maiores possibilidades econômicas. Isto estaria de acordo com o principal democrático e plural da filosofia *slow*, ainda que tal conflito de classes seja historicamente uma barreira de diversificação da demanda turística no Brasil.

Por fim, considera fundamental uma articulação com instâncias governamentais diversas, como municípios vizinhos e entidades estaduais e federais, ressaltando que o principal risco de desenvolvimento da política pública sintonizada ao Movimento *Slow* seria a mudança das lideranças governamentais. Isso corrobora com o histórico imediatista e imediatista predominante na estrutura política pública do país.

4.5.2 Antônio Prado (RS)

A Sra. Claudete mostrou-se muito prestativa, esclarecida e engajada com o desenvolvimento local sustentável e com as potencialidades do Movimento *Slow*.

Na sua contestação, destacou o fato do Turismo ter nascido por meio de iniciativa visionária oriunda da comunidade, mostrando que nem sempre as iniciativas de desenvolvimento devem vir e serem lideradas por instâncias governamentais oficiais. Ressaltou, contudo, que parte da população se mostrou contrária ao tombamento do casario do Centro Histórico, por não perceber e reconhecer a importância e potencialidade de aproveitamento cultural e turístico da iniciativa promovida pelo IPHAN, décadas atrás.

Descreveu ainda o engajamento pessoal do Sr. Onassai na tentativa de sensibilização e mobilização comunitária e governamental em relação ao *Slow Movement*. Sua posterior ausência do município, associada a resistência de muitas pessoas e às disputas políticas locais teriam arrefecido a candidatura, fazendo-a minguar na alvorada do presente milênio.

Além disso, o setor governamental de turismo não foi reconhecido como legítimo interlocutor do estabelecimento da parceria com o Movimento *Cittàslow*, em 2001, algo que ficou a cargo da então Secretaria de Cultura e Educação municipal. Essa desarticulação organizacional, associada a ausência de priorização instituição da área de turismo, certamente prejudicaram a candidatura – algo que pode se repetir em outras localidades potencialmente aptas a receberem a citada chancela. Claudete destacou que o município possui pioneirismo e reconhecimento internacional de sua agricultura ecológica, o que certamente representa uma oportunidade de conscientização e desenvolvimento genuinamente sustentável e, por conseguinte, possibilidade maior de adesão ao Movimento.

Considerou a tradução literal do termo *Slow Travel*, como Turismo/Viagem Lenta/Devagar um aspecto promocionalmente bastante negativo, dando uma conotação para muitos de atraso, letargia e ineficiência.

A interlocutora ressaltou ainda a falta de compromisso mútuo dos envolvidos no processo da candidatura, seja pela falta de garantia de busca do cumprimento dos requisitos exigidos pelo *Cittàslow*, bem como pela falta de cobrança deste em relação a prazos e ações (ainda que, deva ser considerado, neste aspecto, uma peculiaridade cultural comum em países desenvolvidos, em que se supõe que, na maioria dos casos, as regras e mecanismos instituídos são simplesmente assimilados e cumpridos, não necessitando de um processo gerencial paternalista, tão comum em território brasileiro). Porém, o uso indevido da marca por sete anos por parte do município – especialmente seus empresários turísticos – revela considerável descaso de ambos os lados.

Ademais, as mudanças governamentais e restrições orçamentárias também foram enfatizadas como questões inibidoras da consolidação da parceria institucional entre prefeitura e Movimento. Tal ameaça parece ainda mais presente nos dias atuais, pelo recente ajuste fiscal e aperto monetário instituído pelo governo federal brasileiro, complementado pela forte crise política e institucional em vigor no país e pela perspectiva próxima de fim do processo de reeleição, tornando a rotatividade executiva governamental mais constante).

Por último, apontou que o processo de planejamento estratégico urbano e turístico municipal tem se fortalecido, através de ações concretas como a execução recente do Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico, iniciado em 2014, ainda que este balizador, a princípio e segundo a citada entrevistada, não estivesse contemplando qualquer discussão sobre a retomada da candidatura do município à obtenção da chancela do Movimento *Cittàslow*.

Concorda-se com sua análise, uma vez que boa parte dos pequenos municípios rurais brasileiros possui baixa escolaridade e acesso a informação, o que torna necessária uma ação educacional mais efetiva, bem como uma readequação das terminologias, àquilo que a população local, tanto receptora como potencial consumidora, tende a valorizar mais. Assim, sugere-se, inclusive, a adaptação semântica do termo, para algo como Turismo Bando, Pleno, Real, Consciente e/ou Inteligente, além do óbvio termo Sustentável.

4.5.3 Tiradentes (MG)

O interlocutor, Sr. Ralph, mostrou-se muito objetivo, articulado e esclarecido acerca tanto da realidade turística passada e presente do município, quanto em relação à candidatura local à chancela do Movimento *Cittàslow* – algo justificado pelo fato do próprio ter sido o Secretário de Turismo Municipal no ano de 2001, quando ocorreu a tentativa de certificação.

Destaca-se na entrevista o fato, primeiramente, do uso do termo “Turismo de Raridade”, para caracterizar a identidade mercadológica turística de Tiradentes. Isso dá uma conotação de valorização de aspectos exclusivistas, mais associados a um perfil elitizado de visitantes, mas não necessariamente desvinculado àqueles de perfil psicográfico alocêntrico e que buscam atrativos e experiências não-convencionais.

Durante sua análise sobre o fracasso da candidatura iniciada em 2001, criticou a falta de respaldo técnico e de comunicação com os representantes do Movimento *Cittàslow*, os quais teriam apenas enviado uma placa certificando a localidade como “Cidade do Bem Viver”, sem, no entanto, encaminhar qualquer documentação oficial referendando tal escolha e oferecendo o subsídio direcional para seu desenvolvimento e continuidade. Neste sentido,

parece claro atualmente o Movimento parece hoje mais maduro em termos conceituais e organizacionais, na comparação com o citado período.

Também ressaltou que não houve qualquer envolvimento comunitário e empresarial no processo, que ficou na dependência exclusiva da instância governamental pública, algo agravado pelo caráter personalista, já que o próprio, entusiasta da parceria quando ocupava o cargo de Secretário de Turismo de Tiradentes em 2001, saiu do cargo, o que levou a bancarrota a iniciativa da candidatura pelo fato de ninguém ter assumido tal responsabilidade na época.

No entanto, destacou o amadurecimento da população local em relação à necessidade de participação e engajamento político em assuntos relacionados ao desenvolvimento do município, na comparação com o início do século XXI. Isto pode representar também um processo de amadurecimento da cidadania local, o que serve como base elementar para a retomada e consolidação de uma possível candidatura de Tiradentes à chancela do Movimento.

Por último, destaca que trata-se de um destino turístico consolidado, ressaltando as obras capitaneadas pela prefeitura em prol de valores e ações sustentáveis e associadas aos requisitos do *Cittàslow*.

Tal consolidação ocorre principalmente em virtude da excelência gastronômica reconhecida na localidade, o que pode se configurar como importante oportunidade de apropriação da marca *Slow*, à medida que a gastronomia sustentável é um dos pilares mais representativos do Movimento *Slow* como um todo, com reflexos latentes no aspecto turístico.

5. Considerações Finais

O presente trabalho buscou incitar uma reflexão sobre os desafios e perspectivas de aproveitamento da filosofia *Slow Travel* no contexto cultural do Brasil. Trata-se de uma proposta inovadora, audaciosa, mas certamente relevante, para aqueles que compreendem as mudanças drásticas societárias em curso.

Vive-se, portanto, em uma nova e decisiva era civilizatória, pautada por muitos e difusos desafios, os quais demandam ações enfáticas e genuinamente transformadoras. Neste contexto, as perspectivas de desenvolvimento, especialmente quando se trata da valorização de questões como a sustentabilidade, a ética e o conhecimento, as quais encontram-se respaldadas pela tentativa de disseminação formal e informal, cultural e mercadológica, de movimentos sociais de caráter contestatórios como o *Slow Movement*, apontam uma perspectiva positiva de amadurecimento societário, ainda que iniciativas desse tipo despontem como algo mais consolidado em regiões do planeta mais desenvolvidas do ponto de vista econômico e educacional. Todavia, a necessidade de rompimento de paradigmas, associada à crise cultural e ambiental vigente, torna tal processo urgente em todo o mundo, inclusive no Brasil.

No Objetivo A do presente trabalho buscou-se contextualizar a mudança rítmica presente na sociedade atual, especialmente a partir do processo de industrialização iniciado no século XVIII, culminando em diversos descompassos com as necessidades e possibilidades biológicas humanas e ambientais, que certamente ensejaram a eclosão de movimentos contestatórios a tal lógica, entre os quais se revela nas últimas décadas o Movimento Devagar.

Constatou-se que ao longo da história humana a percepção e consequente controle dos processos evolutivos de transformação social se desenharam em cenários espaciais e temporais mais simples e restritos, em um contexto em que o conhecimento e a própria dinâmica cultural se baseavam em poucos e consolidados valores.

Contudo, a explosão demográfica, a evolução tecnológica e a disseminação do conhecimento trouxeram um novo desafio civilizatório. As mudanças culturais acontecem a todo instante, em todos os lugares, com uma intensidade e profundidade aparentemente sem precedentes. Conforme Thompson e Williams, cânones dos Estudos Culturais ressaltam, tais transformações apresentam-se, na prática, como uma disputa de forças, na qual de um lado existem aqueles que realmente buscam um rompimento paradigmático de valores, os quais se contrapõem a outro grupo, maior e tradicionalmente mais atuante, formado por pessoas aparentemente engajadas com as mudanças, mas que no fundo querem se aproveitar de modo

particular e disfarçado das novas possibilidades de obtenção do poder. Os revolucionários são, portanto, minoria, enquanto a maioria discursa em favor de reformas. A compreensão da relação de forças existente entre esses e o *establishment* é fundamental para a proposição de novas iniciativas socioculturais de poder verdadeiramente transformador.

Neste sentido, vale lembrar que a perspectiva paradoxal de dominação/adaptação e de competição/cooperação é inerente à condição humana. Contudo, a velocidade e alcance espacial das mudanças emergidas a partir da Revolução Industrial têm ensejado uma necessidade urgente de ampliação da visão de mundo e, partir de então, de um posicionamento ideológico mais profundo, consciente e prático.

Os Movimentos Contestatórios são indicativos de uma insatisfação crescente da sociedade em relação aos rumos que a Civilização humana tem tomado. Por outro lado, o campo gravitacional da tradição e da identidade, representada, entre outros elementos, pela busca da institucionalização e mercantilização, tem pasteurizado boa parte das rupturas ideológicas por elas apregoadas.

Já no objetivo B, por sua vez, buscou-se associar a consolidação do chamado Capitalismo Industrial com a ascensão e disseminação do fenômeno do Turismo. Isto de fato ocorreu, uma vez que o ato de viajar, vivenciado no período liberado das obrigações, é um dos traços mais convenientes à expansão do consumo, a alienação cultural e ao mal aproveitamento do tempo, quando ajustado apenas pelo receituário industrializante que nos mecaniza, pasteuriza e mercantiliza, assim como nossas emoções e experiências. Do ponto de vista espacial, o Turismo também se mostra como instrumento de grande influência, colaborando, inclusive, para a consolidação da chamada sociedade globalizada, com traços comportamentais e de consumo padronizados e, por conseguinte, mais fáceis de serem controlados.

Por sua vez, no cumprimento do Objetivo C desta dissertação tratou-se das novas perspectivas da atividade turística e sua correlação com os citados movimentos contestatórios à lógica capitalista industrial. Novamente o ato de viajar se mostra, ao mesmo tempo, como causa e consequência de uma nova consciência e atitude política e cultural emergente, simbolizada pelas modalidades mais brandas e participativas de viajar, em que se valoriza, de forma crescente, os patrimônios ambientais e culturais locais e os verdadeiros representantes e salvaguardas dos mesmos: as comunidades receptoras.

Todavia, pode notar-se que esta mudança de valores está em curso e ainda possui uma longa trajetória, uma vez que os pilares ideológicos industriais permanecem bastante

arraigados em grande parte da humanidade, com reflexos claros na atividade turística contemporânea.

No Objetivo D, enfim, procurou-se colaborar com a caracterização do chamado *Slow Movement* e seus desdobramentos mais relevantes. Neste processo, percebe-se o quanto tal movimento, tal qual o fenômeno do turismo, apresenta-se como símbolo e sintoma cultural das mudanças associadas aos novos tempos, fortalecendo-se em termos participativos sob a égide da construção coletiva e engajada, ainda que através de formatos e expressões fragmentadas, informais e orgânicas – conforme Castells - e, ao mesmo tempo, conectadas, algo muito comum no atual contexto filosófico dos paradoxos culturais, algo que, por sua vez, caracteriza a sociedade pós-moderna e contemporânea em construção.

O *Slow Movement* e a expressão cultural do ato de viajar - o fenômeno do Turismo - neste sentido, apresentam-se, portanto, como relevantes metáforas da esquizofrenia cultural atual, que se baseia na hesitação entre o real e o imaginário, simbolizada pela ressignificação permanente das identidades.

Ignorar tais contradições seria o caminho mais prático e simples. Todavia, a perspectiva reflexiva, crítica e de posicionamento ideológico firme, porém flexível, incentivada pelos Estudos Culturais, mostra que reflexões sobre tal temática e, principalmente, com tal nível de discussão pós e interdisciplinares, são fundamentais para uma nova compreensão dos desafios e perspectivas de evolução civilizatória.

O presente estudo, com tudo isso, procurou se mostrar acima de tudo como uma provocação, um instrumento semeador do espírito crítico, percorrendo sobre temáticas ao mesmo tempo atuais e urgentes, de forma a incitar novos estudos e experiências de melhor aproveitamento do tempo, das viagens e da dinâmica sociocultural contemporânea.

Neste sentido, não por acaso buscou-se compreender tanto o cenário atual como a projeção futura, em termos de assimilação e aproveitamento, do movimento *Slow Travel* no Brasil, algo referendado no Objetivo E. Aqui ressaltou-se a caracterização geral e respectiva reflexão acerca de seus principais entraves políticos-ideológicos e culturais, para sua formalização e disseminação no país. Tal recorte aponta que as particularidades do cenário nacional, somadas às problemáticas inerentes a filosofia difusa, dinâmica e recentemente aprofundada sobre a relação do homem com o tempo, incitam novas reflexões, novos olhares e novas propostas de soluções aos desafios vinculados a tal fenômeno, cada vez mais importantes e complexos.

Com tudo isso, pode-se afirmar que o *Slow Movement* e o próprio Turismo Sustentável são, acima de tudo, instrumentos de mediação entre o modelo societário vigente predominante

e os desejos e expectativas de transformação cultural que a sociedade atual crescentemente tem buscado, ainda que de modo fragmentado, limitado e relativo.

A primeira constatação neste sentido pauta-se na ideia de que, na realidade, existem diversas sociedades. Cada qual com sua bagagem de crenças, valores, normas, padrões e expectativas de comportamento. Alia-se a isso o fato de que o conhecimento, instrumento-mor de transformação civilizatória, é algo fantasticamente amplo e de difícil mensuração nos dias atuais. Ademais, o *Slow Movement* e o Turismo Sustentável são elementos culturais extremamente recentes, do ponto de vista histórico, e estão se desenvolvendo em termos filosóficos, inclusive. Isto representa, por um lado, uma perspectiva mais efetiva de funcionarem como instrumentos de ruptura de valores, mas que não deve se consolidar tão cedo, por conta da citada força dos valores industriais que os predisseram e da própria jornada difusa e complexa de fortalecimento dessas novas ideologias.

Tudo isso encontra um cenário brasileiro também multifacetado. Seria impossível estabelecer uma perspectiva única de aproveitamento do turismo sustentável lento no país, simplesmente porque os valores socioculturais e sua expressividade turística apresentam diferentes dinâmicas e dimensões de desenvolvimento em nosso território. Contudo, furtar-se de analisar tal questão e de apontar um cenário, ainda que preliminar e circunscrito, de aproveitamento dessas novas ideologias no Brasil, representaria certo negligenciamento a temáticas cada vez mais relevantes nos dias atuais, tais como: ética, sustentabilidade, conhecimento, cultura e tempo.

Nota-se que o Brasil é um país de inegável potencial turístico, por diversos fatores: dimensões continentais; grande diversidade e qualidade de paisagens e aspectos culturais – entre os quais se destacam: tolerância étnica; hospitalidade e amabilidade de seu povo; razoável infraestrutura turística constituída; considerável mercado consumidor interno; participação relevante no cenário político e econômico global.

Contudo, a atividade turística é historicamente negligenciada, representando um desperdício mercadológico e cultural em termos de aproveitamento. Entre outros aspectos, destaca-se a ausência de um processo educacional para e pelo turismo, de forma que todos os atores envolvidos: turistas, comunidade receptora, empresariado, terceiro setor e poder público possam se articular no sentido de desenvolver interesses e práticas comuns capazes de beneficiar os envolvidos.

Assim, não surpreende o fato de que mesmo diante do imenso potencial de aprimoramento conceitual e mercadológico do Turismo no país, o mesmo permaneça em certo ostracismo, pautando seu desenvolvimento em construções conceituais imaginárias simplistas

e antiquadas e em um aproveitamento subserviente ou, em outro extremo, esnobe de modelos ideológicos e de gestão turística oriundos do exterior, sem a devida apropriação e adequação de seus preceitos as particularidades conjunturais nacionais e locais, algo explícito na análise do – não – aproveitamento dos valores apregoados pelo Movimento *Slow* e sua vertente turística até o momento no país.

O estudo realizado em três importantes destinos turísticos brasileiros representa um indicativo importante desse despreparo e desperdício. Entre os principais resultados do não enquadramento dos municípios nos preceitos formais do Movimento *Slow Travel*, destaca-se a falta de conhecimento das comunidades envolvidas sobre o Movimento; a histórica dependência do poder público em relação a políticas de desenvolvimento sociocultural no país; as constantes disputas políticas locais; a visão essencialmente mercadológica em relação ao aproveitamento de valores e ações turísticas ditas sustentáveis; o caráter informal e desarticulado das mobilizações ideológicas de transformação da cultura de viagens, especialmente no Brasil; além da postura aparentemente elitista e desinteressada do Movimento *Cittàslow*.

Com tudo isso, no entanto, os atuais gestores mostraram considerável conhecimento sobre os entraves e potencialidades das respectivas candidaturas municipais, apresentando, inclusive, interesse em retomar as negociações para o encaminhamento das mesmas – algo também foi demonstrado, em contato realizado por e-mail, pelo Movimento *Cittàslow*.

Isto indica um contexto aparentemente mais maduro e consciente dos mesmos em relação às necessidades dos envolvidos e potencialidades de aproveitamento formal de seus valores, considerando os paradigmas utilitaristas industriais, associados anteriormente ao aproveitamento mercadológico da marca e a conquistas de caráter eminentemente político.

Por fim, cabe destacar que o Tempo, considerado tão escasso na frenética sociedade construída nos últimos séculos, é definitivamente a chave para a emancipação civilizatória, conforme destaca Garcia. Contudo, ele não é a causa das disparidades e conflitos socioculturais. É apenas uma ferramenta, possivelmente a mais importante delas, de construção da dialética entre poder e conhecimento suscitada por Hall em sua obra.

Assim, espera-se que independente do posicionamento ideológico do leitor acerca de todas as temáticas aventadas por este trabalho, as mesmas possam ter promovido relevante provocação, reflexão e assimilação de conteúdos e significados, capazes de produzir atitudes verdadeiramente transformadoras, como um dia observou-se na longínqua e mítica Caverna de Platão. *Carpe Diem*.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Adriano B. **Espaço Turístico: entre a imersão e a cenarização**. Salvador: Espaço & Geografia; v.15, n.1, p.91-114, 2012.
- ARINS, H.B. et VAN BELLEN, H.M. **Movimento *Slow*: uma análise sob a ótica dos enclaves do ecodesenvolvimento**. Florianópolis: XI Encontro Nacional e I Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. UFSC, 2009.
- BARRETTO, Margarida. **O Imprescindível Aporte das Ciências Sociais para o Planejamento e a Compreensão do Turismo**. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: Ano 9, n. 20, p. 15-29. Outubro, 2003.
- BARRICHELLO, Marília. **A Cultura Pós-moderna e o Movimento Devagar**. Publicado em: Revista Novos Olhares. Edição 18. Pág. 32-48. São Paulo: ECA-USP, 2006.
- BATISTA, M. K., GRISCI, C. L. I, GALLON, S., & FIGUEIREDO, M. D. ***Slow Movement*: trabalho e experimentação do tempo na vida líquido-moderna**. Porto Alegre: Revista Psicologia e Sociedade; 25 (1): 30-39, 2013.
- BATISTELA, Airton C. BONETI, Lindomar W. **A Relação Homem-Natureza no Pensamento Moderno**. Anais do XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba: PUC-PR, 2008.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.
- _____. **Política de turismo no Brasil: histórico e perspectivas**. Aula Magna do Programa de Mestrado em Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. São Paulo: Assembleia Legislativa Estadual, mar/2014.
- BLANCO, Andrea L. ***Una aproximación al turismo Slow: el turismo Slow en las Cittaslow de España***. Madrid, Espanha: Investigaciones Turísticas; n.1, p.122-133, jan/jun, 2011.
- BOULLÓN, Roberto C. **Atividades Turísticas e Recreativas: o homem como protagonista**. Maria Elena Ortega Ortiz Assumpção (tradução). Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BRASIL. **Ministério do Turismo - dados e fatos**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>>. Acessado em Mar/2014.
- CAMARGO, Luiz Octávio. L. **O que é Lazer?** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**: Joseph Campbell com Bill Moyers. São Paulo: Palas Athena, 1990.

- CAMPOS, Hécio R. **Gentrificação na Área Central de Tiradentes/MG**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Revista Mercator. V.22, n. 29, p. 69-87, set/dez 2013.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Epistemología del Turismo: estudios críticos*. México: Trillas, 2010.
- CASTRO, Luísa C. C; PINTO, Roque. **Sustentabilidade e Turismo Comunitário: aspectos teórico-conceituais**. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo, v.13, n.2, p.213-226, Ago/2013.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHOLLET, Mona. **Batalha Silenciosa pelo Tempo**. Le Monde Diplomatique Brasil. Artigo de 04/04/2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1322>>
- CITTÁSLOW. Disponível em: < http://www.cittaslow.com/home/hva_er_cittaSlow/>. Acessado em Jun/2015.
- DANN, Graham M. S. *Anglophone Hegemony in Tourism Studies Today. Englishtening Tourism*. A Pathmaking Journal, 01, p.1-30, 2011.
- DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. São Paulo: Sextante, 2000.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FIGUEIREDO, Silvio L. *et* RUSCHMANN, Dóris V M. **Estudo Genealógico das Viagens, dos Viajantes e dos Turistas**. In: Revista Novos Cadernos – NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará). Belém: UFPA, v.7, n.1 – Jun/2004.
- GARCIA, Vicente Romano. **Ordem Cultural e Ordem Natural do Tempo**. São Paulo: CISC – Centro Interdisciplinar de Semiótica, Cultura e Mídia, 2001.
- GLOBO REPÓRTER: CIDADES DO BEM VIVER – 03.12.2010. Disponível em: <
<http://www.youtube.com/watch?v=izbYgE7FVe8>> (Parte 1); <
<http://www.youtube.com/watch?v=I5ry-ZTYxhg>> (Parte 2); <
<http://www.youtube.com/watch?v=Cuu1lz9LwPU>> (Parte 3). Acessado em Out/2010.
- GOLDMAN, Márcio. **Políticas e Subjetividades nos Novos Movimentos Culturais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Revista Ilha, v.9, n. 1, 2 ed, 2007.
- GOMES, Christianne Luce. **Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG, 2ed. 2008.

- GONÇALVES, Alexandre R. **As Comunidades Criativas, o Turismo e a Cultura**. Revista da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo – ESGHT. Algarve, Portugal: n. 17, p.10-17, 2008.
- GUIMARÃES, Vera. **Globalização e Mobilidade**: as condições de mobilidade contemporânea e as práticas turísticas. Revista Contemporânea. Juiz de Fora, MG: ed. 18. v.9. n.2, 2011.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- _____. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HONORÉ, Carl. **Devagar**: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- KOROSSY, Nathália. **Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável**: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. In: Caderno Virtual de Turismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, v.8 N.2, 2008.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão das viagens e do lazer. São Paulo: Aleph, 2004.
- LAMBERTO, V. CAETANO, P. S. **Geoturismo Slow**. Lisboa: Revista Eletrônica de Ciências da Terra; v. 15; n. 56, 2010.
- LEVIGNE, Robert. **Geography of Time**. Nova Iorque, EUA: Basic Books, 1997.
- LIPOVESTKY, Gilles *et* SERROY, Jean. **A Cultura-Mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LUCHIARI, Maria Tereza. D. P. **Urbanização Turística**: um novo nexos entre lugar e o mundo. In: Asociación Canária de Antropología. Tenerife, Espanha: Guize, n.4, 1998.
- MARCELLINO, Néelson C. **Estudos do Lazer**: uma introdução – 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- MENNA-BARRETO, Luiz *et* MARQUES, Néelson. **Cronobiologia**: princípios e aplicações. 3 ed. São Paulo: EDUSC, 2003.
- MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX – o espírito do tempo I – neurose**. São Paulo: Forense Universitária, 1969.
- MOVIMENTO *SLOW*. Disponível em: < <http://movimientoslow.com/pt/filosofia.html>>. Acessado em Set/ 2012.

- NAIGEBORIN, Marília Barrichello. **O Movimento Devagar e Seu Significado Plural na Contemporaneidade Mutante**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. ECA-USP, 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – WTO. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/>>. Acessado em Jun/2014.
- ORTIZ, Renato. **Globalização**: notas sobre um debate. Revista Sociedade e Estado. Brasília: v.24, n.1, p.231-254, jan/abr, 2009.
- PACHECO, Miguel A. R. MÉNDEZ, Maria Francisca P. JIMÉNEZ, Martha A. A. *El Nuevo Homo Turisticus entre lo Convencional y lo Alternativo: la realidad ficticia del turismo sustentable*. México: In: Homo Viator – Revista Hermenéutica del Viaje, La Hospitalidad y el Ocio. Ano 1, N.1, 2010. p. 122-129.
- PANOSSO NETTO, Alexandre *et LOHMAN*, Guilherme. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2ed. 2012.
- PANOSSO NETTO, Alexandre *et* TRIGO, Luiz G. G. **Cenários do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *et* GAETTA, Cecília. **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do Turismo**: teoria e epistemologia – 2 ed. São Paulo: Aleph, 2011.
- PEDRAZOLLI, Mário. **A Ilusão dos Relógios**: uma ameaça à saúde. *In*: Revista de Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP, Edição Especial sobre Temporalidades. São Paulo: N. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.each.usp.br/revistaec/?q=revista/2/ilus%C3%A3o-dos-rel%C3%B3gios-uma-amea%C3%A7a-%C3%A0-sa%C3%BAde>>, acessado em 10/05/2015.
- PELLIN, Valdinho. **O Turismo no Espaço Rural como alternativa para Desenvolvimento Local Sustentável**: o caso do município de Rio dos Cedros – SC. Rio de Janeiro: Caderno Virtual de Turismo; v.5, n.1, 2005.
- PIMENTEL, Maurício R. **A Sociedade Urbana e a Espacialidade Turística**. Curitiba: Revista Turismo & Sociedade. v. 2, n. 2, p. 128-143, outubro de 2009.
- PRATT, Mary L. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- PREFEITURA DE ANTÔNIO PRADO. Disponível em: <<http://www.antonioprado.com.br/>>. Acessado em Jan/2014.

PREFEITURA DE SANTA TERESA. Disponível em: < <http://www.santateresa.es.gov.br/>>.

Acessado em: Jan/2014.

PREFEITURA DE TIRADENTES. Disponível em: < <http://www.tiradentes.mg.gov.br/>>.

Acessado em: Jan/2014.

REJOWSKY, Mirian. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROCHA, Ana C. **Slow Construction: tecnologia e sustentabilidade das construções numa cidade inteligente**. Belo Horizonte: Monografia do Curso de Especialização em Construção Civil da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. 2003.

ROCHA, Everardo. **A Sociedade do Sonho: comunicação, cultura e consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 5 ed. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 19.^a Ed. 2010.

SARATE, F.M.M. **O Movimento Slow Life e a Desaceleração da Sociedade de Consumo Contemporânea**. São Leopoldo, RS: Monografia do Curso Superior de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda. UNISINOS, 2009.

SLOW MOVEMENT PORTUGAL. Disponível em: < <http://www.slowmovementportugal.com>>. Acessado em Set/2012.

SLOW TRAVEL EUROPE. Disponível em: < <http://www.slowtraveleurope.eu/>>. Acessado em Mai/2013.

SLOW TRAVEL. Disponível em: < <http://www.slowtravel.com/>>. Acessado em Mai/2013.

SOARES, Joécio G. SAHR, Cicilan L. L. **Gênese, Estrutura e Dinâmica de Povoamento em Comunidades Rurais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Revista Mercator. V.11, n.24, p. 53-71, jan/abr 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRADENTES GERAIS. Disponível em: < <http://www.tiradentesgerais.com.br/>>. Acessado em: Jan/2014.

TRIGO, Luiz G. G. **Entretenimento: uma crítica aberta**. São Paulo: SENAC, 2003.

URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 2.^a ed, São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

WORLD *TRAVEL* AND *TOURISM* COUNCIL – WTTC. < <http://www.wttc.org/>>. Acessado em Jul/2014.

ZAOUAL, Hassan. **Do Turismo de Massa ao Turismo Situado**: quais as transições? *In*: Caderno Virtual de Turismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, v.8 N.2, 2008.

Apêndice A – Roteiro de Perguntas com os representantes locais das candidaturas municipais brasileiras à chancela do Movimento *Cittàslow*

APRESENTAÇÃO: Através de pesquisas em fontes secundárias foi constatado que o município pleiteou fazer parte do Programa *Cittàslow*, ou “Cidades do Bem Viver”, promovido pelo *Slow Movement International*. Contudo, a candidatura para tal chancela não vingou. Diante disso e procurando compreender melhor os desafios e perspectivas de aproveitamento da filosofia *slow* no Brasil, especialmente no âmbito do turismo, seguem as seguintes questões:

- 1) Como ficaram sabendo do Movimento *Cittàslow*? Quem o trouxe à localidade? Com qual objetivo?
- 2) Houve algum processo de esclarecimentos sobre os objetivos e a forma de participação nesse movimento? Se sim, como ocorreu? Quais os resultados desses esclarecimentos?
- 3) Qual foi o envolvimento da população local em relação à proposta de envolvimento do município com a filosofia *slow*? E do empresariado? E dos municípios de entorno?
- 4) De que forma o Movimento *Slow* Internacional participou do processo de candidatura?
- 5) Por que o município desistiu da candidatura à chancela de “Cidade do Bem Viver” oferecida pelo Movimento *Cittàslow*?
- 6) O Sr. (a) considera que a localidade tem vocação para adotar os princípios urbanísticos e turísticos relacionados ao movimento *slow*? Por que? Há outros destinos turísticos no Brasil que poderiam adotá-los (dê exemplos)?
- 7) O que mudaria, em termos de desenvolvimento urbano e turístico, caso os princípios do movimento *slow* fossem implementados como política pública? E como estratégia empresarial?
- 8) Na sua opinião, de que forma a atividade turística pode se beneficiar com a adoção dos princípios do movimento *slow*? Por que?
- 9) Houve a tentativa concreta de implantação dos princípios do movimento *slow* em termos urbanos e turísticos na localidade? Quais foram as principais dificuldades? E os principais resultados?
- 10) Atualmente existe a possibilidade do aproveitamento desta filosofia? Por que?